



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Centro de Educação e Humanidades**  
**Faculdade de Formação de Professores**  
**Programa de Pós-Graduação em História Social**

Hellen Dayane da Silva Corrêa

**Representações do feminismo, do movimento feminista e das feministas na  
imprensa carioca nas primeiras décadas republicanas**

São Gonçalo

2022

Hellen Dayane da Silva Corrêa

**Representações do feminismo, do movimento feminista e das feministas na  
imprensa carioca nas primeiras décadas republicanas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEH/D



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Hellen Dayane da Silva Corrêa

**Representações do feminismo, do movimento feminista e das feministas na  
imprensa carioca nas primeiras décadas republicanas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Jefferson de Almeida Pinto (Avaliador Externo)  
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Maria Roberti Martins (Avaliadora Interna)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Huguenin Pereira (Suplente)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## DEDICATÓRIA

À minha filha, Alice.  
Você é minha melhor escolha.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha avó Enilce Maria (in memoriam), pelo amor incondicional, por sempre acreditar no meu potencial e por ter me ensinado o valor dos estudos para minha vida. Agradeço também ao meu marido, Francis Gonçalves que me acompanhou desde a graduação e, com toda a paciência, sempre ouviu minhas angústias, me aconselhou, me apoiou e acreditou que eu conseguiria alcançar meus objetivos.

Agradeço a minha orientadora, a professora Ana Paula Barcelos, pela leitura atenta do trabalho, por sempre se colocar à disposição e por todas as críticas e reflexões que, sem dúvida, foram fundamentais para sua construção, sobretudo quando a pandemia de Covid-19 fez com que fossem necessárias mudanças nos rumos da pesquisa e na escrita. Também sou grata aos professores Jefferson de Almeida Pinto e Angela Maria Roberti Martins que compuseram a banca do exame de qualificação e ofereceram sugestões fundamentais para o aperfeiçoamento desse trabalho. Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em História Social que me proporcionou a realização do mestrado e aos professores que, mesmo à distância, desenvolveram suas aulas de forma muito produtiva para a construção dessa dissertação.

A todos os meus amigos, que acompanharam desde o início e torceram pelo meu sucesso.

## RESUMO

Nesta dissertação, objetivamos analisar as representações do movimento feminista e das feministas na imprensa carioca durante a passagem do século XIX para o século XX. Em primeiro lugar, buscaremos entender a maneira pela qual periódicos de grande circulação no período, como *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e a *Fon - Fon*, colaboraram para delimitar a atuação da mulher ao espaço privado. Em seguida, trataremos do movimento feminista e da forma como a imprensa ridicularizava suas demandas, divulgando a imagem das feministas como mulheres masculinizadas que agiam contra os valores relacionados à família. Por fim, destacaremos as trajetórias e as diferentes formas de atuação de Myrthes Gomes de Campos e de Leolinda Figueiredo Daltro, mulheres que fizeram parte do movimento feminista nas primeiras décadas republicanas e que atuaram na busca consciente pela emancipação feminina.

Palavras-chave: Feminismo; Feministas; Imprensa.

## **ABSTRACT**

In this thesis, we aim to analyze the representations of the feminists and feminist movement in the Carioca Press during the passage from the 19th to the 20th century. First, we will seek to understand the way in which the periodicals of great circulation in the period, such as O Paiz, Gazeta de Notícias and Fon - Fon, collaborated to delimit the role of women in the private space. Next, we will discuss the feminist movement and the way in which the press ridiculed its demands, disseminating the image of feminists as masculinized women who acted against family related values. Finally, we will highlight the trajectories and different ways of acting of Myrthes Gomes de Campos and Leolinda Figueiredo Daltro, women who were part of the feminist movement in the first republican decades, and who acted in the conscious search for female emancipation.

Keywords: Feminism; Feminists; Press.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- *O Paiz*, 20 de abril de 1928

Figura 2- *Fon-Fon*, 13 de abril de 1907.

Figura 3- *Fon-Fon*, 7 de março de 1908.

Figura 4- *Fon-Fon*, 14 de outubro de 1911.

Figura 5- *Fon-Fon*, 3 de dezembro de 1921.

Figura 6- *Fon-Fon*, 6 de julho de 1907.

Figura 7- *O Paiz*, 17 de maio de 1908.

Figura 8- *Fon-Fon*, 23 de novembro de 1933

Figura 9- *Fon-Fon*, 23 de setembro de 1911.

Figura 10- *Fon-Fon*, 31 de agosto de 1912.

Figura 11- *Fon-Fon*, 1 de junho de 1912.

Figura 12- *Fon-Fon*, 4 de outubro de 1913.

Figura 13- DALTRO, Leolinda Figueiredo. *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História*. Rio de Janeiro. Typografia da Escola Orsina da Fonseca, 1920, p. 449.

Figura 14- DALTRO, Leolinda Figueiredo. *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História*. Rio de Janeiro. Typografia da Escola Orsina da Fonseca, 1920, p. 451.

Figura 15- “Política Feminina”, *O Malho*, 24 de julho de 1911.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I: IMPRENSA, MODERNIDADE E GÊNERO</b> .....	19
<b>I.1</b> A imprensa na passagem do século XIX para o XX: <i>O Paiz</i> , <i>Gazeta de Notícias</i> e <i>Fon-Fon</i> .....	19
<b>I.2</b> Imprensa, reformas, mulheres e modernidade .....	35
<b>I.3</b> Reflexões sobre gênero, patriarcado e dominação masculina .....	48
<b>CAPÍTULO II: REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO, DO MOVIMENTO FEMINISTA E DAS FEMINISTAS NA IMPRENSA CARIOCA NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XX</b> .....	61
<b>II.1</b> O papel feminino nas teses médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e seus reflexos na imprensa .....	61
<b>II.2</b> Representações do feminismo e das feministas na imprensa carioca .....	77
<b>II.3</b> Representações das demandas feministas nos periódicos: direitos políticos e mercado de trabalho .....	92
<b>CAPÍTULO III: AS ATUAÇÕES DE LEOLINDA DALTRO E MYRTHES GOMES DE CAMPOS NA BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA</b> .....	103
<b>III.1</b> Trajetórias da professora Leolinda Daltro e da advogada Myrthes Gomes de Campos .....	103
<b>III.2</b> A busca de Leolinda Figueiredo Daltro pela educação indígena e pela emancipação feminina .....	115
<b>III.3</b> A atuação jurídica de Myrthes Gomes de Campos pelo sufrágio feminino e pelo aborto em caso de estupro .....	129
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	139
<b>FONTES</b> .....	143
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	144

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, refletiremos sobre as representações do feminismo e das feministas na imprensa carioca durante as primeiras décadas após a Proclamação da República. Buscaremos delinear a maneira pela qual três periódicos de grande circulação no período – *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e a *Fon-Fon* – contribuíam para fortalecer um discurso que moldava a natureza feminina e restringia a atuação das mulheres ao espaço privado. Em seguida, destacaremos a forma como a imprensa representava o movimento feminista, as feministas e as suas principais demandas. Além disso, ressaltaremos a atuação ativa das mulheres em prol da sua emancipação, delineando a trajetória da professora Leolinda Figueiredo Daltro, responsável pela fundação do Partido Republicano Feminino e pioneira do movimento sufragista brasileiro, e de Myrthes Gomes de Campos, primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil. Pretendemos, dessa maneira, ressaltar as diferentes estratégias adotadas por estas mulheres e apresentar a pluralidade e a complexidade do movimento feminista durante a Primeira República. O recorte cronológico se inicia com a Proclamação da República, em 1889, e vai até a década de 1930, já que esse foi o momento em que observamos a atuação das feministas que iremos trabalhar e que importantes demandas do movimento feminista foram alcançadas. Em 1932, por exemplo, o Novo Código Eleitoral brasileiro estabeleceu o sufrágio feminino, considerado uma das maiores demandas feministas do período em questão.

A abolição da escravidão e a proclamação da República no Brasil trouxeram mudanças de cunho político, econômico, social e urbano que tinham como objetivo modernizar a sociedade brasileira e inseri-la nos ideais de um mundo considerado civilizado. Neste contexto, conforme apontam Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, “os setores populares foram excluídos e colocados num lugar de exacerbação das fantasias relacionadas ao ‘medo branco’, diante das massas de ex-escravos recém libertos naquela conjuntura”<sup>1</sup>. Diante disto, Raquel Soihet ressalta que

(...) medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinalização do espaço e do tempo de trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 15.

<sup>2</sup> SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 362.

De acordo com a autora, buscava-se fazer com que as classes populares se tornassem uma força de trabalho sólida e obediente. As mulheres, especificamente, seriam as responsáveis por garantir o comportamento desejado da família e a inserção de todos os seus membros na nova ordem que estava sendo instituída. Observamos, portanto, o desenvolvimento de uma moralidade burguesa que destituía as classes populares de seus direitos e reforçava estereótipos femininos, determinando padrões. Apesar da mulher passar a ter mais acesso à escolarização e ao espaço público, seus papéis continuavam sendo voltados para a maternidade e o casamento. Tratando de tal questão, Silvia Fávero Arend afirma que “foi a partir dessa época que as filhas das famílias das elites e dos setores médios passaram a frequentar o curso primário, o ginásio e, eventualmente, o secundário (...)”<sup>3</sup>. Contudo, Margareth Rago<sup>4</sup> salienta que este acesso à educação foi ampliado devido à necessidade de uma melhor preparação para a carreira doméstica. Uma mulher bem instruída poderia educar seus filhos com mais eficácia e se tornar uma companheira mais agradável para o marido. Neste sentido, a construção da modernização na capital carioca foi, em grande parte, acompanhada pelo peso da tradição escravista e colonial.

Marshall Berman e Arno Mayer, ao analisarem o conceito de modernidade, mostram-se importantes para compreendermos a questão. Para o primeiro, a vida moderna está impregnada de contradições, pois “velhas formas de honra e dignidade”<sup>5</sup> são incorporadas a hábitos, valores e crenças que estão surgindo e se consolidando. Berman ressalta que, ao mesmo tempo em que surge uma “nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica (...)”<sup>6</sup>, prometendo “aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor”<sup>7</sup>, aparece, também, um sentimento de angústia e de contradição, pois tudo aquilo que o indivíduo conhece se desintegra e muda. Sendo assim, a modernidade acaba se adaptando às tradições e o contrário também acontece, pois estes elementos dependem e fazem parte um do outro. Seguindo esta perspectiva, Mayer enfatiza que as forças tradicionais sempre estarão presentes em momentos de modernização e busca pelo progresso. Desconsiderar tal fato

---

<sup>3</sup> AREND, Silvia Fávero. “Trabalho, escola e lazer”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 72.

<sup>4</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 89.

<sup>5</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 136.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 24.

levaria a uma “visão parcial e distorcida do século XIX e início do século XX”<sup>8</sup>, sendo necessário, portanto, admitir a “permanência histórica” e considerar a “interação dialética” entre modernidade e tradição”<sup>9</sup>.

Diante da demarcação dos papéis femininos e da restrição da atuação das mulheres à esfera privada, percebemos a formação de um movimento feminista complexo e plural, que configura-se como principal objeto de estudo desta pesquisa. Este movimento era composto por mulheres que, através da adoção de diferentes estratégias, buscavam, sobretudo, direitos políticos, a ampliação da ocupação do mercado de trabalho e o acesso à educação. Antes de prosseguirmos, vale enfatizar que, segundo Maria Izilda Matos e Andrea Borelli, “(...) basta olhar com atenção a história para ver que as mulheres sempre trabalharam, mesmo que, em várias situações seu labor não fosse tão evidente ao confundir-se com os ofícios coletivos e familiares”<sup>10</sup>. Percebemos, portanto, que em muitos casos, as demandas feministas referidas não eram direcionadas aos anseios das mulheres das classes populares que, diante da necessidade de contribuírem para o sustento da família, já ocupavam o espaço público. Ao tratar desta questão, Rachel Soihet esclarece que:

As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República. Ao lado das mulheres pobres, desde sempre inseridas no mercado de trabalho, passaram a buscá-lo também aquelas dos segmentos médios e mesmo mais elevados da sociedade. Para isso, colaborou, entre outros motivos, o fato de os produtos consumidos pelas famílias, com a industrialização, passarem a ser adquiridos no mercado, dando lugar à crescente necessidade de contribuição financeira também por parte das mulheres. Em decorrência, em amplos setores médios sobreviveram reivindicações de aumento das possibilidades de capacitação profissional e da supressão das barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado. A essas causas também aderiram mulheres da alta burguesia, igualmente desejosas de realização profissional e autossuficiência econômica. Acesso pleno à educação de qualidade, direito de voto e de elegibilidade foram, então, considerados instrumentos essenciais ao alcance desses objetivos<sup>11</sup>.

Dito isto, ressaltamos que os estereótipos femininos mencionados e as demandas do movimento feminista que se formava eram amplamente divulgados pela imprensa que, de acordo com Maria de Lourdes Eleutério<sup>12</sup>, pode ser considerada o maior veículo de

---

<sup>8</sup> MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848 – 1914)*. São Paulo: Schwarcz LTDA, 1987, p. 14.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. “Espaço feminino no mercado produtivo”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 127.

<sup>11</sup> SOIHET, Rachel. “A conquista do espaço público”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria, op. cit., p. 218.

<sup>12</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2020, p. 84.

comunicação utilizado durante a Primeira República, tornando-se responsável por difundir os novos valores burgueses baseados nas concepções de modernidade e progresso. Por isso, os periódicos ocupam importante papel como fontes neste trabalho. Além deles, também utilizaremos as teses defendidas por médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Isto se dá pelo fato das ideias difundidas pela imprensa acerca dos papéis que deveriam ser exercidos pelas mulheres terem sido, em muitos casos, fundamentadas por um saber científico produzido ainda no século XIX e que se consolidava durante o século XX. Rago afirma que:

(...) aos discursos masculinos e normativos dos poderes públicos (...) que designam o lugar da mulher na sociedade e constroem sua identidade, vem acrescentar-se uma outra fala que, “científica”, fornecerá todos os suportes teóricos de sustentação àqueles: *o discurso médico-sanitarista*. [Grifo no original]<sup>13</sup>.

Diante do exposto, dividimos a dissertação em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma discussão sobre a imprensa durante a passagem do século XIX para o século XX. A partir de autores considerados referenciais no assunto, como Tânia Regina de Luca, Marialva Barbosa, Maria de Lourdes Eleutério e Ilka Stern Cohen, veremos que, durante a Primeira República, a circulação dos impressos cresceu e se diversificou focando no crescimento urbano e nas ideias voltadas para a modernização da capital. Com a produção mais barata e o aumento do número de leitores, proporcionado pela imigração e por investimentos em alfabetização, os jornais tornaram-se responsáveis por difundir o modelo de civilização pretendido pela jovem República e por configurar a sociedade capitalista. Além disso, buscamos delinear os diferentes perfis de *O Paiz*, da *Gazeta de Notícias* e da revista *Fon-Fon*, impressos selecionados para este estudo. É importante ressaltar que a escolha de tais periódicos se deu diante da diversidade de seus perfis políticos e de suas propostas. O primeiro, mostrava-se mais monarquista e conservador; o segundo se dizia um jornal mais republicano, liberal e popular devido, até mesmo, ao seu baixo custo de revenda; e a terceira se configurava enquanto uma revista que, apesar de escrita por homens, se direcionava ao público feminino.

Ademais, neste capítulo, desenvolveremos um breve debate historiográfico para tratar do contexto da construção da modernidade carioca destacando, além das mudanças urbanísticas ocorridas no início do século XX, a alteração de hábitos e costumes moldados a partir de valores burgueses considerados modernos. Para isto, utilizaremos como referência os seguintes autores: André Nunes Azevedo, Gizlene Neder, Jeffrey Needell,

---

<sup>13</sup> RAGO, Margareth, op. cit., p. 103.

Lia de Aquino Carvalho e Jaime Larry Benchimol, Oswaldo Porto Rocha e Sidney Chalhoub.

Por fim, pensaremos os conceitos de gênero, patriarcado e dominação masculina, mostrando os motivos que nos levam a reconhecer a vigência do patriarcado na Primeira República e a forma como o movimento feminista resistiu a ele. Joan Scott, Margareth Rago, Maria Izilda S. de Matos, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet defendem que tal discussão se faz importante na medida em que nos deparamos com a necessidade de pensar as mulheres a partir de suas especificidades, como sujeitos ativos de sua história e capazes de questionar determinismos biológicos que consolidam papéis sociais, apesar de estarem envolvidas em uma realidade social que consideramos patriarcal. De acordo com Pierre Bourdieu<sup>14</sup>, a dominação masculina acontece sem que seja notada e, por ser baseada no que seria uma suposta diferença biológica entre os sexos, ela acaba obtendo legitimidade social. Dessa maneira, a submissão da mulher perante o pai e, posteriormente, perante o marido, seria algo natural e presente em toda a sociedade. Já o patriarcado, conforme afirma Max Weber<sup>15</sup>, pode ser observado em contextos históricos nos quais a autoridade do homem é irrestrita e legitimada pela tradição.

No segundo capítulo, aprofundaremos a análise das fontes, pensando a forma como a imprensa representava as feministas, o movimento feminista e suas demandas. Para isto, utilizaremos o método e o conceito propostos por Roger Chartier em seu artigo “O mundo como representação”. Para o autor, três eram os pontos fundamentais que baseavam o estudo historiográfico:

O projeto de uma história global, capaz de articular num mesmo apanhado os diferentes níveis da totalidade social; a definição de uma sociedade instalada num espaço particular (uma cidade, uma província, uma região) – que era a condição de possibilidade da coleta e do tratamento dos dados exigidos pela história total; o primado conferido ao recorte social considerado capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais<sup>16</sup>.

Contudo, para Chartier, “este conjunto de certezas abalou-se progressivamente, deixando o campo livre a uma pluralidade de abordagens e de compreensões”. Os historiadores passaram a “pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (...) e sem que fosse dada

---

<sup>14</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

<sup>15</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, 11 (5), 1991, p. 176.

primazia a um conjunto particular de determinações”<sup>17</sup>. As fontes seriais e os princípios de inteligibilidade adotados pela história econômica não foram totalmente rejeitados, mas o objeto de estudo do historiador ganhou novos territórios, alcançando as mentalidades e as representações que dão significado a vida do indivíduo. Nas palavras de Chartier:

Ao renunciar, de fato, à descrição da totalidade social e ao modelo braudeliano (...), os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas) e sem que fosse dada primazia a um conjunto particular de determinações (fossem elas técnicas, econômicas ou demográficas). Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles<sup>18</sup>.

Diante disso, o autor ressalta que a história mostrou que não há possibilidade de qualificar determinadas práticas culturais “em termos imediatamente sociológicos e que sua distribuição e seus usos numa dada sociedade não se organizam necessariamente segundo divisões sociais prévias, identificadas a partir de diferenças de estado e de fortuna”<sup>19</sup>. É necessário, portanto, refletir acerca das representações, ou seja, das práticas, dos códigos e dos bens simbólicos inseridos em determinada sociedade e que produzem usos e significados diferenciados.

Para complementar a análise, também utilizaremos como fonte algumas teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Com isto, pretendemos demonstrar que, em muitos casos, as ideias difundidas pela imprensa acerca do movimento feminista, das feministas e das suas demandas eram fundamentadas por um saber científico que moldava a natureza feminina. Magali Engel afirma que os médicos do período passaram a ser vistos como profissionais capazes de “ordenar aquilo que era visto como desordem, transformando a cidade em um espaço *civilizado*”<sup>20</sup> [Grifo no original]. A Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro “revelaram, desde a década de 1830 uma atuação (...) expressiva no sentido de transformar a cidade em objeto de investigação”<sup>21</sup>. Neste sentido, inúmeras medidas

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 176-177.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>20</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 39.

<sup>21</sup> Ibidem.

foram direcionadas à família e, conseqüentemente, ao papel da mulher como mãe e esposa. Segundo Engel:

A mulher e a criança figuravam como personagens centrais no tratamento das questões de ordem higiênica, o que pode ser observado na recorrência de temas como a gravidez, o aborto, o aleitamento, a mortalidade infantil, a educação da mulher e da criança. Usando argumentos de autoridade, respaldados na sua formação universitária e científica, o médico passava a opinar sobre tudo o que dissesse respeito à mulher: desde os aspectos relacionados a sua constituição física e mental até a conveniência do vestuário e dos hábitos da moda (...) para a sua saúde. O médico penetrava o espaço familiar e, através do estabelecimento da confiança e de um contato mais íntimo a mulher iria tentando modificar, aos poucos, o perfil das relações familiares<sup>22</sup>.

Essas teses produzidas pelos médicos da Faculdade de Medicina compõem um conjunto de fontes relativas ao discurso médico que serão cruzadas com as fontes da imprensa. Conforme veremos, durante o período em questão, os médicos, amparados pela ciência, definiam novos padrões de comportamentos voltados para a família e para os papéis que deveriam ser exercidos pelas mulheres.

No terceiro capítulo, pretendemos analisar a atuação da professora Leolinda Figueiredo Daltro e da advogada Myrthes Gomes de Campos na busca por direitos políticos e civis para as mulheres. Enfatizaremos suas trajetórias, a forma como atuavam pela emancipação feminina e as pautas defendidas por ambas. Assim, poderemos pensar a pluralidade do movimento feminista na Primeira República e compreender o perfil feminista que era aceito pela imprensa e aquele que era visto como uma afronta à família. É importante ressaltar que, para a análise das trajetórias, Giovanni Levi e Pierre Bourdieu mostram-se autores fundamentais, visto que enfatizam a necessidade de entendermos que os sujeitos não vivem em uma linearidade, como se sempre tivessem almejado determinado objetivo.

Além de trabalharmos com os periódicos, também analisaremos dois livros escritos por Leolinda Daltro com o propósito de fornecer fontes para a história. O primeiro intitula-se *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História* e o segundo denomina-se *Início do feminismo no Brasil – Subsídios para a História*. Para isto, é fundamental considerar a subjetividade de cada escritor e os muitos processos através dos quais seu conteúdo é absorvido pelos mais variados públicos. Embora não estejamos propondo alcançar as apropriações feitas pelos leitores, podemos pensar a complexa relação entre leituras e leitores a partir da metodologia proposta por Chartier. O autor propõe a análise de livros não somente como fonte histórica, mas também como objeto

---

<sup>22</sup> Ibidem, p. 43-44.

que nos permite pensar questões políticas, sociais e econômicas de uma determinada sociedade. Para isto, Chatier salienta a importância de entendermos que a leitura não pode ser tomada como um processo automático, mas como uma coleção de experiências. A forma como o homem lê varia de acordo com seu tempo e, com isto, um texto pode ser interpretado e sentido pelo leitor de diversas maneiras. Para ele:

Por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma “caça furtiva” no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único. A uma compreensão concreta, a uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la<sup>23</sup>.

O capítulo também contará com a análise de alguns artigos publicados por Myrthes de Campos em diferentes periódicos. Em primeiro lugar, veremos que a advogada precisou lidar com inúmeros empecilhos para exercer a profissão, vista como compatível apenas com a natureza masculina. Após obter reconhecimento profissional, seus artigos mostram que além de tratar de questões defendidas pela maioria das feministas do período, como o sufrágio feminino e o divórcio, Myrthes também tratava de questões pouco discutidas, como o aborto. Sem que houvesse a pretensão de rompimento com os valores da família, a advogada tratava da necessidade dos direitos da mulher serem respeitados sem que sua imagem fosse difamada socialmente.

Através deste percurso e do cruzamento de fontes, que contará com a análise de periódicos, de teses da Faculdade de Medicina e de textos de mulheres atuantes na educação e no campo jurídico da época, apresentaremos uma discussão de gênero e analisaremos o movimento feminista que se constituiu durante a passagem do século XIX para o século XX.

---

<sup>23</sup> CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras”. In: *A história cultural. Entre práticas e representações*. Algés: Difel, 2002, p. 123.

## CAPÍTULO I

### IMPrensa, MODERNIDADE E GÊNERO

#### I.1 A imprensa na passagem do século XIX para o XX: *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Fon-Fon*.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações decorrentes, sobretudo, da abolição da escravidão, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889. Buscando se inserir nos ideais do mundo supostamente civilizado, o Estado precisava ser modernizado e reorganizado, o que incluía pensar a ruptura com as práticas de um passado escravista e considerado arcaico. Nesse contexto, constrói-se uma nova moralidade feminina que, de acordo com a perspectiva de Maria Ângela D'Incão<sup>24</sup>, aponta para o surgimento de uma mulher marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Idealizava-se um lar aconchegante, filhos educados e uma esposa dedicada. Para Cláudia Fonseca:

(...) a receita para uma mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da Igreja, a mãe educadora do Estado Positivista, a esposa companheira do aparato médico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher<sup>25</sup>.

Estes estereótipos femininos foram amplamente divulgados e reforçados pela imprensa que, devido ao aumento do número de leitores e à produção mais barata, acabou tornando-se um dos principais veículos de comunicação no início do século XX. Sendo assim, o objetivo desse capítulo incide sobre a análise de periódicos que circulavam no período em questão, a fim de pensar algumas práticas que configuravam a modernidade carioca focando, sobretudo, nas representações do feminino e nos papéis direcionados às mulheres. Para isso, utilizaremos como fontes principais a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, e a revista *Fon-Fon*, considerados como grandes ferramentas de influência social e moral no período.

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa é relativamente recente. De acordo com Tânia Regina de Luca<sup>26</sup>, é somente na década de 1970 que os trabalhos relacionados à história do Brasil passaram a utilizar periódicos. A autora destaca que

---

<sup>24</sup> D'INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 10ª Edição. São Paulo: Contexto, 2013, p. 235.

<sup>25</sup> FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: *Ibidem*, p. 529.

<sup>26</sup> LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-112.

vários fatores explicam a relutância na mobilização dos impressos na historiografia, dentre eles a busca pela objetividade e pela neutralidade e o peso de certa tradição, associada a uma ideia de verdade alcançável apenas através dos documentos oficiais. Para ela:

Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões<sup>27</sup>.

Tânia de Luca<sup>28</sup> afirma ainda que a ampliação do campo de estudo do historiador, mediante o surgimento de novas temáticas e a alteração da concepção de documento histórico, realizada a partir da Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato da importância dos periódicos enquanto fonte. Foi somente nas últimas décadas do século XX que, sem negar os créditos das questões de ordem estrutural e dos estudos de natureza econômica e demográfica, a terceira geração dos Annales propôs novos objetos e abordagens. Segundo Luca<sup>29</sup>, esta ampliação do campo da história se faz evidente na renovação temática, claramente perceptível nos títulos das pesquisas, e altera a percepção de documento e da sua crítica. A autora ressalta que em conjunto com as mudanças realizadas pela Nova História, há uma renovação nos estudos marxistas, marcados especialmente pelos escritos de Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e E. P. Thompson. O abandono da obsessão economicista, o reconhecimento das questões culturais e a adoção da perspectiva dos vencidos fizeram com que questões que antes eram ignoradas inspirassem abordagens muito interessantes nas quais os periódicos são utilizados como importantes fontes de pesquisa.

Especialmente durante a Primeira República, a imprensa destaca-se por ter se tornado um dos mais importantes instrumentos utilizados para sedimentar valores e divulgar a modernização proposta. De acordo com Maria de Lourdes Eleutério, os periódicos do início do século XX passavam por inovações tecnológicas expressivas, destacando-se “o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia – assim como aumento das tiragens, melhor qualidade na impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação em massa”<sup>30</sup>. Para Marialva Barbosa:

---

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>30</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes, op. cit., p. 83.

O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguereótipos, a linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social da virada do século XIX para o século XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulam na cidade<sup>31</sup>.

Barbosa destaca que a introdução desses aparelhos tecnológicos levou a uma nova percepção do cotidiano e, conseqüentemente, a uma mudança de comportamentos. Neste contexto, emergiram dimensões de temporalidade e de espacialidade inéditas, já que “as descrições e a possibilidade de ver em imagens lugares longínquos e figuras exóticas mudam gradativamente a percepção de um outro, agora visível, e antes apenas imaginado”<sup>32</sup>. Os periódicos adotam compulsoriamente toda a tecnologia possível para que possam não apenas informar, mas informar com rapidez, pois era “preciso diminuir as distâncias entre o acontecimento e o público”<sup>33</sup>. Por fim, a autora destaca que tais inovações também eram fundamentais para a construção da imagem de um jornalismo sério, isento e amplamente confiável, com notícias supostamente transmitidas da forma que ocorreram, sem emissão opiniões.

Além disso, por estarem inseridos em uma conjuntura favorável para seu desenvolvimento, Barbosa afirma que:

Os mais importantes matutinos do Rio adotaram, a partir de então, fórmulas editoriais no sentido de conquistar um público cada vez mais expressivo. Editando textos que pretendiam informar, separam definitivamente o artigo de fundo das colunas informativas, destacam as notícias policiais e as reportagens, sob uma crença de neutralidade; introduzem a entrevista nas primeiras páginas, entre inúmeras outras modificações. A edição ganha um novo caráter: o sentido de ordenar a sociedade. E os dramas cotidianos e mexericos deveriam provocar tanto ou mais interesse que os temas políticos discutidos diariamente nos cafés pelos repórteres<sup>34</sup>.

Adquirindo, portanto, um papel importante no exercício das relações de poder, a imprensa passou a ser “extremamente cortejada pelo governo”<sup>35</sup>, aliando-se aos interesses de classe e propagando os ideais burgueses. Barbosa<sup>36</sup> salienta que os periódicos agiam como formadores de consenso, transformando ideias em fatos inquestionáveis. Neste sentido, os jornalistas passaram a atuar como unificadores do discurso. A autora afirma que “crescendo emparelhado com o processo de mercantilização da cidade, o jornalista

---

<sup>31</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 200*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> BARBOSA, Marialva. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880 – 1920)”. *Revista Brasileira de Comunicação*, Vol. XX, nº2. São Paulo: 1997, p. 89.

<sup>35</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes, op. cit., p. 86.

<sup>36</sup> BARBOSA, Marialva. “Imprensa, Poder e Público...”, op. cit., p. 90.

invadiu, impassível, territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Passando a ditar modas e hábitos, chega a desafiar a Igreja na disputa pelo controle das consciências<sup>37</sup>. Perguntamos, então, quem eram esses jornalistas, suas classes sociais, interesses e objetivos.

De acordo com Barbosa, a grande maioria dos jornalistas fazia parte da Faculdade de Direito e usava a profissão para alcançar posições políticas e estabilidade financeira. Para ela, “ser jornalista era, sobretudo, através do prestígio que o lugar conferia e das relações que possibilitava, ‘cavar’ um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia”<sup>38</sup>. Alguns deles faziam parte de famílias que já estavam em uma posição privilegiada, “ocupando altos cargos na burocracia estatal”<sup>39</sup>; outros iniciavam a carreira ainda bem jovens, através de indicações pessoais, começando como revisores ou repórteres. No segundo caso, tratava-se de estudantes de Direito que costumam acumular trabalhos em mais de um periódico para garantirem estabilidade financeira. Marialva Barbosa<sup>40</sup> enfatiza, ainda, que a maioria dos jornalistas não era do Rio de Janeiro, sendo enviados por suas famílias para a capital para que pudessem estudar e conseguir um diploma. A autora afirma que:

Esses jovens com pretensão literária viam nos jornais, assim, um meio de exercer essa prática e a sua própria boemia. O passo seguinte era, através da indicação de algum nome influente, conseguir ultrapassar as fronteiras da redação, alcançando um posto nessas publicações. A admissão se fazia, invariavelmente, por apresentações pessoais<sup>41</sup>.

Percebemos, então, que o exercício do jornalismo estava intimamente ligado à posição social ocupada pelo indivíduo, já que a profissão demandava um alto investimento em um curso superior e relações pessoais que garantissem futuras indicações ao cargo. Diante disso, Barbosa afirma que no momento em que começavam a exercer a profissão, eles passavam a ter “poder de nomeação, imposição de uma visão de mundo que atua conferindo poder”<sup>42</sup>. Para Eleutério, “escrever na imprensa tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político”<sup>43</sup>. Sua função baseava-se, sobretudo, em garantir interesses de classes através da criação de consenso. Mesmo que transmitissem mensagens diferentes,

---

<sup>37</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 91-92.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes, op. cit., p. 94.

dependendo do jornal em que estavam atuando, a maioria dos jornalistas buscava “ocupar o papel privilegiado de porta-vozes dos grupos dominantes”<sup>44</sup>.

É importante ressaltar, ainda, que a Primeira República chegou acompanhada do aumento do número de leitores, diante do investimento do governo em alfabetização e da presença de um número maior de imigrantes, que substituíam a mão de obra escrava. De acordo com Ilka Cohen, “no quadro da urbanização, com uma população pelo menos em tese livre da escravidão, e imbuída das luzes da ilustração, o saber ler tornou-se emblema distintivo”<sup>45</sup>. Além disso, a leitura pública fez com que a população letrada também pudesse ter acesso às manchetes dos jornais, proporcionando uma grande circulação de ideias. Conforme aponta Andréa Pessanha:

Mesmo os letrados tinham contato com o teor das manchetes aos serem anunciadas pelos vendedores. Os textos publicados, seguramente, chegavam, por exemplo, aos segmentos populares, incluindo os escravos, através de comentários feitos por proprietários ao estabelecerem calorosas discussões em suas residências ou nos bondes<sup>46</sup>.

Deste modo, a leitura atingia os mais variados lugares e era realizada por uma grande diversidade de público, cada qual desenvolvendo seu próprio entendimento do texto. De acordo com Barbosa:

Lia-se nos bondes e nos trens; lia-se em voz alta em torno dos ambientes fechados do lar; lia-se em voz alta nos ambientes do trabalho; lia-se nas horas roubadas do dia. Lia-se também por ser aquelas notícias comentadas, repetidas, recontadas. Lia-se no instante em que se recortava o folhetim para guardar. Lia-se no alto do tablado da construção civil, a um canto, solitário, na hora do almoço. Em grupo no meio da praça. Nas portas dos jornais onde se afixavam as notícias com as últimas informações. A leitura era uma forma de estar no mundo. Um mundo que mudava, com uma velocidade nunca vista até aqueles dias<sup>47</sup>.

Nesse ponto, é necessário ressaltar que apesar do nosso objetivo não ser, necessariamente, apreender a forma como os leitores interpretam e se apropriam dos textos publicados pelos jornais trabalhados, consideramos fundamental salientar o quanto é complexa a relação entre leitores e leitura e, para isso, os apontamentos de Roger Chartier se mostram fundamentais. O autor afirma que é preciso entender a leitura “como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com

---

<sup>44</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>45</sup> COHEN, Ilka Stern. “Diversificação e Segmentação dos Impressos”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2020, p. 105.

<sup>46</sup> PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro 1884 – 1888*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006, p. 58.

<sup>47</sup> BARBOSA, Marialva. “Imprensa, Poder e Público...”, op. cit., p. 100.

os tempos, os lugares, as comunidades”<sup>48</sup>, considerando-se que seus múltiplos significados “dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ouvintes)”<sup>49</sup>. O autor ressalta que, para que possamos analisar questões políticas, econômicas e sociais na sua complexidade, é necessário pensarmos a maneira como os impressos são absorvidos pelos leitores. Chartier enfatiza que a leitura não pode ser tomada como um processo automático, mas sim como uma coleção de experiências. A forma como o homem lê varia de acordo com seu tempo e, com isso, um texto pode ser interpretado e sentido pelo leitor de diversas maneiras. Para ele:

Por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma “caça furtiva” no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único. A uma compreensão concreta, a uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la<sup>50</sup>.

Com isso, notamos que as aspirações do autor nem sempre definem a maneira como sua obra será lida, já que os leitores podem ou não estar em conformidade com suas intenções, sendo consideravelmente influenciados pelo meio em que vivem.

Traçadas estas considerações, entendemos que para compreendermos o papel das fontes aqui analisadas – *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Fon-Fon* – na difusão de um modelo de civilização e na consolidação de papéis femininos, é preciso conhecê-las melhor, enfatizando o contexto em que foram criadas e sua função na sociedade. Em nosso estudo, seguiremos a proposta sugerida por Marialva Barbosa, que alerta para a necessidade da análise de fontes considerar “a especificidade dos documentos que se têm diante dos olhos e as funções originais para as quais foram produzidos”<sup>51</sup>.

*O Paiz* e a *Gazeta de Notícias* são dois dos principais matutinos de grande circulação do período republicano, podendo ser considerados grandes influenciadores e formadores de opinião. O primeiro foi lançado no dia 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro, pelo empresário João José dos Reis Júnior, conde de São Salvador de Matozinhos. Barbosa<sup>52</sup> salienta que *O Paiz* teve Quintino Bocaiuva como seu primeiro redator-chefe e, inicialmente, passou por dificuldades financeiras. Somente depois de

<sup>48</sup> CHARTIER, Roger. “O mundo como representação...”, op. cit., p. 178.

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras...”, op. cit., p. 123.

<sup>51</sup> BARBOSA, Marialva. “História da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos”. *Palavra Chave*, v. 22, p. 12.

<sup>52</sup> BARBOSA, Marialva. “História Cultural da Imprensa...”, op. cit., p. 46.

passar para as mãos de João Lage é que o jornal cresceu e se tornou próspero, sendo financiado pela sociedade política<sup>53</sup>. A mudança da propriedade do jornal levou à alteração da sua redação. Em 1902, Bocaiúva passou a ocupar o cargo de Presidente Honorário e a chefia da redação foi ocupada, respectivamente, por Eduardo Salamonde, Dunshee de Abranches e Alcino Guanabara.

Desde o início das suas publicações, o periódico adotava o seguinte slogan: “O Paiz é a folha de maior tiragem e de maior circulação na América Latina”. Sobre esse ponto, Barbosa afirma que “o exagero é flagrante. A sua própria estrutura redacional, comparada com a de outros diários, invalida essa afirmativa. Com poucos recursos gráficos, com poucas ilustrações, também dão destaque à literatura”<sup>54</sup>. Foi somente em 1905 que *O Paiz*, bem depois de seus concorrentes, aumentou seu número de páginas “em função dos anúncios, principalmente oficiais, que publicavam diariamente. “Os Atos Oficiais da Prefeitura ocupavam por vezes até 10 páginas”<sup>55</sup>. Só em 1910 o periódico aumentou seu número de ilustrações no interior e na primeira página.

Além disso, o jornal enfatizava o compromisso de seus redatores com os interesses nacionais, colocando como secundárias as inclinações pessoais dos próprios jornalistas. Em novembro de 1884, no momento em que anunciava a posse de Quintino Bocaiúva como seu redator-chefe, publicou-se que:

Não tendo para inspirar-nos mais do que a preocupação do bem público, mais do que o desejo de cooperar para um fim nobre e generoso, de utilidade comum, é evidente que nesta colaboração espontânea, oferecida a todos quantos trabalham, como nós, na arena do jornalismo, não há nem pôde haver nenhum intuito pessoal, de ambição ou de egoísmo, que nos incite a affrontar as fadigas, os sacrifícios e os amargores inseparáveis deste labor improbo, desta luta diária, na qual cada cidadão consome uma parte do seu tempo, da sua actividade, dos seus haveres, da sua própria saúde e comodidades (...) <sup>56</sup>.

Entretanto, tendo surgido como um jornal monarquista e conservador, *O Paiz* defendia práticas escravistas e reafirmava as aptidões femininas, atuando na definição dos papéis que deveriam ser exercidos pelas mulheres. Em outubro de 1884, o jornal deixava claro seu posicionamento em relação à escravidão, afirmando que: “Tem, pois, o Brazil, jornal conservador, embaído os seus leitores apregoando a necessidade da escravidão tal como está bem na lavoura”<sup>57</sup>. Quanto a uma suposta natureza feminina, *O Paiz* pontuava

---

<sup>53</sup> Termo utilizado por Marialva Barbosa, inspirada em Antonio Gramsci, para se referir aos órgãos estatais utilizados pela classe dominante com o objetivo de manter sua hegemonia. Ibidem.

<sup>54</sup> Ibidem, 47.

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> “O Paiz”. *O Paiz*, 15 de novembro de 1884.

<sup>57</sup> “O bezerro de palha”. *O Paiz*. 02 de outubro de 1884.

que a mulher seria mais inclinada às questões do coração e que a inteligência seria um atributo masculino. Em 6 de julho de 1907, afirma-se que:

A mulher, no casamento, encontra a única iniciação no amor que a sociedade hoje considera digna. O casamento, em geral dá-lhe a felicidade – a felicidade relativa, a felicidade média deste mundo – porque é mais para ella do que para o homem que o lar se cria. Ella é mais facil de contentar porque tem mais necessidades de coração que de intelligencia; e o coração é menos exigente que a intelligencia<sup>58</sup>.

Além disso, conforme podemos ver na imagem abaixo, *O Paiz* enfatizava a necessidade de as mulheres serem educadas para o ambiente doméstico, sendo indispensável, inclusive, aulas de culinária na sua formação:



Figura 1: *O Paiz*, 20 de abril de 1928.

A Official Lycia Darcy Leão Velloso na aula pratica de cozinha, em casa da comandante em chefe, D. Jeronyma de Mesquita.

Demonstrava-se a importância de a juventude feminina ser educada de acordo com suas aptidões naturais. A mulher que exercesse seus papéis no casamento e na maternidade, teria uma vida feliz e completa. Afirmava-se que:

O movimento das “Bandeirantes” (girl-guides) paralelo ao dos escoteiros (...) vai se infiltrando lentamente no Brasil. Visa essa bella iniciativa disseminar entre a juventude feminina conhecimentos uteis relacionados a missão domestica, economica, cívica e social das mulheres e a tornar mais feliz, alegre e altruistica a vida das meninas. Teve o seu inicio no meio das moças da sociedade carioca (...) Felizmente, agora está já começando a se disseminar entre a população escolar primaria de todas as camadas sociaes<sup>59</sup>.

<sup>58</sup> “Casamento e Celibato”. *O Paiz*, 6 de julho de 1907.

<sup>59</sup> “As bandeirantes no Brasil”. *O Paiz*, 20 de abril de 1928.

*O Paiz* ressaltava, ainda, seu compromisso com a neutralidade e reforçava sua isenção partidária. No momento em que o jornal *Brasil* divulgou notas que duvidavam de tais pretensões, Bocaiúva respondeu que:

A neutralidade do Paiz continúa a ser o thema politico do Brazil. Já dissemos de sobra de que modo entendemos o papel de folha neutra, e como nos desempenharemos de tal encargo (...) Quaesquer que sejam as opiniões políticas do Paiz, ele saberá manter-se na arena tranquilo e desassombrado, onde não tumultuam os interesses partidários<sup>60</sup>.

Entretanto, conforme aponta Certeau<sup>61</sup>, a escrita é marcada por influências do meio em que o autor se encontra inserido, resultando daquilo que se recebe (costumes, cultura, tradição) e da capacidade criativa de quem está produzindo. Um discurso possui marcas socioeconômicas, escolares e culturais que foram recebidas pelo autor no momento de sua produção. Além disso, Barbosa afirma que nenhuma produção documental pode ser neutra e que “sua durabilidade também indica certa propensão a já ter sido produzida visando uma possibilidade futura”<sup>62</sup>, ou seja, o conteúdo apresentado é aquele que obteve importância e ganhou visibilidade na sociedade em que foi produzido.

Sendo assim, podemos considerar que, embora afirmasse desenvolver uma escrita imparcial, Bocaiúva não colocava suas experiências de lado e, por isso, sua trajetória no Partido Republicano ficava registrada nas suas produções. Apesar do jornal não ser republicano, em alguns momentos, destacava-se a modernização e a civilização que seria proporcionada pela República, expressando não apenas a opinião do seu redator-chefe, mas da rede que compunha o grupo (João José dos Reis Júnior, Antônio Pereira Leitão, Francisco de Paula Mayrink, Arthur Azevedo, Lima Barreto, Pinheiro Machado, Silva Jardim, entre outros). Em maio de 1926, *O Paiz* deixou claro seu posicionamento quanto a isto, conforme vemos a seguir:

Um dos objetivos do nosso semanário é “tornar conhecidas e devidamente apreciadas, aqui, no Rio de Janeiro, as belezas dos Estados e, nestes, também, divulgar o progresso e o adiantamento da capital do paiz”, - fito que, só por si, é um largo programma de propaganda útil e, mais do que isso, necessária<sup>63</sup>.

Ressaltamos ainda que o *Paiz* era vendido por 100 réis na capital. Considerando-se esse valor elevado, vemos que o jornal não se interessava em alcançar as camadas mais

<sup>60</sup> “Velhas histórias”. *O Paiz*, 11 de outubro de 1884.

<sup>61</sup> CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 226.

<sup>62</sup> BARBOSA, Marialva. “História da Imprensa: texto e contexto na perspectiva histórica e metodológica”. In: *XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación*, 2018, Porto. Actas del XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2017. v. 1. p. 94.

<sup>63</sup> “Publicações”. *O Paiz*, 30 de julho de 1925.

pobres da população. Quando questionado em relação ao seu valor de revenda, o jornal isentou-se, demonstrando pouca preocupação em diminuir o seu preço, e declarou que:

Essa procura da nossa folha, que muito nos lisonjeia, porque revela confiança sempre crescente, deu, no entanto, motivo a que revendedores d'O Paiz cobrassem 100 réis por cada número. Desnecessário é acrescentar que o preço d'O Paiz não foi elevado por nossa conta e que hontem, como sempre, o mantivemos em 40 réis<sup>64</sup>.

A *Gazeta de Notícias* foi fundada em 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes, tendo surgido como pioneira no processo de fazer jornal barato e popular, custando quarenta réis o exemplar. Sobre a sua proposta principal, a redação avisava que: “além d’um folhetim romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores”<sup>65</sup>. Em relação às características do impresso, Clara Asperti afirma que:

Nos anos iniciais o jornal ainda apresentava de maneira simplória as suas minguadas quatro páginas, responsáveis por abarcar as oito colunas estreitas de seu corpo; porém, inovou ao ser vendido diariamente de modo avulso através de garotos-jornaleiros, ao passo que outros jornais só efetuavam vendas por assinatura. A iniciativa da *Gazeta de Notícias*, ao mesmo tempo em que fez com que suas vendas fossem expressivas, também lhe possibilitou a fama de jornal popular ao alcance das massas<sup>66</sup>.

Apesar de também possuir inclinações para o desenvolvimento de um discurso neutro e apartidário, a *Gazeta de Notícias* mostrava-se republicana e liberal, abraçando em suas páginas profissionais abertamente antiescravistas. De acordo com Barbosa:

Nesse jornal, Machado de Assis escreve os seus “Bons Dias e Boas Noites”, desde 1882. Publica também crônicas de Olavo Bilac e de Arthur de Azevedo. Entre seus colaboradores figuram Raul Pompeia, Silva Jardim e Adolfo Caminha, com as “Cartas Literárias” (...)

Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pedro Rabelo e Emílio de Menezes são os seus principais colaboradores. Bilac escreve crônicas aos domingos. Pedro Rabelo inaugura, em 1900, a seção humorística “Casa de Doidos”, Guimarães Passos redige sueltos, enquanto Coelho Neto publica folhetins e Emílio de Menezes prosa e verso. Os artigos de fundo sobre economia são de autoria de João Lopes Chaves e João do Rio é, sem dúvida, o seu mais popular repórter<sup>67</sup>.

Em março de 1983, o jornal expõe suas pretensões e inclinações, como podemos ver a seguir:

Em matéria financeira não publicará uma linha que não seja a afirmação de factos averiguados ou a expressão de opinião sincera, imparcial e absolutamente desinteressada.

<sup>64</sup> “O Paiz”. *O Paiz*, 5 de dezembro de 1890.

<sup>65</sup> “Prospecto inaugural”. *Gazeta de Notícias*, 2 de agosto de 1875.

<sup>66</sup> ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica”. *Contemporânea*. Edição 07 – Vol. 4 - n. 2. Rio de Janeiro, 2006, p. 49.

<sup>67</sup> BARBOSA, Marialva. “História Cultural da Imprensa...”, op. cit., p. 28.

Pelo lado político, não se mudará uma linha do caminho que havemos seguido. Somos e continuaremos a ser um jornal republicano e liberal, não tendo outro desejo senão o de facilitar a reconciliação de todos os bons cidadãos n'uma republica tolerante e respeitadora de todos os direitos<sup>68</sup>.

Considerando tais fatores, Barbosa<sup>69</sup> afirma que o discurso de autonomia em relação às facções políticas, frequentemente pronunciado pela *Gazeta*, ficava somente no papel, já que na prática não existia independência e liberdade diante dos grupos políticos que atuavam no período. Ao tratar deste ponto, Nelson Werneck Sodré salienta que o jornalismo da Primeira República foi regido por interesses de grupos dominantes, sendo raros os casos nos quais eles eram contrariados, já que havia grandes chances do jornal sofrer penalidades e acabar sendo fechado. Isso poderia acontecer, por exemplo, através da redução de créditos, de campanhas comerciais e da suspensão dos anúncios que sustentavam o periódico. Vemos, portanto, que a censura fazia parte do contexto em questão e, por isso, enfatizamos a necessidade da análise rigorosa das matérias publicadas.

Quando se tratava dos papéis femininos, a *Gazeta de Notícias* não se distanciava de *O Paiz*. O periódico em questão enfatizava que a mulher havia nascido para o lar, tendo como tarefa principal cuidar do marido e dos filhos. Conforme vemos a seguir, as mulheres seriam naturalmente amáveis, obedientes e gratas por sua tarefa, devendo estar sempre dispostas a cumprir seus deveres. Neste sentido, o trabalho que elas exerciam fora do ambiente doméstico não deveria ser tomado como uma conquista de direitos e sim como um esforço que por vezes era necessário para garantir o conforto dos filhos:

A mulher deve ser esmeradamente educada, para que possa transmittir aos filhos uma educação primorosa.  
 Deve ser amavel, atenciosa, delicada e cumpridora de seus deveres.  
 Eu penso que a mulher deve ser o anjo do lar, quer como filha ou como esposa ou como mãe.  
 Como filha, deve ser sincera, terna, dócil, obediente e grata.  
 Com esposa, deve ser amavel, dócil, meiga e também corajosa, afim de animar o marido na lucta pela vida.  
 Não deve desfalecer, e sim animal-o sempre.  
 Como mãe de família, deve ser um modelo de virtudes: sempre atendendo carinhosamente ao esposo, e aos filhinhos, aos quaes deve dispensar todas as atenções e cuidados.  
 Esses predicados constituem a face moral da mulher brasileira.  
 Toda devotada ao lar, só se afasta delle para dar-lhe o conforto que falta.  
 Si exerce profissões que até aqui têm sido exercidas pelos homens não é impulsionada por esse movimento de reivindicação de pretensos direitos.  
 A própria natureza indica-lhe o verdadeiro papel na sociedade (...) <sup>70</sup>.

<sup>68</sup> “Gazetilha do Estrangeiro”. *Gazeta de Notícias*, 11 de março de 1893.

<sup>69</sup> BARBOSA, Marialva. “História Cultural da Imprensa...”, op. cit., p. 29.

<sup>70</sup> “Sobre o feminismo”. *Gazeta de Notícias*, 1 de março de 1914.

A inferioridade intelectual feminina também aparece na *Gazeta de Notícias* que, apesar de mais progressista, reproduz e elogia um discurso que inferioriza a posição das mulheres em relação aos homens. Em artigo publicado em 23 de novembro de 1908, o jornal destaca uma conferência do professor Enrico Ferri<sup>71</sup> que apresenta evidências que considerava científicas, objetivas e positivas, comprovando que a mulher não possuía as mesmas aptidões dos homens. Em um primeiro momento de sua fala, Ferri sustentou-se nas conclusões de Lombroso, afirmando que:

(...) a mulher está em condições de inferioridade biológica ao homem, inferioridade biológica que se manifesta por documentos positivos contra os quaes de nada valem os protestos mais ou menos verbosos, quer elles partam das mulheres que queiram sobrepor-se a estas ações scientificas, quer dos homens que pretendam agradar as mulheres por meio de madrigais insufficientes para destruir as affirmações da sciencia<sup>72</sup>.

Seguindo com a cobertura da conferência, a *Gazeta de Notícias* demonstra que para o professor palestrante a mulher estaria em uma condição intermediária entre a criança e o homem adulto. Sua estatura que, na maioria dos casos é menor do que a dos homens, comprovaria que sua capacidade craniana é diminuta. Além disso, afirmava-se que havia um equívoco quando se trata da maior sensibilidade feminina, quando comparada a dos homens. Na verdade, o que supostamente ocorreria é que “a mulher tem menor força inibitória, uma menor energia para reprimir os próprios sentimentos”<sup>73</sup> e o homem, de forma contrária, teria autocontrole, podendo selecionar os momentos em que demonstra emoção. Seguindo na sustentação deste argumento, afirma-se que:

A mulher é menos sensível a dor physica ou moral; por isso a vemos quando se trata de um doente, sentar-se-lhe á cabeceira, carinhosa, dedicada, passando noites em claro, dormindo poucas horas apenas, durante vinte, trinta, quarenta dias seguidos. O homem adulto não resiste a essa fadiga: quando passa em claro ou mal dormidas três ou quatro noites, tem de ceder á imperiosa necessidade de repouso. E isso porque elle é mais sensível. Resistir á insomnia, á insufficiencia de nutrição, á própria dor, é uma forma de inferioridade

---

<sup>71</sup> Enrico Ferri (1856-1929) foi um criminologista italiano que, ao lado de Cesare Lombroso e de Raffaele Garofalo, construiu os pilares do movimento conhecido como “Escola Italiana”, amplamente influenciado pelo darwinismo social e pelo positivismo. Seguindo a lógica proposta por Lombroso, Ferri acreditava que o comportamento de um criminoso poderia ser definido por raízes biológicas, mas não negava que fatores de ordem social também se faziam presentes na essência de um crime. Através do artigo da *Gazeta de Notícias*, vemos como Ferri, inspirado nessas ideias, pensava as mulheres a partir de uma suposta inferioridade em relação aos homens. Inferioridade que era determinada pela biologia. Neste caso, era a ciência positivista que limitava os papéis que poderiam ser exercidos pelas mulheres. Sobre o assunto, ver: ALVAREZ, Marcos César. “O homem delinquente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil”. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, Vol. 1, n. 47, p. 71-92, jun./jul.2005; e AQUINO, Maria Paula Meirelles Thomaz de. “O pensamento de Enrico Ferri e sua herança na aplicação do Direito Penal no Brasil contemporâneo”. *Revista Liberdades*, Publicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, nº 18 – janeiro/abril de 2015.

<sup>72</sup> “Enrico Ferri: A Conferência sobre a mulher”, *Gazeta de Notícias*, 23 de novembro de 1908.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

biológica nas raças humanas. As primitivas resistem á dor, á fome, ás doenças mais do que as raças superiores<sup>74</sup>.

Conforme podemos notar, mais uma vez a mulher é colocada em uma posição de inferioridade. O fato dela se dedicar inteiramente a um doente, resistindo a dias mal dormidos, não a torna mais forte que o homem. Ao contrário, toda essa devoção faz com que a mulher seja considerada um ser inferior e, por isso, mais resistente à dor, à falta de sono e à pouca alimentação. O homem necessitaria de mais repouso pelo fato de já ter passado pelo processo de evolução e se tornado mais sensível moral e fisicamente. Para concluir, o “grande professor” – como Enrico Ferri é chamado pela *Gazeta* – trata do ponto de vista mental e afirma que, de fato, a mulher seria menos inteligente que o homem:

Sob o ponto de vista mental, a intelligencia feminina é inferior a do homem. Qualquer problema, qualquer questão theorica ou pratica, é apreciada differentemente pelo cérebro masculino e pelo cérebro feminino. Este é apto para analyses minuciosas, observa os detalhes, os pequenos incidentes, os insignificantes episódios: por isso também não se eleva ás synteses. O homem, ao contrario, vê as cousas sob um prisma mais largo, descortina mais vastos horizontes, vê mais longe; dahi o elevar-se a mais vastas generalizações, ás grandes syntheses<sup>75</sup>.

Está clara, portanto, a defesa da falta de intelectualidade feminina. Diferentemente dos homens, a mulher focaria somente nos pequenos detalhes, nas questões que são insignificantes e que contribuem pouco para a elevação mental do indivíduo. O homem, por outro lado, teria um olhar mais amplo, sendo capaz de direcionar-se a novos horizontes, elevando-se mentalmente e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento social. Com isso, a conclusão à qual se chega é que a mulher deveria complementar a vida do homem, estando sempre ao lado do marido, cuidando carinhosamente dos filhos.

Editada por Gonzaga Duque, Mário Pederneira e Lima Campos, a *Fon-Fon* circulou de 13 de abril de 1907 até 29 de dezembro de 1945, custando 400 réis no Rio de Janeiro e 500 para fora do estado. Apresentando-se como um “semanário alegre, político, crítico e esfuziante”, a revista se aventurava nas discussões relativas à condição humana e na difusão dos novos costumes que surgiam na sociedade carioca. Mônica Pimenta Velloso afirma que, assim como os demais impressos do período, seu objetivo era “fazer

---

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> Ibidem.

chegar aos seus leitores ideias, valores, comportamentos e imagens de um universo que se apresentava de forma inaugural, revolucionária e, sobretudo, sedutora”<sup>76</sup>.

De acordo com a autora, “seu nome, uma onomatopeia do barulho feito pela buzina dos automóveis, anunciava a chegada do século XX numa cidade embevecida com a tecnologia, a industrialização e o ritmo cada vez mais rápido dos novos carros”<sup>77</sup>. Vera Lins salienta que a *Fon-Fon* unia literatura, charges e fotografias de obras que remetiam à modernização e ao dia-a-dia da cidade, podendo ser considerada uma “revista mais mundana, cheia de fotos, que durou mais tempo e (...) modernista por sua ironia e pela incorporação dos signos do moderno”<sup>78</sup>.

Como podemos ver na imagem a seguir, os símbolos da *Fon-Fon* eram o automóvel e o chofer que simbolizavam, respectivamente, o moderno e o repórter. Pretendia-se, com isso, celebrar o progresso através da representação da industrialização e da rapidez que passaram a fazer parte da modernidade. Além disso, acreditamos que por ser direcionada ao público feminino, a revista se apresentava como um “Noticiário Avariado, Telegrafia sem Arame, Chonica Epidêmica”, se propondo a fazer comentários leves sobre o dia a dia, não entrando em questões políticas, já que elas interessariam somente ao público masculino. Por fim, ressaltamos que, conforme demonstra Vivian Marcello Ferreira<sup>79</sup>, não havia mulheres no logotipo da revista, o que sugere que a *Fon-Fon* ajudava na difusão da ideia de que o espaço público, aquele que se desenvolve e moderniza, deveria ser majoritariamente ocupado pelos homens.

---

<sup>76</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. “Fon - Fon! Em Paris: passaporte para o mundo”. In: *Fon - Fon! Buzinando a modernidade*. Caderno de Comunicação. Série Memória; 22, Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação, 2008, p. 11.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>78</sup> LINS, Vera. “Em revistas, o simbolismo e a virada de século”. In: *Ibidem*, p. 60.

<sup>79</sup> FERREIRA, Vivian Marcello. *Moda e condição feminina nas páginas da Revista Fon - Fon (1910 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2016, p. 19.



Figura 2: *Fon-Fon*, 13 de abril de 1907.

Vera Lins afirma que a *Fon-Fon* era formada por um grupo de simbolistas unidos contra o positivismo vigente no período. Para ela:

O que unia o grupo simbolista era uma ética. Interrogavam-se sobre a condição humana e o que se oferecia a eles dentro de um mundo já dominado pela mercadoria que não lhes podia satisfazer. Criticavam o naturalismo e o evolucionismo positivistas, do século XIX. Sua arte era uma aventura absoluta na ordem da criação artística com os riscos e perigos que isso implicava<sup>80</sup>.

De acordo com Ferreira<sup>81</sup>, esses simbolistas entregavam um produto que estava em conformidade com os interesses da classe dominante, orientando comportamentos e dividindo o mundo de maneira hierárquica entre feminino e masculino. Sobre isto, Ika Stern Cohen ressalta que a revistas voltadas para o público feminino – o que inclui a *Fon-Fon* – focavam basicamente em estabelecer práticas normativas e difundir o comportamento que era esperado das mulheres, constituindo-se, portanto, em “veículo privilegiado de imposição de um modelo social”<sup>82</sup>.

Como vimos, o padrão de comportamento esperado das mulheres era direcionado à garantia de um casamento. Na charge abaixo, vemos que a boa mãe é aquela que se sacrifica para assegurar a estabilidade da filha, se esforçando para que ela encontre um marido considerado adequado:

<sup>80</sup> LINS, Vera, op. cit. p. 62.

<sup>81</sup> FERREIRA, Vívian Marcello, op. cit, p. 17.

<sup>82</sup> COHEN, Ika Stern, op. cit, p. 117.



Figura 3: *Fon-Fon*, 7 de março de 1908.

A velha – Não aguento mais este callo. Em fim, como é do teu futuro que se trata faço das tripas coração.  
A filha: Cala a bocca mamãe. Elle i vem.

Uma mulher considerada “solteirona” estava fadada à solidão, já que não teria um companheiro para protegê-la e, tampouco, filhos, que seriam a razão da sua felicidade. Sua imagem era ridicularizada sendo, constantemente, associada a uma pessoa ranzinza que não tinha prazer na vida. A falta de um casamento não ocorreria por uma escolha feminina e sim pela infelicidade de não ter conseguido um marido. Encontramos, na *Fon-Fon*, exemplos disso, conforme vemos a seguir:



Figura 4: *Fon-Fon*, 14 de outubro de 1911.

Em 27 de junho de 1908, a *Fon-Fon* publica o que chama de “Pensamentos de um funcionário do correio” e afirma o seguinte: “A mulher casada é uma carta que chegou ao seu destino. A solteira é uma carta ainda não expedida. A solteirona uma carta esquecida... na *poste restante*”<sup>83</sup>.

Com isto, buscamos apresentar as principais características dos periódicos aqui analisados, tendo como foco principal traçar um panorama do olhar direcionado às mulheres. Vimos que, estando em consonância com a nova moralidade burguesa que vinha sendo construída, os periódicos auxiliavam a delinear os moldes de uma sociedade moderna e civilizada que limitava os espaços ocupados pelas mulheres. Este ponto será de extrema importância no próximo capítulo, pois pretendemos mostrar que as mulheres que se articulavam em prol da sua emancipação eram constantemente ridicularizadas na imprensa justamente por não estarem em consonância com os papéis que deveriam exercer.

## **I.2 Imprensa, reformas, mulheres e modernidade.**

Após a Proclamação da República, o Rio de Janeiro tornou-se sede do governo, havendo a necessidade de transformações políticas e sociais que remodelassem a capital. Foram implementadas, portanto, mudanças de cenário e de comportamentos que condiziam com o projeto de modernização elaborado nos moldes do estilo de vida da burguesia europeia. Sendo assim, através de um breve balanço historiográfico, iniciamos este tópico realizando um panorama geral sobre a *belle époque* carioca, enfatizando diferentes posições de autores considerados referenciais no assunto.

De acordo com Jeffrey D. Needell<sup>84</sup> a *belle époque* carioca inicia-se em 1898, quando Campos Sales assumiu o governo, indo até 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial. Durante o governo de Campos Sales, o presidente incentivou amplamente a imigração europeia, adotou uma política conservadora que garantia os interesses de grupos agrários e tornou o Rio de Janeiro centro administrativo, comercial, financeiro e industrial da República. Diante desse cenário político e econômico, cabiam reformas urbanas na capital, que se tornariam a marca registrada da sua *belle époque*.

---

<sup>83</sup> “Pensamentos”. *Fon-Fon*, 27 de junho de 1908.

<sup>84</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 39.

Em 1904, Rodrigues Alves assumiu a presidência e, conforme apontam Lia Aquino e Osvaldo Porto Rocha, logo tratou de indicar “um velho e consagrado engenheiro”<sup>85</sup> para a prefeitura da capital: Francisco Pereira Passos. Ao aceitar o convite, Pereira Passos fez algumas exigências que considerava pertinentes para que sua administração obtivesse êxito:

(...) a de governar com carta branca, passando por cima da Câmara de Vereadores, exigindo modificações na legislação vigente. Acreditava Passos que os problemas políticos na prefeitura se resolveriam com o fechamento da Câmara. O engenheiro também fazia questão de se colocar acima das questões políticas deixando claro que seu objetivo era de administrar a cidade, de acordo com princípios técnicos e científicos<sup>86</sup>.

Rodrigues Alves concede a independência administrativa solicitada pelo engenheiro que, por sua vez, toma posse em 3 de janeiro de 1903, “antes mesmo da publicação do decreto de sua nomeação”<sup>87</sup>. Neste período, Jaime Larry Benchimol<sup>88</sup> afirma que, com o objetivo de tornar o Rio de Janeiro uma cidade civilizada e higiênica, tal como Buenos Aires e as metrópoles europeias, o governo iniciou um processo de reformulação urbana da cidade e de demolição dos cortiços do Rio de Janeiro, vistos como símbolos do atraso e da insalubridade. Para Aquino e Rocha, este projeto possuía dois pontos principais: “a remodelação da capital e a política de imigração” e, diante da sua grandiosidade, houve a necessidade do governo federal participar das reformas, visto que o município não poderia arcar sozinho com todas as despesas. De acordo com os autores:

(...) as principais obras ficariam a cargo da administração federal: a construção do cais do porto, a conclusão do Mangue, a arrasamento do morro do Senado, a abertura da avenida Central. A cargo do município ficariam a abertura da avenida Beira-Mar, a abertura de uma avenida ligando o Passeio Público ao largo do Estácio, e o alargamento de uma série de ruas no coração da cidade, entre elas a Marechal Floriano, Prainha, Camerino e Treze de Maio<sup>89</sup>.

O órgão responsável pelas obras municipais foi a Comissão da Carta Cadastral; já as obras federais foram delegadas a Paulo de Frontin – responsável pela Avenida Central – e a Francisco Bicalho – responsável pelas obras do Porto. Esses engenheiros haviam sido selecionados por Lauro Muller, então ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas.

As reformas do Distrito Federal foram iniciadas pelo porto da capital que, na perspectiva do presidente, iria atrair a imigração, o capital e o comércio europeus. Na

---

<sup>85</sup> ROCHA, Osvaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A Era das Demolições: Demolições Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1995, p. 56.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>88</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992, p. 138.

<sup>89</sup> ROCHA, Osvaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino, op. cit., p. 58.

ocasião da inauguração dessa obra, a Revista *Fon-Fon* convida o carioca a comemorar o que considerava um grande melhoramento na cidade. A construção é tomada como um dos símbolos da modernização e do desenvolvimento da capital da República. Noticia-se que:

Cá dentro, no intimo reservatório dos meus sentimentos patrióticos, rufam os tambores de patriota. O meu feitio simples de velho carioca tradicionalista, agita-se e transforma-se na mais orgulhosa feição de civilizado impenitente. E sinto que o meu orgulho nacional, embandeira-se em arco e accende vistoso todos os seus holofotes festivos. Já temos um porto (...). Alegra-te, carioca, bate as tuas palmas de entusiasmo ao inicio deste melhoramento. Este sim, é mesmo dárromba (...)<sup>90</sup>.

Outra grande construção do período foi a Avenida Central que, além de permitir o tráfego entre o porto e o centro da cidade, facilitou a comunicação com a zona sul. Needell ressalta que essa construção pode ser considerada uma das maiores expressões da *belle époque* carioca, configurando-se como “um imenso boulevard cortando as construções coloniais da Cidade Velha”<sup>91</sup>, construída não somente para atender a interesses viários, mas também com o intuito de embelezar a cidade e se tornar símbolo do progresso material proporcionado pela civilização.

A construção da avenida foi noticiada por diversos periódicos do período, inclusive pela *Gazeta de Notícias* que, ao tratar da inauguração do seu eixo, afirma que:

O povo associou-se com um entusiasmo caloroso e espontaneo a essa festa, que assinala uma das maiores transformações por que vai passar esta capital. Sobre a areia húmida transitaram durante o dia e até a tarde da noite milhares de populares, entre os quaes não era pequeno o número de senhoras (...). A cerimonia da inauguração revestiu-se da maior solemnidade e a ella presidiu um entusiasmo tanto mais valioso, quanto vinha do povo, que expontaneamente explodia em aclamações constantes aos promotores e executores do grande melhoramento<sup>92</sup>.

Conforme podemos ver, o jornal apresenta o eixo da Avenida Central como um grande melhoramento para a cidade do Rio de Janeiro, tendo sido recebido com entusiasmo pelo povo. Seguindo com a notícia, a *Gazeta* destaca que, mesmo com o tempo chuvoso, a população compareceu em massa para ver pessoalmente um dos grandes símbolos de modernização da capital. A construção teria sido recebida com uma cerimônia solene presidida pelo chefe de Estado e a população “expontaneamente explodia em aclamações constantes aos promotores e executores do grande melhoramento”<sup>93</sup>.

<sup>90</sup> “A Nota da Semana”. *Fon-Fon*, 23 de julho de 1910.

<sup>91</sup> NEEDEL, Jeffrey, op. cit., p. 58.

<sup>92</sup> “A Avenida Central”. *Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1904.

<sup>93</sup> *Ibidem*.

Ao tratar da Avenida Central a partir de outra perspectiva, André Azevedo afirma que:

Além de apresentar toda uma infra-estrutura técnica das mais desenvolvidas para os padrões brasileiros da época, com cabos de luz, fios de telefone e tubos de gás subterrâneos, além de tecnologias modernas de calçamento viário, a Avenida Central apresentou toda uma significação do progresso material como propiciador da civilização, como era típico entre as elites republicanas. Primeiramente, por ser uma perspectiva que se iniciava como derivação do porto. A Avenida Central originava-se junto a este, que era a representação máxima do progresso material brasileiro<sup>94</sup>.

Apesar disso, Lia Aquino e Oswaldo Porto Rocha destacam as arbitrariedades e o abuso de poder cometidos durante sua construção. Com o apoio do prefeito, Paulo de Frontin decidia, a partir de critérios pessoais, quais os prédios que seriam poupados e aqueles que deveriam ser demolidos. Para os autores:

Um fato curioso ilustra bem a arbitrariedade do engenheiro. Nas confeitarias da rua do Ouvidor, o grande tema eram as obras da avenida. O público se dividia em duas facções? Uns acreditavam realmente na realização das obras, outros, talvez, os mais velhos e experientes, tinham suas dúvidas. Fevereiro passava rapidamente e as obras não se iniciavam. Frontin já havia determinado a data de 8 de março para o início das obras, e, numa discussão acalorada, um negociante, amigo íntimo do engenheiro, apostou que antes do final do mês já teria sido demolido o primeiro prédio. O apostador foi procurar o chefe da comissão, pois o mês já estava terminando e não se via o menor movimento de trabalhadores. De imediato, o intrépido engenheiro mandou que se derrubasse uma casa e, em 26 de fevereiro, o velho sobrado da rua da Prainha nº 27 foi abaixo. Conrado Jacob Niemeyer, em sinal de agradecimento – certamente com o dinheiro ganho na aposta – comprou o material da demolição e com ele construiu sua mansão na praia da Gávea<sup>95</sup>.

As obras de nível estadual também traziam a ideia de modernização do Distrito Federal. Pereira Passos atuou na iluminação, na ventilação, no alargamento de avenidas e na construção de novas vias. Para Azevedo<sup>96</sup>, seu objetivo principal era solucionar um problema relacionado à infraestrutura urbana do Rio de Janeiro, distribuindo os produtos que chegavam pelo porto da cidade. Contudo, Aquino e Rocha destacam que houve grande especulação imobiliária durante o período no qual o engenheiro ocupou a prefeitura da capital. Os autores destacam que:

A administração de Pereira Passos representa o triunfo dos interesses dos setores ligados ao comércio (importação principalmente), aos meios de transporte, e sobretudo aos setores ligados à construção civil. As fotografias da época nos mostram os concorridos leilões dos terrenos desapropriados, leilões que tinham lugar nas ruínas dos prédios. Era ali, antes mesmo da

<sup>94</sup> AZEVEDO, André Nunes. “A reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração urbana”. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago, 2003, p. 48. Ver também, do mesmo autor: AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigo Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

<sup>95</sup> ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino, op. cit., p. 62-63.

<sup>96</sup> AZEVEDO, André Nunes, op. cit., p. 47.

remoção do entulho, que se fazia a partilha, que se definia a ocupação dos novos terrenos<sup>97</sup>.

Aquino e Rocha<sup>98</sup> também chamam a atenção para a atuação da prefeitura na desvalorização dos prédios já existentes que, apesar de serem considerados antiquados, eram bem apreciados para compra, venda e aluguel, fazendo com que não houvesse grande interesse no investimento na construção de prédios modernos. As medidas tomadas por Pereira Passos afetaram “os pequenos comerciantes, proprietários de casas, de cômodos e cortiços, nobres e ordens religiosas”<sup>99</sup>. Além disso, os autores chamam a atenção para o fato das grandes obras na cidade não serem aproveitadas pelo pequeno construtor devido a “normas rigorosas para a construção de prédios, do elevado custo dos terrenos e do combate desenvolvido pela imprensa à figura do mestre-de-obras”<sup>100</sup>, denunciado pelo Clube de Engenharia como responsável pelo atraso de muitas construções e visto como um empecilho ao trabalho dos engenheiros e arquitetos, já que era muito procurado, apesar de não possuir um diploma. Sobre o mestre de obras, a *Gazeta* publica o seguinte:

Todos nós brasileiros, que amamos esta terra e desejamos ver sua capital no grau de prosperidade, beleza e magnificência, a que ella tem direito (...) devemos nos unir e começar uma campanha sem tréguas contra o mestre de obras, inhabil e grosseiro, que ameaça transformar a cidade em um amontoado de *peíeces montees* de pastellaria, que tal é o caráter de suas construcções, tanto das novas como das que sofrem reparações<sup>101</sup>.

É importante ressaltar ainda que Aquino, Rocha e Benchimol enfatizam que tais reformas foram inspiradas pelos padrões parisienses estabelecidos por Georges Eughe Haussmann, responsável por transformar Paris em um modelo ideal de metrópole industrializada. Segundo Benchimol, Haussmann promoveu a destruição de bairros proletários com o objetivo de alargar as ruas e evitar revoltas que, caso ocorressem, poderiam ser contidas pela força policial. Haveria, dessa maneira, um movimento excludente que atendia aos interesses das classes dominantes, contendo a população considerada perigosa.

Com isto, podemos ver que o ingresso na modernidade também incluía pensar a manutenção da ordem através do controle social de determinados segmentos da

---

<sup>97</sup> ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino, op. cit., p. 67.

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> Ibidem.

<sup>100</sup> Ibidem.

<sup>101</sup> “A architectura no Rio de Janeiro”. *Gazeta de Notícias*, 1 de abril de 1901.

população. Conforme aponta Ana Paula Barcelos<sup>102</sup>, a ordem burguesa que estava se constituindo precisava pensar a participação das diferentes classes na esfera pública, além de lidar com o trabalho livre, imigrante e constituído por uma população de ex-escravos. De acordo com Gizlene Neder<sup>103</sup>, vivia-se um período em que as técnicas de repressão saíram do âmbito dos senhores e passaram para o do Estado, havendo a necessidade do desenvolvimento de um sistema que garantisse o exercício das atividades comerciais e industriais. Sidney Chalhoub afirma que:

Na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, a principal dificuldade dos deputados era imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativo. Na escravidão, em última análise, a responsabilidade de manter o produtor direto atrelado a produção cabia a cada proprietário / senhor individualmente (...). Com a desagregação da escravidão, e a consequente falência das práticas tradicionais, como garantir que os negros, agora libertos, se sujeitassem a trabalhar para a continuidade da acumulação da riqueza de seus senhores / patrões?<sup>104</sup>

Para o autor, a solução encontrada pela República foi a aplicação da chamada “teoria da suspeição generalizada”<sup>105</sup> na qual foram empreendidas medidas repressivas voltadas para as classes populares, com o objetivo de garantir que não haveria ociosidade e resultando no pleno desenvolvimento da sociedade burguesa que estava sendo construída.

Além disso, de acordo com Vera Malaguti Batista<sup>106</sup>, o medo de tumultos e de atividades consideradas criminosas impulsionadas pela pobreza e pelas insurreições escravas ao longo do século XIX, também acabou justificando políticas autoritárias de controle social, contribuindo para a formação de uma República excludente e autoritária. Sobre essa atmosfera de medo, Chalhoub afirma o seguinte:

E os republicanos tiveram medo da cidade negra, da cidade diferente. Um medo profundo, enraizado na percepção da racionalidade e da recorrência dos movimentos antinômicos dos negros escravos e livres. Não há, é verdade, nenhuma notícia de uma insurreição de negros de grandes proporções na cidade no século XIX. Isto pouco ou nada importa. O medo de que isso ocorresse era sólido como uma rocha e realimentado de vez em quando por notícias de haitianos passeando pelas ruas da Cortes, por revoltas urbanas, ou pelos rumores de uma conspiração internacional para subverter as sociedades escravistas. E havia ainda o medo cotidiano e corrosivo daqueles negros que

---

<sup>102</sup> BARCELOS, Ana Paula. *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

<sup>103</sup> NEDER, Gizlene. “Cidade, Identidade e Exclusão Social”. In: *Revista Tempo*, RJ, v.2, n.3, 1997, p. 110.

<sup>104</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 24.

<sup>105</sup> *Ibidem*.

<sup>106</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 37.

podiam ministrar veneno em remédios ou dar facadas, sendo perfeitamente conscientes e capazes de explicar o que estavam fazendo<sup>107</sup>.

Todo esse medo fez com que a República tratasse a população negra de forma agressiva e violenta. Na perspectiva de Chalhoub, essa hostilidade era camuflada com o discurso de modernização e higienização, que pregava uma ideologia na qual buscava-se preservar a moral e os bons costumes, pois os republicanos “jamais admitiram que eram movidos também pelo medo”<sup>108</sup>.

A revista *Fon-Fon* retrata essa necessidade da manutenção de políticas que perpetuam a exclusão social sobretudo de negros e mestiços, que compunham a maioria da população. Como vemos na imagem a seguir, ironiza-se o fato da mulher negra querer ocupar outros cargos que não fossem o de empregada doméstica, já que o seu lugar deveria ser o de criadagem, servindo como mão de obra e obedecendo às hierarquias sociais:



Figura 5: *Fon-Fon*, 3 de dezembro de 1921.

“A creadagem no Rio.

- Pois a senhora fique sabendo que não sou mais sua empregada. Já estou cansada de ser cosinheira. Agora vou vê se arranjo um logar de patrôa.

Na construção desta ordem burguesa, havia ainda a perspectiva médica para a ordenação do espaço urbano. De acordo com Batista<sup>109</sup>, o processo de medicalização da sociedade brasileira se iniciou na década de 1830, quando houve mudanças nas relações entre medicina popular e acadêmica. A partir desse período, observa-se um “saber médico

<sup>107</sup> CHALHOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16. São Paulo, p. 104.

<sup>108</sup> *Ibidem*.

<sup>109</sup> BATISTA, Vera Malaguti, op. cit., p. 159.

que se institucionaliza”<sup>110</sup> e que “intervém na vida social, decidindo, planejando e executando medidas ao mesmo tempo médicas e políticas”<sup>111</sup>. A medicina passa a investir na ideia da higiene pública, servindo como “*suporte normalizador fundamental do governo moderno* [Grifo no original]”<sup>112</sup>.

Magali Engel<sup>113</sup> enfatiza que foi a partir da criação da Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina que o Rio de Janeiro passou a ser visto como um lugar doente, infectado e que precisava de tratamento. Adquirindo, portanto, um caráter político, a medicina que estava se desenvolvendo, tal como a medicina francesa do mesmo período, assumiria, “na gestão da existência humana, uma postura normativa que a autorizava a reger as relações físicas e morais dos indivíduos e das sociedades em que viviam”<sup>114</sup>. No caso do Brasil, o caráter prático das reflexões médicas aqui produzidas se manifestaria na intenção de “agir sobre o corpo doente, curando-o, ou seja, sobre a cidade, ordenando-a dentro dos padrões médicos que definiam a higiene e a saúde”<sup>115</sup>. Com isto, percebemos que a nova configuração da cidade e o contato com os estudos médicos europeus fizeram com que houvesse o desenvolvimento de um projeto de higienização do espaço urbano. Nele, comportamentos considerados fora do padrão e que não atendessem ao ideal burguês de trabalho foram tomados como enfermidades que deveriam ser combatidas através de medidas sociais muitas vezes associadas a tratamentos médicos.

Sendo assim, conforme afirma Foucault<sup>116</sup>, a figura do carrasco foi substituída por um conjunto de especialistas, que incluía médicos, psiquiatras, psicólogos e educadores, que portavam saberes e discursos científicos que formam a prática de punir. Todavia, para o autor, esta transferência não ocorre para integrar tais saberes no estrito poder de punir, mas para fazê-los funcionar no interior da operação penal como elementos não jurídicos. Foucault afirma que, apesar de todas as modificações no sistema punitivo, alguns elementos sugerem determinadas continuidades, pois apesar da justiça moderna não acionar mais castigos violentos vigentes no Antigo Regime, optando por trancar e corrigir, o objeto jurídico acaba voltando-se para o corpo; é sempre do corpo que se trata,

---

<sup>110</sup> Ibidem, p.161.

<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> ENGEL, Magali, op. cit., p. 53-55.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>116</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Nascimento da Prisão*. 23ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 25.

“do corpo e de suas forças, da sua utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão”<sup>117</sup>.

Por esta via de análise, Foucault não se restringe à formação de um conhecimento sobre o corpo, debruçado em discursos científicos, mas também atenta para relações de poder que o alcançam. Sendo assim, considera-se que o corpo está envolvido em um campo político onde passa a ser investido por relações de poder e de dominação. Ele é visto como “força de trabalho” que passa a ser objeto de intervenção, ou seja, esse investimento político no corpo está ligado aos seus usos econômicos de forma a indicar que sua utilização como força de trabalho só é possível se ele estiver referido a um sistema de sujeição. Assim, o corpo é ao mesmo tempo produtivo e submisso.

A busca pela modernização envolvia, ainda, a reconstrução de alguns hábitos considerados ultrapassados e não condizentes com o modelo europeu de civilização. Conforme vemos na *Fon-Fon*, a expressão “O Rio Civiliza-se” foi largamente utilizada para manifestar a euforia sentida diante de novas construções, sendo elas de grande impacto ou mais singelas. Entretanto, notamos certo incômodo em relação à continuidade de algumas práticas vistas como primitivas e atrasadas:

(...) O Rio civiliza-se! Pegou de galho como se costuma dizer. Ella é usada a todo proposito, quer se abra uma nova e ampla rua, quer se inaugure mais uma loja de barbeiro. E’ assim como que um grito de entusiasmo, uma manifestação vibrante de patriotismo. O Rio civiliza-se! A tua frase parece destinada a ter a celebridade da de D. Pedro I. Não ha duvida! O Rio civiliza-se!... mas o diabo é que ainda nos restam tantas cousas feias e atrasadas do passado!<sup>118</sup>

Pensemos, nesse ponto, acerca das tradições “feias e atrasadas” mencionadas pela *Fon-Fon*. De acordo com Needell<sup>119</sup>, determinados costumes cariocas, muitas vezes nascidos de descendentes de africanos e que se espalharam nas áreas mais precárias da Cidade Velha, foram remodelados em prol de uma capital que caminhava rumo ao progresso. Através do Código de Posturas aprovado em 7 de dezembro de 1889 pela Intendência Municipal da Capital Federal e publicado por *O Paiz* podemos constatar que a nova mentalidade burguesa envolvia não somente a reconstrução urbana da cidade, mas também novas ideias, valores e costumes. Na sexta seção, intitulada “Commercio de carne, de leite, de viveres, de peixe, atravessadores, vinhos artificiais, gêneros e bebidas corrompidas”, destacamos alguns artigos:

---

<sup>117</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>118</sup> “Cartas Abertas”. *Fon-Fon*, 3 de agosto de 1912.

<sup>119</sup> NEEDELL, Jeffrey, op. cit., p. 71.

Art. 71. É expressamente proibido conservar carne nas portas dos açougues, recebendo diretamente raios solares ou seus reflexos, poeira ou qualquer outra substância que possa concorrer para a decomposição da carne. Os açougues situados em casas cuja frente o sol actuar fortemente, deverão ter toldos que atenuem a acção do calor (...)

Art. 99. Não se admite a entrada na praça de pessoas a cavallo, nem a introdução de cavalgadas, ou de muares, bovinos ou suínos, ainda mesmo puxados a rédea, corda ou qualquer outro meio, e nem tampouco é permitido o amarrarem-se taes animaes aos portões da praça (...)

Art. 118. O leite das vaccas, exposto a venda no districto federal deve-o ser em latas ou garradas convenientemente fechadas, com indicação da procedência. Não é permitido transitar pelas ruas vaccas de leite servindo a população (...)

Art. 139. É prohibido aos mercadores ambulantes treparem nos estribos dos bondes para venderem suas mercadorias (...)

Art. 140. Nas freguesias urbanas fica prohibido o estabelecimento e construcção de cortiços e outras edificações acanhadas e anti-higienicas, para habitação das classes menos favorecidas, e ainda mesmo nos quintaes dos prédios (...)

Art. 144. É também prohibida a criação de porcos, cabras, carneiros e vaccas, a estabulação de animaes de carro, carga, carroça, no perímetro, o ocupado pelas casas de operários (...)<sup>120</sup>.

Sendo assim, fica clara a proibição de tradições locais, tais como a venda de carne nas portas dos açougues, a entrada de animais nas praças, o comércio de leite extraído diretamente da vaca, o comércio de ambulantes nos bondes, a construção de novos cortiços e a criação de animais nas cidades. Essas posturas não ajudariam no processo de modernização e não condiziam com os novos valores burgueses, que envolviam higienização e organização. A revista *Fon-Fon* enfatiza a necessidade de remodelação destes costumes através de uma campanha contra tudo aquilo que deixava a cidade feia:

Batto palmas a tua iniciativa, á tua campanha contra tudo que enfeia a cidade e a civilização dos cariocas.

Quanta cousa hedionda há ainda por ahi, apesar da abertura de amplas Avenidas e dos palácios em construcção!

Os imundos quiosques, retalhistas de aguardente; os trottoirs em pandarecos da ante-sala do Rio, a rua do Ouvidor; os mictórios prehistoricos, agarrados as paredes das casas e até de igrejas; as roupas estendidas nas janelas dos prédios caros; os infectos cortiços que tem pretenções á Boulevard Saint Germain; o pessoal de pé descalço e camisa aberta sobre amoite de cabellos no peito, emfim uma serie ainda bem grande de cousas do tempo da onça, contrastando singularmente com a preocupação de luxo e elegância que tem-se notado nestes últimos annos<sup>121</sup>.

É importante destacar que, além das tentativas de regulamentação do comportamento da população pobre, encontramos o reforço dos estereótipos femininos que contribuía para a expressiva desigualdade de gênero. Apesar das várias mudanças relacionadas à urbanização e à higienização da capital, a mulher ainda deveria ocupar papéis tradicionalmente estabelecidos, estando atrelada à virgindade, à pureza, ao

<sup>120</sup> “Intendência Municipal”. *O Paiz*, 4 de fevereiro de 1890.

<sup>121</sup> “Liga contra o Feio”. *Fon-Fon*, 22 de fevereiro de 1908.

casamento e à maternidade. Conforme ressaltamos no tópico anterior, constantemente a imprensa reforçava essa ideia, agindo como um dos mecanismos utilizados para propagar os valores da nova família burguesa e para reforçar a importância de a mulher estar em casa, zelando pelo marido e pelos filhos. Enquanto a rua era vista como perigosa, o ambiente doméstico era um lugar seguro onde as mulheres estariam a salvo e protegidas. A *Fon-Fon*, ao tratar dos perigos que poderiam recair sobre a mulher em espaços públicos, atenta para os importunos causados pela figura do D. Juan. Sobre isto, afirma:

(...) São os que perseguem com uma impertinência assustadora, incautas senhoras que se aventuram a sahir sosinhas. Estes são terríveis e desde que as encontrem sósinhas, desfazem-se na relíce dos galanteios duros, das propostas indecorosas, dos convites vergonhosos. E as pobres coitadas, indefezas, esquivam-se, entram nas lojas, demoram-se, contam as horas<sup>122</sup>.

A solução para a questão seria a figura masculina. Neste caso, somente um homem poderia proteger a mulher que, devido a sua fragilidade, não poderia cuidar de si mesma em um ambiente tão inseguro: “(...) Até que a bengala salvadora de um pae, de um irmão, de um marido, ou de um simples transeunte educado, se vê na obrigação leal de intervir, achatando-lhe a jaca, sacudindo-lhe o pé, indo-lhe valentemente ao pêllo”<sup>123</sup>.



Figura 6: *Fon-Fon*, 6 de julho de 1907.

Sendo assim, podemos observar que a questão feminina na República é um importante exemplo da forma pela qual a tradição participa da construção da modernidade, tornando-se parte indispensável da sua essência. O projeto empreendido na

<sup>122</sup> “D. Juan... De Esquina”. *Fon-Fon*, 6 de julho de 1907.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

cidade do Rio de Janeiro, que prometia progresso e civilização sob moldes europeus, estava envolvido pela força da tradição escravista colonial e condenava costumes tradicionais que, em muitos dos casos, pertenciam às classes populares. Marshall Berman, ao analisar a vida moderna, demonstra que ela é contraditória já em sua base. Para ele:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao seu redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém é uma unidade paradoxal, uma unidade que desune: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança; de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, tudo que é sólido se desmancha no ar<sup>124</sup>.

Berman ressalta ainda que a modernidade é construída por homens e mulheres que buscam fazer parte do mundo moderno, sentindo-se em casa mesmo quando vivem constantes mudanças. Partindo deste ponto, o autor ressalta que a busca pelo moderno jamais cessará, pois “nossas contradições e realizações mais criativas estão fadadas a se transformar em prisões e sepulcros caídos; para que a vida possa continuar, nós ou nossos filhos teremos de escapar delas ou então transformá-las”<sup>125</sup>. Na perspectiva do autor, a burguesia é o grande agente da modernidade, atuando para tornar tudo rentável, atribuindo valor até mesmo ao próprio indivíduo. “As velhas formas de honra e dignidade não morrem; são, antes, incorporadas ao mercado, ganham etiquetas de preço, ganham nova vida, enfim, como mercadorias”<sup>126</sup>. A conduta humana aceitável é aquela que se torna economicamente valiosa. Além disso, transformam-se paisagens para que elas se tornem mais “diferenciadas e dinâmicas”<sup>127</sup>. Para Berman, o cenário que se desenvolve é o seguinte:

Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais, diários, telégrafos, telefone e outros instrumentos de *media*, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo, exceto solidez e estabilidade<sup>128</sup>.

---

<sup>124</sup> BERMAN, Marshall, op. cit., p. 24.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>128</sup> Ibidem.

Ainda sobre este ponto, Arno Mayer ressalta que não devemos deixar de considerar o peso das tradições em sociedades que estão se configurando durante a passagem do século XIX para o século XX. Não se trata de subestimar “as forças modernas que solaparam e desafiaram a antiga ordem”, mas de admitir que alguns dos elementos considerados “pré-modernos” fazem parte de essência da modernidade. Para o autor, diminuir ou desvalorizar a permanência das forças conservadoras significa desenvolver uma narrativa limitada das transformações vividas. O autor considera que “para obter uma perspectiva mais equilibrada, os historiadores terão de considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interpretação dialética entre ambas”<sup>129</sup>.

Pensando no caso europeu, Mayer ressalta ainda que muitos elementos feudais se perpetuaram em sociedades modernas por se adaptarem a essa nova conjuntura. Com isto:

As nobrezas do serviço público, tanto civis como militares, receberam novos rebentos qualificados e ambiciosos das profissões liberais e dos negócios, embora fossem cuidadosos ao controlar de perto essa infusão de talento e sangue novos. Os recém-chegados tinham de passar por escolas de elite, ingerir o espírito corporativo e demonstrar fidelidade à antiga ordem como pré-requisitos para seu avanço. Ademais, os escalões mais altos da burocracia estatal e dos serviços militares continuaram reservados a homens de elevado nascimento e assimilação comprovada<sup>130</sup>.

Neste cenário, os burgueses, com o objetivo de ascender socialmente, assimilam valores e costumes da velha ordem. A nobreza, apesar de ter sofrido com a desfeudalização, não se reduziu a uma classe impotente, “sem saída dentro de sociedades praticamente burguesas”<sup>131</sup>, mas passou a controlar “rigidamente o acesso ao alto patamar social, cultural e político a que aspirava a burguesia”<sup>132</sup>, deixando intactos seus elementos vitais. Além disso, Mayer ressalta que os burgueses não detinham poder político e não podiam se sustentar diante da Igreja Católica e das classes populares. Nas suas palavras:

A Igreja desconfiava dos capitalistas inescrupulosos e pregava a humildade para os arrivistas econômicos, intelectuais e sociais das cidades (...). Assim como sofria de uma falta de consagração religiosa e temporal vinda de cima, a burguesia insegura também não contava com uma adesão de massa que reconhecesse sua superioridade e proporcionasse uma garantia de apoio ou fúria popular. E por último, mas de modo algum menos importante, por mais sólidos que fossem seus alicerces econômicos, a burguesia amorfa, a não ser em termos locais, continuava a ser politicamente impotente<sup>133</sup>.

---

<sup>129</sup> MAYER, Arno, op. cit., p. 14.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>132</sup> Ibidem.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 93-94.

Assim, conclui-se que “duvidando de sua própria legitimidade e sem condições para subverter ou conquistar as antigas classes dominantes, os novos grandes negociantes e profissionais liberais decidem imitá-las, bajulá-las e se juntar a elas”<sup>134</sup>.

Por fim, ao tratar do caso brasileiro, Needell afirma que apesar das mudanças introduzidas, os movimentos abolicionista e republicano não conseguiram destruir “os alicerces do poder das elites agrárias e dos seus aliados, nem impedir a formação de um governo para atender os anseios dos grupos mais poderosos”<sup>135</sup>. Tais fatores não significaram, contudo, total ausência de mudanças na recém proclamada República, mas sua limitação. As transformações ocorreram, mas elas não chegaram a alterar a força da elite e sua importância sociocultural. Conciliavam-se “mudanças generalizadas com a preservação da hierarquia social”<sup>136</sup>. Vera Malagutti Batista<sup>137</sup> afirma que para entendermos a conjuntura ideológica e política do período, faz-se necessário compreendermos que houve a convivência do liberalismo com o sistema imperial escravista, pois, ao mesmo tempo que alguns aspectos da modernidade foram incorporados, o autoritarismo permaneceu.

Vemos que o projeto de modernização do Brasil inseria-se na busca por desenvolvimento descrita acima. Com isto, ao mesmo tempo em que se incentivava o progresso urbanístico e higienista, eram garantidos os interesses aristocráticos, perpetuando medidas de exclusão social e moldando novos padrões de comportamento que negavam os costumes tradicionais. Além disso, a República também garantia que as mulheres estivessem envolvidas por uma política patriarcal, reforçando a sua posição na família e o seu lugar na busca por uma sociedade dita civilizada.

### **I.3 Reflexões sobre gênero, patriarcado e dominação masculina.**

Para o desenvolvimento desta análise, torna-se importante ainda uma discussão sobre gênero e sobre a inserção da mulher na pesquisa histórica. Trataremos da maneira pela qual a historiografia vem ampliando suas áreas de investigação, percebendo as mulheres como sujeitos de sua própria história e tornando-as objetos de estudo. Além disso, em um segundo momento, a análise incidirá sobre os conceitos de dominação

---

<sup>134</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>135</sup> NEEDEL, Jeffrey, op. cit., p. 40.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>137</sup> BATISTA, Vera Malaguti, op. cit., p. 124.

masculina e de patriarcado, pensando no contexto social, político, econômico e cultural da Primeira República. Buscaremos observar os padrões de opressão pautados em uma suposta diferença natural entre os sexos que reforça o papel que a mulher deveria exercer na família e na sociedade.

Conforme apontam Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, a categoria gênero vem ganhando espaço nos trabalhos acadêmicos. Apesar disso:

(...) a fertilidade dos dias atuais contrasta, entretanto, com a trajetória difícil que a análise de “gênero” enfrentou no campo historiográfico. Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como a própria inclusão de “mulher” ou “mulheres” como categoria analítica na pesquisa histórica<sup>138</sup>.

Para as autoras, a fundação da Escola dos Annales por Marc Bloch e Lucien Febvre foi de grande importância para que as mulheres fossem incorporadas ao estudo historiográfico, visto que permitiu a ampliação de fontes e a observação de sujeitos comuns. Já a corrente marxista, que ao longo do tempo adquiriu grande importância no campo historiográfico, voltou-se para as questões relativas à luta de classe, deixando de lado a discussão de questões éticas, sociais e relativas ao gênero. A narrativa marxista “se resolveria com o fim da contradição principal: a instauração de uma sociedade sem classes. Não se justifica, portanto, uma atenção especial do/a historiador/a para a questão feminina”<sup>139</sup>.

A partir da década de 1960, conforme apontam Soihet e Pedro, a historiografia passa por mudanças significativas revendo sua metodologia e conceitos teóricos. Para as autoras:

O conhecimento histórico tornou-se relativo, tanto a uma determinada época do passado, como a uma dada situação do historiador no tempo, o qual procura interpretar os processos de mudanças através de um conhecimento dialético. Tal panorama tornou mais factível a integração da experiência social das mulheres na história, já que sua trama é tecida basicamente a partir do cotidiano, e não de pressupostos rígidos e de grandes marcos<sup>140</sup>.

A partir daí, vemos a importância assumida pela história social que passa a ressaltar “as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos da história”<sup>141</sup>. A chamada corrente neomarxista permite a abordagem do micro, dos pequenos atores sociais, de suas lutas e de suas reivindicações. As autoras ressaltam ainda o desenvolvimento de novos campos que auxiliam no conceito de gênero,

<sup>138</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. *Revista Brasileira de História*, 2007, vol.27, n.54, p. 284.

<sup>139</sup> *Ibidem*.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 285.

<sup>141</sup> *Ibidem*.

como o da história das mentalidades e o da história cultural. “Apoiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia –, com o intuito de desvendar as diversas dimensões do objeto”<sup>142</sup>. Para Rago, a história cultural enfatiza a importância “das representações sociais culturalmente constituídas, esclarecendo que não há anterioridade das relações econômicas e sociais em relação às culturais”<sup>143</sup>.

A década de 1970 é marcada por uma multiplicação de trabalhos relacionados às mulheres. Como resultado disso, Soihet e Pedro apontam a criação de cursos em universidades francesas, colóquios e grupos de reflexão. As autoras mencionam as análises de Joan Scott e afirmam que a maior contribuição dos estudos de gênero foi fazer com que a historiografia não pensasse mais o homem como um sujeito universal. Sobre o assunto, as autoras afirmam:

Em que pesem seus esforços no sentido de acomodar as mulheres numa história que, de fato, as excluía, a contradição instaurada revelou-se fatal. A história das mulheres – com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam, quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública – implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal<sup>144</sup>.

O final da década de 1970 trouxe consigo a necessidade de fazer com que as mulheres não fossem pensadas a partir de uma identidade comum. Segundo Maria Izilda S. de Matos, preocupações emergiram fazendo com que a mulher fosse entendida a partir de suas pluralidades e especificidades, de acordo com o contexto social ao qual pertence<sup>145</sup>. Soihet e Pedro afirmam ser necessário revelar que existem “múltiplas diferenças dentro da diferença, ou seja, entre mulheres, como entre homens, embora não se pudesse esquecer as desigualdades e relações de poder entre os sexos”<sup>146</sup>. Assim, a ideia universal de mulher deixa de existir, passando a serem consideradas as diferenças relativas à raça, classe, etnia, sexualidade e posicionamento político.

---

<sup>142</sup> Ibidem.

<sup>143</sup> RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino Feminino e Plural*. Florianópolis: Ed: Mulheres, 1998, p. 6.

<sup>144</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria, op. cit., p. 286.

<sup>145</sup> MATOS, Maria Izilda S. de. “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”. *Cadernos Pagu*, 1998, v. 11, p. 71.

<sup>146</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria, op. cit., p. 287.

Conforme afirma Margareth Rago<sup>147</sup>, quando chegamos na década de 1980, a historiografia deixa de pensar o sujeito universal, as ações individuais e as práticas coletivas, predominantemente masculinas, ampliando-se o leque temático em relação aos novos agentes sociais. Esse tipo de estudo se preocupa em resgatar a história das mulheres e mostrar que elas são capazes de questionar, na prática, o discurso desqualificador. Maria Izilda S. de Matos diz que “a presença crescente das mulheres em diferentes espaços instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos históricos e objeto de estudo”<sup>148</sup>. Com isto, há o surgimento de um universo feminino próprio, não inferior ao masculino, no qual as mulheres podem ser consideradas sujeitos capazes de fazer sua história e investir contra as manifestações de poder, como elaboradoras de iniciativas e experiências que as fazem merecedoras de um lugar na história social.

Apesar disso, devemos ressaltar que, conforme aponta Joan Scott, a inserção das mulheres na historiografia passa ainda pela necessidade de análise do gênero como uma categoria que precisa ser desenvolvida. Para a autora, muitos trabalhos seguem apresentando gênero como sinônimo de mulher para “obter reconhecimento político desse campo de pesquisa”<sup>149</sup>, não considerando as relações de poder e a persistência das desigualdades entre os sexos. Além disso, o termo também é utilizado “para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”<sup>150</sup>, enfatizando que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino”<sup>151</sup>. Por fim, Scott ressalta que o termo gênero também vem sendo utilizado para rejeitar as explicações inteiramente biológicas, designando relações sociais entre os sexos e, portanto, constituindo-se como uma forma de indicar “construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres”<sup>152</sup>. Nesse caso, ainda que haja o reconhecimento dos papéis sociais, não se considera a ligação entre o sexo do indivíduo e as atribuições vinculadas a ele. “Trata-se de uma

---

<sup>147</sup> RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes dos (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995, p. 81-84.

<sup>148</sup> MATOS, Maria Izilda S. de, op. cit., p. 67.

<sup>149</sup> SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, 1995, v. 15, n.2, p. 75.

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> Ibidem.

<sup>152</sup> Ibidem.

forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres”<sup>153</sup>. Sobre esta questão, a autora salienta que:

Esses usos descritivos do termo “gênero” foram empregados pelos/as historiadores/as, na maioria dos casos, para delimitar um novo terreno. À medida que os/as historiadores/as sociais se voltavam para novos objetos de estudo, o gênero tornava relevante temas tais como mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero. Em outras palavras, esse uso de gênero refere-se apenas àquelas áreas, tanto estruturais como ideológicas, que envolvem as relações entre os sexos. Uma vez que, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a esses objetos, continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder (...). Ainda que, nessa utilização, o termo “gênero” sublinhe o fato de que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam<sup>154</sup>.

Desse modo, Matos afirma que “a categoria de gênero ainda reivindica para si um território específico em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres”<sup>155</sup>. Este desafio vem sendo trabalhado por historiadores que dedicam tempo na formulação de abordagens teóricas mais consistentes e que, de acordo com Scott, buscam ultrapassar:

Empréstimos parciais que enfraquecem o poder analítico de uma teoria particular ou, pior, que emprestam seus conceitos sem ter consciência de suas implicações; ou tentativas para dar conta de mudança que, por terem como inspiração teorias universais, apenas ilustram temas invariantes; ou, ainda, estudos extremamente imaginativos, nos quais a teoria está, entretanto, tão escondida, que esses estudos não podem servir de modelos para outras pesquisas<sup>156</sup>.

Neste sentido, conforme aponta Scott, o estudo de gênero passa a incidir tanto sobre “as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”<sup>157</sup>, quanto sobre as relações de poder que envolvem os corpos. Tratando do primeiro caso, a autora afirma que existem quatro elementos que moldam as diferenças entre homens e mulheres, sendo eles:

(...) os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (...); os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado de homem e mulher, de masculino e do feminino (...); à aparência de uma permanência intemporal na representação binária de gênero; a identidade subjetiva<sup>158</sup>.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> MATOS, Maria Izilda S. de, op. cit., p. 68.

<sup>156</sup> SCOTT, Joan Wallach, op. cit., p. 76.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>158</sup> Ibidem, p. 87.

Voltando-se para o segundo caso mencionado, Scott afirma que “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero (...) parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaicas cristãs e islâmicas”<sup>159</sup>. Assim, ocorre a reprodução de políticas baseadas na diferença sexual para que haja a construção e consolidação do poder, ou seja, a diferença sexual é pautada na dominação e no controle das mulheres. Há, portanto, uma ligação clara entre gênero e política e esta, por sua vez, não deve ser deixada de lado.

Tal esforço proporciona uma história que traz novas perspectivas para versões já conhecidas e trabalhadas, tornando a mulher um sujeito que participa de forma ativa e consciente de questões que fazem parte do seu tempo. Conforme lembrado por Scott, o estudo de gênero não envolve somente questões de parentesco nas quais a mulher está inserida, mas também economia e organização política. “Os/as historiadores/as precisam (...) examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas”<sup>160</sup>.

Considerando-se a importância de tal questão, ressaltamos que este trabalho não busca delinear somente o papel exercido pela mulher no contexto específico da Primeira República. Buscamos pensar acerca das relações de poder instituídas através do controle dos corpos femininos e da maneira pela qual as mulheres atuavam em questões políticas e sociais que faziam parte de sua realidade, apesar de estarem envolvidas em uma política que consideramos patriarcal. Neste ponto, apresentamos os conceitos de dominação masculina e patriarcado, ressaltando os motivos que nos levam a considerar que o segundo se adequa melhor ao período em questão.

A dominação masculina, de acordo com Pierre Bourdieu, resulta da violência simbólica que acontece de forma suave e quase sempre imperceptível. Para o autor, sua força resultaria de um ponto principal: “(...) ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez ela própria uma construção social naturalizada”<sup>161</sup>, ou seja, a dominação masculina se consolidaria a partir de uma suposta diferença natural entre os sexos que, na verdade, teria sido construída e legitimada

---

<sup>159</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>160</sup> Ibidem.

<sup>161</sup> BOURDIEU, Pierre, op. cit., p. 33.

socialmente, não havendo sequer a necessidade de justificativa. Neste caso, sua validação ocorreria através da própria ordem social, que confirma uma visão de mundo na qual a submissão feminina parece estar na ordem natural das coisas, estando presente em todo o mundo social e incorporada “nos corpos e nos habitus dos agentes”<sup>162</sup>.

Sugere-se, neste caso, que devido a sua anatomia, a mulher está em uma posição de subordinação em relação ao homem. Sobre o assunto, Luís Felipe Miguel afirma que “essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência da espécie”<sup>163</sup>. É no combate a essa suposta diferença natural entre os sexos que vemos a atuação feminista, que teria aberto “portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia”<sup>164</sup>. Questiona-se, portanto, ideias e práticas que atuam como reprodutoras da dominação masculina que, mesmo diante da conquista de plataformas importantes, como “educação, direitos políticos, igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho”<sup>165</sup>, ainda apresenta vestígios consideráveis.

Miguel enfatiza ainda que algumas correntes do próprio feminismo defendem que o patriarcado “é apenas uma das manifestações históricas da própria dominação masculina”<sup>166</sup>. Neste caso, entende-se que “instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece”<sup>167</sup>, podendo ser percebida através da “subordinação direta de uma mulher a um homem, próprias do patriarcado histórico, por estruturas impessoais de atribuição de vantagens e oportunidades”<sup>168</sup>. Com isto, estando em consonância com tais correntes, o autor acredita que a dominação masculina abarque situações e temporalidades mais abrangentes e, por isso, afasta o termo patriarcalismo, que estaria atrelado a determinado contexto histórico.

Max Weber<sup>169</sup> entende que o patriarcalismo se baseia na autoridade do chefe da família, que exerce o poder de forma irrestrita e arbitrária, fundamentando-se na tradição.

---

<sup>162</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>163</sup> MIGUEL, Luis Felipe. “Feminismo e a política”. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 12.

<sup>164</sup> Ibidem.

<sup>165</sup> Ibidem.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>167</sup> Ibidem.

<sup>168</sup> Ibidem.

<sup>169</sup> WEBER, Max, op. cit., p. 234.

No momento em que ele morre ou se retira por outros motivos, sua autoridade é transferida para um novo senhor que, como o antigo, exerce o poder de maneira ilimitada. Sendo assim, o patriarcalismo não estaria necessariamente atrelado a determinado contexto histórico, podendo ser percebido em momentos nos quais o homem, amparado pela tradição, possui controle total sobre sua família.

Tratando do contexto da Primeira República, Jeni Vaitsman afirma que no desenvolvimento das próprias sociedades capitalistas, é possível perceber “uma forma moderna de reclusão feminina”<sup>170</sup>, na qual a mulher é direcionada ao ambiente privado. Para a autora:

A família privatizou-se e transformou-se em família conjugal moderna, perdendo suas funções produtivas (...). Construía-se um mundo feminino, privado da casa que passou a se colocar como oposto ao mundo público, da rua, que se tornou, no imaginário social e na ideologia oficial, um mundo masculino<sup>171</sup>.

Com isto, a autora afirma que o início da República vive sob a égide do chamado “patriarcalismo moderno”<sup>172</sup>, ou seja, apesar deste ser um momento em que a mulher adquire certa autonomia, podendo ter um controle maior sobre a natalidade e participando mais ativamente das atividades lucrativas (professora, secretária, costureira, entre outras), ela ainda não pode ocupar determinados cargos da esfera pública, sendo educada, especialmente, para tornar-se boa mãe e esposa. Nesta sociedade, a mulher ainda não se integra totalmente ao mundo do trabalho, o marido toma as decisões e a esposa é colocada em um lugar de dependência. Sobre isto, Maria Ângela D’Incao afirma que “o chefe da casa, o novo patriarca, o patriarca burguês (...), determina todas as coisas que devem acontecer”<sup>173</sup>.

Tendo em vista tais aspectos, Ferreira defende que no que tange à família e à mulher, as relações patriarcais permaneceram. Para a autora, apesar de terem ocorrido grandes mudanças resultantes do processo de abolição, de imigração e de urbanização, o Brasil “não passou por um processo revolucionário de transformações políticas e sociais, permitindo, assim, a continuação das bases coloniais, patriarcais, reforçadas pelo positivo (ordem e progresso) e pela Igreja Católica (...)”<sup>174</sup>. Neste sentido, “o novo era bem-vindo em vários aspectos, mas com limitações, sem ameaças à ordem, à estrutura familiar e ao

---

<sup>170</sup> VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 31.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 29-30.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>173</sup> D’INCAO, Maria Ângela, *op. cit.*, p. 239.

<sup>174</sup> FERREIRA, Vivian, *op. cit.*, p. 50.

poder patriarcal”<sup>175</sup>. Assim, parece-nos viável pensar a construção da sociedade burguesa durante *a belle époque* como marcada pela presença constante do patriarcalismo, evidenciada em uma divisão sexista de papéis. Conforme demonstramos, a nova ideologia burguesa difundida pelos jornais mantinha a figura do homem como o chefe de família, responsável pelas finanças da casa e que detinha o controle total sobre sua esposa e seus filhos. A mulher não deveria ocupar espaços públicos e tampouco atuar na política, já que essas seriam atribuições restritas aos homens, sobretudo ao patriarca da família.

A revista *Fon-Fon* deixa clara essa divisão de papéis ao afirmar que:

Em relação à mulher, a política e a família são incompatíveis. A mulher mãe, a mulher dona de casa não tem tempo nem lazer para dedicar-se a política. A mulher que faz política descuida-se necessariamente, dos afazeres de dona de casa e mãe de família. Além disso, ella é, em geral, tão avessa às questões economicas como politicas. Provas: nenhuma mulher se ocupa de finanças internas ou internacionais; poucas são as eleitoras em paizes em que há voto feminino; as revistas femininas não tratam de política; as mulheres escriptores e jornalistas escrevem sobre artes, literatura, philanthropia, moral, religião, mas nunca sobre economia politica; as conferências politicas são quase exclusivamente frequentadas por homens; os jornaes políticos escriptos e lidos por homens<sup>176</sup>.

Continuando a desenvolver essa ideia, a revista ressalta ainda os motivos que fazem com que mulher não possa estar inserida politicamente na sociedade. Afirma-se que:

- a) a mulher é alterocentrista (...);
- b) a mulher, que, por tendencia particular, que as sancções immediatas às suas decisões, terá que tomar decisões cujas sancções só no futuro se manifestarão;
- c) a mulher age, em todos os terrenos, por tentativas e experiências, e nada é mais perigoso a um paiz do que contiamente fazer a refazer leis e mudar systemas;
- d) o bom politico carece de qualidades especiaes de meditação, especulação e ponderação que a mulher não possúe;
- e) o espirito de intolerância, absolutismo, orgulho e amor próprio, tão desenvolvidos na mulher, são predudiciaes em politica;
- f) a mulher julga e age segundo o coração e não segundo a razão;
- g) por motivos physiologicos e pathologicos que tornam a politica incompatível com as contingencias do sexo<sup>177</sup>.

Para finalizar, defende-se abertamente a ideia de que as leis não devem diminuir a autoridade e a responsabilidade do homem na casa. Isto só levaria ao desgaste do casamento e a mulher, por escolha, renunciaria as suas ambições em prol do amor e da

---

<sup>175</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>176</sup> “A mulher e o voto”. *Fon-Fon*, 2 de janeiro de 1932.

<sup>177</sup> Ibidem.

felicidade que ela encontra na família. Ela “prefere *submeter-se* [grifo nosso] a renunciar à maternidade, que é objeto de sua vida”<sup>178</sup>.

Indo de encontro às ideias patriarcais, observamos a formação da primeira onda do feminismo durante a Primeira República, na qual as mulheres articulavam-se em prol da sua emancipação, buscando, sobretudo, direitos políticos e civis. Sobre isto, Sueann Caulfield afirma que algumas mulheres – sobretudo de classes média e alta e que se consideravam feministas – agiam por meio de revistas femininas e de pequenas organizações com o objetivo de “conseguir direitos iguais de propriedade, educação acesso às profissões e direito ao voto”<sup>179</sup>. Contudo, o movimento feminista, as feministas e suas demandas eram constantemente acompanhados pela imprensa, que ironizava a luta pela emancipação feminina, caracterizando as feministas como mulheres masculinizadas, feias e solteironas, banalizando o significado do feminismo. Este padrão pode ser notado na imagem abaixo publicada por *O Paiz*:



Figura 7: *O Paiz*, 17 de maio de 1908.

- “O lado cruel do feminismo: a adaptação do physico à profis.”

- “Sua Excellencia a Sra. Doutora Dona Gertrudes Lex-legis, presidente do Supremo Tribunal Federal, á espera do bond.”

Como podemos notar, o periódico representa a mulher feminista com uma aparência pouco agradável e vestindo paletó e cartola, trajes tipicamente masculinos. A *Gazeta de Notícias* afirma que “talvez a esthetica perca um pouco com o triumpho do

<sup>178</sup> Ibidem.

<sup>179</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, p. 139.

feminismo, porque as senhoras que se masculinizam em ideias começam de fingir de homem no traje<sup>180</sup>; já a revista *Fon-Fon* traz a seguinte reflexão: “Nesta questão do feminismo, há uma coisa que me intriga: as mulheres como usarão a barba e os bigodes?”<sup>181</sup>

Além de ridicularizar a imagem das feministas, a imprensa também associava o movimento à dissolução da família e ironizava suas principais demandas. A *Gazeta de Notícias* publicou um artigo sobre a solicitação de voto feita por 85 senhoras residentes em Araguary, São Paulo. Argumentava-se que o sufrágio feminino não encontrava impedimentos constitucionais; que grande parte dos países civilizados permitiam o voto facultativo das mulheres; que a Constituição previa igualdade entre os sexos. O magistrado responsável, Dr. Nelson Tobias de Mello, indeferiu tal pretensão e afirmou que:

O lugar da mulher é na família. Essa restrição imposta às condições da mulher não é um systema de inferioridade como geralmente se acredita, é, ao contrário sua maior glorificação. Não é uma degradação; é um apoteose. O povo romano foi forte enquanto manteve sua clássica e invulnerável organização de família. Que mais belos exemplos se encontrará em Lucrecia, Cornelia, mãe dos Gracchos ou a mãe de Coriolano?! Acredito, pois, que a mulher não competem as luctas ásperas da política<sup>182</sup>.

Assim, difundia-se a ideia de que as mulheres eram privilegiadas por não se envolverem com a política, podendo se ocupar somente dos assuntos relacionados ao lar e à educação dos filhos. De acordo com Sueann Caulfield, a Primeira República preocupava-se amplamente em preservar os valores relacionados à família para a construção de uma nação moderna. Para Caulfield, “ninguém duvidava que a família continuaria a ser a instituição civil mais importante do novo regime, ou que sua ‘harmonia’ requeria que fossem mantidas as diferenças entre os direitos dos homens e das mulheres”<sup>183</sup>.

Com isto, o divórcio seria algo impensável, já que a prioridade seria manter a paz doméstica e a harmonia da família. De acordo com Vívian Ferreira, sobre a *Fon-Fon*, “a ideia passada pela revista era de que ser feminista estava na moda e que não era necessária nenhuma mudança de consciência para ‘moderna’ ou ‘feminista’ (...). A estratégia da *Fon-Fon* era ridicularizar o movimento feminista e suas ideias”<sup>184</sup>. Na seção “Bilhetes a

<sup>180</sup> “Binóculo”. *Gazeta de Notícias*, 25 de julho de 1909.

<sup>181</sup> “Reflexão de Simplício”. *Fon-Fon*, 28 de maio de 1910.

<sup>182</sup> “O feminismo”. *Gazeta de Notícias*, 3 de fevereiro de 1904.

<sup>183</sup> CAULFIELD, Sueann, op. cit., p. 64.

<sup>184</sup> FERREIRA, Vívian, op. cit., p. 83.

Cora”, um autor que utiliza o pseudônimo de *Teu Flávio*, dá a sua opinião sobre o divórcio e afirma que:

E eu que sou da moda, que tenho mesmo certa cotação na rosa chic, que frequento as premièeres, que já vi a Viuva Alegre, tenho um phonografo, que pretendo ir á inauguração do Municipal e reencetar o curso das quartas feiras, que frequento as soirées da moda dos cinemas, que chamo os cinemas de cimas, e os automóveis de auto, que tenho todas essas qualidades ornamentaes de modernismo, eu, se fosse casado, separava, só para dar a nora, só para ouvir dizer:

- Então o Flávio separou-se (...) <sup>185</sup>

A *Fon-Fon* também publicava charges ridicularizando a busca do movimento feminista pelo voto, conforme vemos abaixo:



Figura 8: *Fon-Fon*, 23 de novembro de 1933

- E a senhora, d. Josefa, em quem pensa votar?
- Eu acompanho meu marido.
- Tambem penso que assim é que deve ser. E seu marido?
- Ora, ele vota em quem eu mandar.

A imagem apresenta uma suposta inversão de papéis na qual a mulher, que havia alcançado o direito ao voto, decide seu candidato e faz com que seu marido vote em quem ela mandar. Entretanto, essa não seria uma aptidão feminina, contrariando sua natureza.

O Dr. Eduardo França publica o seguinte na revista:

A idéa do voto feminino é uma frioleira como outra qualquer. A mulher é um ente creado pela natureza, para o amor e para todas as modalidades do amor: dedicação, affecto, meiguice, docilidade, soffrimento, maternidade e caridade. A mulher-homem é incompatível com o amor. A mulher que se revolta contra a natureza que a creou feminino e quer dedicar-se as preocupações

<sup>185</sup> “Bilhetes a Cora”. *Fon-Fon*, 22 de maio de 1909.

exclusivamente masculas, torna-se um myto, porque não póde ser homem, por lhe faltarem todos os predicados (...) <sup>186</sup>.

Através da discussão aqui apresentada, podemos notar que os periódicos analisados buscavam auxiliar na construção de uma sociedade moderna e civilizada onde as mulheres estariam direcionadas ao cuidado do lar, do marido e da prole. A nova moralidade burguesa que estava sendo construída era difundida pelos jornais e delimitava a atuação feminina ao espaço privado, já que o espaço público era tomado como um lugar de virilidade e, portanto, incompatível com a natureza da mulher. Apesar disso, vemos a formação da chamada primeira onda do feminismo, na qual as mulheres articularam-se em prol da sua emancipação buscando, sobretudo, direitos políticos e civis. Neste contexto, a imprensa constantemente diminuía a importância do movimento, ridicularizando suas demandas e representando as feministas como mulheres masculinizadas que não faziam parte do projeto de modernização que se pretendia. No capítulo a seguir analisaremos mais detidamente a forma como o movimento feminista e as feministas eram representadas nos periódicos aqui selecionados. Analisaremos também as especificidades e a pluralidade do movimento.

---

<sup>186</sup> “O voto feminino”. *Fon-Fon*, 14 de julho de 1917.

## CAPÍTULO II

### REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO, DO MOVIMENTO FEMINISTA E DAS FEMINISTAS NA IMPRENSA CARIOCA NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XX

#### **II.1 O papel feminino nas teses médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e seus reflexos na imprensa.**

Conforme apontamos no capítulo anterior, as primeiras décadas republicanas foram marcadas por mudanças urbanas e de comportamento que condiziam com o projeto de modernização inspirado na burguesia europeia. Além de transformações associadas à urbanização e à higienização da cidade, foram empreendidas modificações relacionadas à moralidade feminina que faziam com que a mulher fosse educada, sobretudo, para se tornar boa mãe e esposa. Junto a isto, iniciaram-se discussões relativas à emancipação feminina, propiciando o surgimento e o desenvolvimento de um movimento feminista complexo e plural, composto por diferentes pautas e perfis. Sendo assim, o objetivo deste capítulo incide na análise da maneira como os periódicos representavam este movimento, as feministas e as suas principais pautas. Contudo, neste primeiro momento, consideramos importante apresentar as ideias difundidas nas teses produzidas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para demonstrar que, em muitos casos, os periódicos fundamentavam-se em um saber científico que moldava a natureza feminina conforme os padrões estabelecidos no período.

De acordo com Leandra Sobral Oliveira e Ana Maria Jacó-Vilela, o advento da República trouxe “novas configurações políticas, ideológicas, educacionais e morais”<sup>187</sup> culminando “na emergência de uma medicina cada vez mais instrumentalizada”<sup>188</sup> e que contribuía com o projeto de modernização proposto pelo Estado republicano. Neste cenário, os médicos passaram a ser considerados grandes detentores do saber, tornando-se responsáveis por legitimar as novas concepções acerca do espaço urbano, do trabalho, do ambiente doméstico e dos corpos femininos e masculinos. Para Maria Izilda de Matos,

---

<sup>187</sup> OLIVEIRA, Leandra Sobral; JACÓ-VILELA, Ana Maria. “A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX”. *Quaderns de Psicologia*, 2007, v. 19, n.3, p. 243.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

os “costumes e hábitos cotidianos, os prazeres proibidos/permitidos e a sexualidade deveriam seguir o parâmetro médico-sanitarista”<sup>189</sup>.

Com isto, inúmeras medidas foram direcionadas à reformulação do modelo de família, pois, de acordo com Jurandir Freire Costa, os hábitos que pertenciam à tradição familiar não poderiam ir de encontro aos objetivos de modernização propostos pelo governo. Para o autor, “a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões do Estado. Foi porque a medicina era, de fato, empírica e conceitualmente científica que em sua ação política foi mais operante”<sup>190</sup>.

A necessidade de reconstituição do modelo de família de acordo com as medidas higienistas envolvia, sobretudo, a reconfiguração da figura da mulher/mãe. De acordo com Maria Martha da Luna Freire, “o questionamento quanto ao papel da mulher integrava o movimento modernizador, capitaneado pelas elites republicanas e fundamentado na rejeição às tradições culturais (...) e na eleição da ciência como principal ferramenta de autoridade”<sup>191</sup>. Para a autora, os médicos passaram a criticar a educação feminina, considerada “inadequada para a relevância e complexidade da função maternal”<sup>192</sup>, e a remodelar a forma de criação dos filhos, condenando as crenças e práticas consideradas atrasadas e antigas. Neste cenário, Freire afirma que:

O discurso médico maternalista produziu, entre outras, uma dupla consequência. De um lado, os médicos higienistas legitimavam-se como puericultores, especialistas na promoção e manutenção da saúde das crianças, conquistando maior autoridade na sociedade e no interior do corpo médico. De outro, contribuíam para a redefinição dos papéis femininos e a configuração de um novo papel social para a mulher: a mãe moderna<sup>193</sup>.

Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho salientam que a mulher passou a obter destaque na construção da moral familiar, sendo educada para se tornar capaz de dar uma boa instrução aos filhos e para oferecer suporte ao marido. De acordo com os autores, “a ‘boa esposa’ e ‘boa mãe’ deveria ser uma mulher prendada e deveria ir à escola, aprender a ler e escrever para desempenhar sua ‘missão educadora’”<sup>194</sup>. Na *Fon-Fon* encontramos

---

<sup>189</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico”. In: MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 110.

<sup>190</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 32.

<sup>191</sup> FREIRE, Maria Martha da Luna. “Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”. *História, Ciência e Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, jun. 2008, p. 156.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>193</sup> *Ibidem*.

<sup>194</sup> NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio, op. cit., p. 15.

uma publicação tratando do falecimento da feminista Ellen Key, na qual é apresentado um resumo de suas ideias acerca da educação feminina durante a modernidade. Afirma-se o seguinte:

A mulher, no problema do amor, representa, indiscutivelmente – é ainda o pensamento de Ellen Key – representa o papel essencial. Pois si é ella quem conserva o calor santo do lar, é ella quem, chamada à maternidade, fórma, na mesma medida de suas idéais e de seus sentimentos as novas gerações, as novas famílias ... A educação da mulher para a vida do lar torna-se, portanto, imprescindível. Mas uma educação diferente da antiga educação feminina, uma educação mais de accordo com os hábitos da vida moderna – expõe a escriptora (...)<sup>195</sup>.

A *Fon-Fon* destaca, portanto, a importância da educação feminina de acordo com os parâmetros modernos. Uma mulher bem-educada resultaria em uma mãe e esposa melhor, já que ela estaria preparada para instruir as gerações futuras. Esta ideia também aparece nos demais periódicos que analisamos, o que nos faz perceber que a imprensa agia como um dos mecanismos utilizados para propagar os valores da nova família burguesa e para reforçar a importância de a mulher estar em casa, zelando pelo marido e pelos filhos. Neste ponto, é fundamental ressaltar que, conforme veremos a seguir, as ideias que repercutiam na imprensa no início do século XX se alinhavam às concepções médicas e higienistas que estavam sendo construídas e consolidadas ainda no decorrer do século XIX. Apesar da imprensa não necessariamente mencionar as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, é no discurso médico-científico que ela se apoia para delimitar os papéis femininos. Vívian Ferreira, ao tratar do assunto, destaca que “o papel da imprensa era informar e colaborar para que estes discursos fossem amplamente divulgados e aceitos”<sup>196</sup>.

Neste momento de higienização da família, percebemos ainda que a maternidade foi remodelada de acordo com os termos científicos<sup>197</sup>. Para Freire, havia uma importante associação entre modernização e maternidade que “ultrapassava os limites da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública. Tratava-se não mais de garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria”<sup>198</sup>. A partir desta perspectiva, as mães tornaram-se responsáveis por garantir o crescimento saudável das crianças de acordo com os novos preceitos de hábitos e de higiene. Para Matos:

<sup>195</sup> “Perfis Internacionaes – Ellen Key”. *Fon-Fon*, 15 de maio de 1926.

<sup>196</sup> FERREIRA, Vívian Marcello. *Relações de poder, gênero e condição feminina na imprensa carioca: O Malho, Careta e Fon-Fon (1910-1950)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021, p. 132.

<sup>197</sup> O exercício da maternidade de acordo com bases científicas, seguindo as práticas elaboradas pelos médicos, é conhecido como maternidade científica.

<sup>198</sup> FREIRE, Maria Martha da Luna, op. cit., p. 154.

Ao identificar a criança como elemento-chave para a construção de uma sociedade centrada na família, os médicos atribuíam às mães a responsabilidade pela moralidade infantil, e procuravam divulgar novos preceitos de higiene, hábitos e dietética infantil. Com essas preocupações, as campanhas pelo aleitamento materno foram um dos pontos centrais dos escritos e das ações médicas<sup>199</sup>.

A autora destaca a ênfase conferida pelos médicos à necessidade de amamentação. A ideia das amas de leite passou a ser amplamente combatida, sendo considerada um tipo de “amamentação mercenária”. Matos<sup>200</sup> afirma que a mulher que não amamentasse seu filho era considerada egoísta, mais preocupada com sua própria aparência do que com a saúde do recém-nascido. Além disso, havia a preocupação das amas transmitirem algumas doenças, tais como tuberculose e sífilis. No ano de 1844, ao tratar do aleitamento materno, o médico José Augusto Cesar Nabuco D’Araujo enfatiza que ao nascer, a criança está consideravelmente exposta podendo, até mesmo, perder sua vida. Neste caso, escolher não amamentá-la seria um descaso, uma grande crueldade. A partir disto, D’Araujo faz os seguintes questionamentos: “Poderá uma tal mãe exigir um dia reconhecimento d’aquêle, a quem no berço deo a primeira lição de ingratidão?”<sup>201</sup>; “Que virtude pôde lançar profundas raízes no coração de uma mulher insensível às affeições maternas?”<sup>202</sup>. Em seguida, ele trata do egoísmo das mulheres das classes mais altas que preferem não amamentar para dedicar-se àquilo que lhes confere prazer, entregando seu recém-nascido a uma mulher escrava considerada, pelo médico, “ignorante” e “imunda”, conforme vemos a seguir:

No nosso paiz, com dôr de coração diremos, bem poucas são as mães que amamentão os filhos, ainda levadas dos prejuízos e erros, e tendo em vista só e só seus prazeres, julgão que o circulo dos deveres maternas se termina com o parto, e é por isso que estando ellas em muito favoráveis circumstancias de criar os filhinhos, não o fazem, e alienão obrigações tão invejadas a escravas. Quem accreditará! Nos nossos círculos civilizados é onde estes sentimentos sublimes são desconhecidos, e até despresados! As nossas patricias da alta sociedade, enervadas pelo luxo, seduzidas pelos enganadores prazeres, encorajadas por vergonhosos exemplos, não sentem a menor commoção quando entregão os filhinhos a uma escrava ignorante e, muitas vezes immunda a fim de poderem mais á vontade gastar o tempo roubando a seus deveres com thatros, passeios, bailes, fogos, &c (...)<sup>203</sup>.

---

<sup>199</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de, “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico...”, op. cit, p. 110.

<sup>200</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>201</sup> D’ARAÚJO, José Augusto Cesar Nabuco. *Da utilidade do aleitamento materno e dos males provenientes do desprezo deste grandioso dever*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro, 1844, p. 8.

<sup>202</sup> Ibidem.

<sup>203</sup> Ibidem, p. 8-9.

Rago esclarece que era comum os médicos que tratavam do aleitamento mercenário dirigirem-se às mulheres das classes mais abastadas que, antes da abolição, possuíam escravas e, depois, podiam pagar por empregadas que exerciam a função de ama de leite. Para a autora, geralmente, “o problema do abandono infantil era parcialmente explicado pelo desejo egoísta e narcisista de manter o corpo belo, de conservar a forma estética e pelo medo de perder o marido (...)”<sup>204</sup>.

Seguindo com seus argumentos, D’Araujo salienta que ao se dedicar totalmente à maternidade e à amamentação do seu filho, a mulher passa a ter uma vida mais completa. A saúde e a felicidade de sua criança garantiriam a ela prazeres que não seriam enganadores e passageiros. Nas suas palavras:

A vista do filhinho torna-se para ella o mais bello espectaculo; cada instante reclamando novos cuidados, lhe prepara também novos prazeres. Oh! Mulher, se ceddes ás inspirações da natureza, vêde qual será vossa recompensa! Cada dia será para vós uma aurora da felicidade, por vossos cuidados maternas apertareis, não o duvideis, os laços de hymenêo: vos transformares muitas vezes a indiferença na mais tenra afeição, desde então sereis respeitada e honrada. AH! O que é preciso mais para tornar-vos feliz!<sup>205</sup>

Por fim, ressaltamos que o médico demonstra inúmeros malefícios físicos que podem ser causados por uma ama de leite, já que elas não cuidariam dos recém-nascidos com a mesma paciência e cuidado dedicados a eles por suas mães. D’Araujo afirma que, em muitos casos, as crianças seriam deixadas de lado, chorando incessantemente, o que poderia causar “hérnias, rupturas de vasos e convulsões”<sup>206</sup>. Por outro lado, para evitar o incômodo causado com o choro, as amas amamentariam a criança em excesso levando a “vômitos, embaraços gástricos e diarreias”<sup>207</sup>. Além disso, as amas deixariam as crianças “chafurdar-se em seus excrementos, até o instante em que lhe aprouver mudar-lhes de roupa, e isso mesmo quando não as limpão somente! Então a delicada pelle se inflamma e excoria”<sup>208</sup>. O médico acredita, ainda, que as amas poderiam, até mesmo, agredir fisicamente as crianças, sacudindo-as. Isto teria duas consequências graves: “fraqueza moral, ou nervosa, incuravel”<sup>209</sup>, pelo fato do sangue não chegar ao cérebro de forma adequada, e danos nos ossos que “não podem suportar os esforços, que estes movimentos

---

<sup>204</sup> RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar...”, op. cit., p. 104.

<sup>205</sup> D’ARAÚJO, José Augusto Cesar Nabuco, op. cit., p. 9.

<sup>206</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>207</sup> Ibidem.

<sup>208</sup> Ibidem.

<sup>209</sup> Ibidem.

necessitão”<sup>210</sup>. D’Araujo diz também que algumas amas são capazes de oferecer bebidas com ópio às crianças para fazê-las dormir, deixando-as defeituosas para sempre.

Diante deste cenário, os médicos passaram a divulgar ideias voltadas para a periculosidade do aleitamento não realizado pelas próprias mães. Nas teses analisadas, como a que citamos acima, as amas de leite eram vistas como desleixadas e despreocupadas com sua própria saúde, podendo ser transmissoras de doenças para os recém-nascidos. É importante ressaltar ainda que a ameaça da amamentação mercenária não ficava somente no âmbito físico, mas também no moral. Para Rago:

Além da ameaça de contágio físico da criança amamentada pela nutriz, critica-se o aleitamento mercenário a partir de um ângulo moral: a nutriz surge nesse discurso “científico” como uma pessoa de hábitos duvidosos, impregnada de vícios, como elemento estranho e pernicioso penetrando e destruindo a intimidade da família. Tanto quanto a escrava, a nutriz assalariada é condenada como portadora do vírus físico e moral da contaminação e possível desagregação da família. A partir desta figura de anormalidade é que se constrói a imagem da boa mãe; daí o papel moralizador da nova figura materna proposta pelo discurso médico como a “guardiã vigilante do lar”<sup>211</sup>.

Com isto, Matos<sup>212</sup> afirma que houve a preocupação com a criação e regulamentação de órgãos que catalogassem as mulheres consideradas aptas para exercerem a função de amas de leite. Examinavam-se o sangue e o leite destas mulheres e criavam-se listas daquelas que poderiam trabalhar na função. Rago enfatiza que essa fiscalização deveria ser feita por um conjunto de cientistas que eram considerados confiáveis, tais como “médicos, higienistas, puericultores, pediatras, filantropos e administradores”<sup>213</sup>. As práticas que não eram consideradas viáveis para este conjunto de especialistas eram severamente vigiadas e, dependendo do caso, chegavam a ser eliminadas por completo. Em artigo publicado na *Gazeta de Notícias* em 2 de junho de 1902, encontramos uma notícia sobre a necessidade de os órgãos públicos investirem na regulamentação e no exame das amas de leite, já que o projeto estaria produzindo resultados eficientes:

Em uma fundamentada comunicação feita á Sociedade de Medicina e Cirurgia, o Dr. Moncorvo Filho, discorrendo sobre a regulamentação e exame das amas de leite, fez ver que o primeiro serviço de exame e atestação de amas mercenárias que foi fundado no dispensário do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia está produzindo excellentes resultados. Apresentando essa interessante comunicação áquella douta associação teve o Dr. Moncorvo em mira chamar a attenção dos poderes públicos para tão útil

---

<sup>210</sup> Ibidem.

<sup>211</sup> RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar...”, op. cit., p. 107.

<sup>212</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico...”, op. cit., p. 111.

<sup>213</sup> RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar...”, op. cit., p. 106.

criação da Assistência, que não póde prescindir de qualquer auxilio para a sua manutenção<sup>214</sup>.

Dois dias após chamar a atenção para a necessidade de investimentos na regulamentação das amas, Moncorvo Filho escreve para a *Gazeta de Notícia* enfatizando que, ao realizar os exames nas mulheres que pretendem ser amas, muitos problemas de saúde são encontrados, fazendo com que os atestados médicos para o exercício da profissão se tornem imprescindíveis. De acordo com o médico:

Não tem sido em número muito reduzido as amas rejeitadas por serem portadoras de symptomas e vícios de saúde prejudicialíssimas, se fossem assim aceitas para alimentar quaesquer recém-nascidos. Algumas delas aparentemente robustas, de leite excelente, á simples inspecção ocular, eram no entretanto evidentemente tuberculosas, syphiliticas, etc, umas contendo o leite de outras até pus pela existência de abscessos profundos passando despercebidos ao simples exame commum.

Dest'arte preciso não se torna encarecer as vantagens do attestado que recebem aquellas outras, após o mais rigoroso e minucioso exame tal qual é feito no aludido serviço, que possui além de tudo, aparelhos modernos para a analyse do leite<sup>215</sup>.

Por fim, o médico solicita ampla divulgação dos serviços de regulamentação, pois acredita que muitas crianças podem estar em risco pelo fato das famílias não conhecerem serviço de regulamentação, o que, para ele, é de grande importância e eficácia.

Traçadas as considerações necessárias acerca da maternidade científica, continuaremos a tratar da maneira pela qual os médicos contribuíam para delimitar os papéis femininos e para definir as funções sociais que as mulheres poderiam exercer, sobretudo na esfera privada. Percebemos que as teses médicas também apontam a natureza biológica como fator essencial para determinar a função de homens e mulheres dentro do casamento. Magali Engel afirma que, durante o período em questão, os médicos teciam diversas considerações acerca das diferenças biológicas entre homens e mulheres, justificando a inferioridade feminina e restringindo sua atuação ao ambiente privado. Com isto, os papéis femininos passaram a ser definidos a partir das “descobertas da medicina e da biologia, que ratificavam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão versus mulheres, coração, sensibilidade, sentimentos”<sup>216</sup>.

José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros, ao apresentar sua tese para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, discorre sobre as diferenças anatômicas dos corpos

<sup>214</sup> “Proteção a Infancia”. *Gazeta de Notícias*, 2 de junho de 1902.

<sup>215</sup> “Exames de Amas de Leite”. *Gazeta de Notícias*, 5 de junho de 1902.

<sup>216</sup> ENGEL, Magali. “Psiquiatria e Feminilidade”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 332.

femininos e masculinos, comparando, por exemplo, as diferenças entre os ossos, o crânio e os músculos. Em seguida, ele afirma que:

Esta diversidade de conformação he análoga ás funcções de cada sexo: o homem, destinado pela natureza ao trabalho, ao combate das forças phisicas, ao uso do pensamento, a se servir da razão e do genio para sustentar sua família, da qual elle deve ser o primeiro chefe, teve uma partilha, uma organização mais forte e mais desenvolvida<sup>217</sup>.

Desta maneira, percebemos que o médico restringe as faculdades intelectuais ao homem que, devido a sua natureza biológica, seria portador da razão, estando apto para o pensamento e para o trabalho. É por isso que a ele caberia a função do patriarca, responsável por tomar as decisões na família. Observamos, portanto, que conforme defendido no capítulo 1, o patriarcado vigora durante a Primeira República, já que é o homem, amparado pela tradição, quem detém controle total e irrestrito sobre sua esposa e filhos.

Seguindo com os argumentos, Barros afirma que as diferenças anatômicas entre homens e mulheres também são determinantes para estabelecer a função social de cada um. A natureza biológica seria, portanto, um fator decisivo para restringir as mulheres ao espaço privado. Para ele:

Geralmente as faculdades affectivas predominão na mulher, e as faculdades intellectuaes no homem; a observação de hum e de outro sexo em todas as circumstancias de sua vida, suas respectivas funcções nas sociedades, são a prova d'esta verdade. Com effeito, desde sua infância a mulher começa a manifestar os doces sentimentos que a devem successivamente tornar amante, esposa e mãe (...) a mulher, mais fraca a todos os respeitos, he a mais própria a prodigalisar á família os cuidados que ella reclama de sua ternura e do seu affecto<sup>218</sup>.

O médico Antônio de Fonseca Vianna, em sua tese intitulada *O casamento relativamente a mulher*, também vê a natureza biológica como um fator decisivo para definir os diferentes objetivos de homens e mulheres ao contrair matrimônio. Vianna afirma o seguinte:

As consequências, que tirei da maior parte das dissertações (...) são, que a privação completa dos prazeres do amôr he menos suportável no homem que na mulher; mas o celibato, ou o estado de *não casado*, he mais penoso para esta ultima. D'ahi vem, segundo creio, a necessidade de admitir como verdade fixa e irrecusável, que a mulher he dominada pela precisão da união, e o

---

<sup>217</sup> BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro de. *Considerações geraes sobre a mulher, e sua differença do homem e sobre o regimen que deve seguir no estado de prenhez*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1845, p. 6.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 7.

homem pelo desejo do goso (...) o amôr, em huma palavram he no homem a necessidade dos sentidos, e na mulher a do coração<sup>219</sup>.

Observamos que, para Vianna, a mulher busca o casamento com o objetivo de satisfazer os desejos de seu coração, unindo-se a um homem e formando uma família com ele. Sua vida só estaria completa mediante este requisito e, por isso, não se casar seria mais sacrificante para ela. Já o homem só precisaria contrair matrimônio para satisfazer seus sentidos e necessidades sexuais, visto que possuiria mais desejo e sofreria mais com as privações do amor.

A imprensa reforçava estes estereótipos relativos às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Em 6 de julho de 1907, *O Paiz* afirma que:

A mulher, no casamento, encontra a única iniciação no amor que a sociedade hoje considera digna. O casamento, em geral dá-lhe a felicidade – a felicidade relativa, a felicidade média deste mundo – porque é mais para ella do que para o homem que o lar se cria. Ella é mais facil de contentar porque tem mais necessidades de coração que de intelligencia; e o coração é menos exigente que a intelligencia<sup>220</sup>.

Conforme podemos notar, assim como nas teses, o periódico pontua que a mulher seria mais inclinada às questões do coração e que a inteligência seria um atributo masculino. Sendo assim, o casamento seria não só o mais importante, mas o único objetivo feminino, tendo como resultado uma felicidade plena.

Contudo, vale salientar que, apesar de defenderem a necessidade do casamento para as mulheres, os higienistas passaram a dar ênfase à idade dos cônjuges para um casamento plenamente saudável. Oliveira e Jacó-Vilela afirmam que os médicos “passam a condenar uniões etariamente desproporcionais”<sup>221</sup> estabelecendo, assim, um período ideal para a união conjugal. Na tese escrita por Laurindo Marques de Attaide Moncorvo, o médico deixa clara a necessidade das meninas não se casarem muito novas, sendo necessário o total desenvolvimento do seu corpo para evitar doenças e para garantir gestações saudáveis. Em suas palavras: “Desta sorte apenas sahidas da infância cahirão na caducidade, arrastarão uma penosa e triste existência pela série de males que de prompto as assaltarão na sua nova posição”<sup>222</sup>. Continuando com seus argumentos, Moncorvo afirma que as moças ficarão expostas a inúmeras doenças, sendo necessário

---

<sup>219</sup> VIANNA, Antonio de Fonseca. *Considerações hygienicas e medico-legaes sobre o casamento relativamente a mulher*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1842, p. 13.

<sup>220</sup> “Casamento e Celibato”. *O Paiz*, 6 de julho de 1907.

<sup>221</sup> OLIVEIRA, Leandra Sobral; JACÓ-VILELA, Ana Maria, op. cit., p. 244.

<sup>222</sup> MONCORVO, Laurindo Marques de Attaide. *Algumas considerações hygienicas e médico-legais sobre o casamento e seus casos de nullidade*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1848, p. 3.

não só o início do ciclo menstrual, mas sua regularização. Além disso, “tornando-se grávidas, estarão sujeitas a frequentes abortos: debilitadas por prazeres prematuros tornar-se-hão estéreis; e com dificuldade suportarão as dores inseparáveis do parto e acidentes da prenhez”<sup>223</sup>. É interessante notar que o médico também trata da faixa etária ideal para os homens contraírem matrimônio, mas, diferentemente das mulheres, isso se daria não só pelas doenças que podem ser causadas e pela preocupação com a futura prole, mas também pelo fato de que, casando-se muito novos, os rapazes não conseguiriam manter a fidelidade, pois suas necessidades sexuais seriam acentuadas. De acordo com Moncorvo:

No sexo masculino também diferentes moléstias atacam aos jovens que imprudentemente se unem cedo em matrimonio (...). Prejudica também a sociedade, porque o desgosto e o aborrecimento que se seguirá aos gozos multiplicados a que se entregam com a sofreguidão e ardor próprio da sua pouca idade, promoverá a depravação dos costumes, e os excitará a procurar novos amores; e se fructos resultam de semelhantes vínculos serão geralmente pouco robustos, e predispostos a contrahir enfermidades que attacam o systemas glandular, ósseo e nervoso<sup>224</sup>.

Logo em seguida, o médico critica a união conjugal em que há uma grande diferença de idade entre os cônjuges, por considerá-la um perigo para a saúde e a prosperidade pública. Para ele, não é concebível “um vínculo contrahido entre uma moça e um velho caduco, consumido pelos prazeres, e marcado pela deterioração do seu organismo, um vinculo a que não presidio o amor, e que a natureza repelle”<sup>225</sup>. Disto resultariam apenas escândalos, separações e brigas domésticas. Ademais, haveria um grande prejuízo para os filhos que, além de nascerem com a saúde debilitada, não poderiam ser educados por seu pai “porque em tenra idade tiveram a desgraça de os perder”<sup>226</sup>. Por fim, Moncorvo afirma que os homens mais velhos não estariam dispostos ao amor devido as suas condições físicas e, por isso, “a união com o bello sexo, a frequente repetição do hymenêo, é uma temeridade que lhes cava a sepultura”<sup>227</sup>.

Na revista *Fon-Fon* encontramos uma coluna chamada “Saibam Todos” na qual o leitor manda dúvidas e perguntas para serem respondidas pelo redator. Dentre elas, temos a seguinte: “Qual a sua opinião sobre a idade para uma moça casar-se?”<sup>228</sup>. A resposta é a seguinte:

---

<sup>223</sup> Ibidem.

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>226</sup> Ibidem.

<sup>227</sup> Ibidem.

<sup>228</sup> “Saibam Todos”. *Fon-Fon*, 2 de fevereiro de 1924.

Sob o ponto de vista moral, a mulher só deve contrahir matrimonio quando estiver compenetrada da nobre missão que vae desempenhar, como esposa; sob o ponto de vista hygienico, é claro que há uma idade nupcial. L'age nuptial – diz a voz da sciencia – est celui où organisme est complet, posséde ses caractères génériques, a acquis toute sa force est capable de suffire á toutes ses fonctions<sup>229</sup>.

Conforme podemos notar, a revista reafirma o discurso médico pontuando a necessidade de a união conjugal acontecer somente quando a mulher estiver fisicamente preparada. O ponto de vista higiênico e científico moldava os novos hábitos e costumes que deveriam ser exercidos pela “mulher moderna”, salientando a necessidade de preservação da saúde feminina a fim de garantir uma prole saudável e um casamento estável.

Neste ponto, cabe ressaltar que o casamento também pode ser considerado um elemento que atribuía valor às mulheres. De acordo com Rachel Soihet, “a condição de ‘casada’ por si só pressupunha um comportamento irrepreensível da mulher”<sup>230</sup>. Se algumas posturas já não convinham para as mulheres solteiras, elas eram praticamente vedadas para as casadas, que deviam mostrar-se mais sérias e centradas nas suas tarefas, não sendo conveniente, por exemplo, seu envolvimento em rixas e, tampouco, a pronúncia de palavras de baixo calão. A *Fon-Fon* publica sobre as inquietações de uma mulher que havia se casado com um artista e que afirmava o seguinte:

É justo que casadas, mulheres serias estejam a pensar em outra cousa senão no arranjo da casa? E como custei a fazer compreender a meu marido porque tinha abandonado a musica! A musica é uma bella cousa, quando se é solteira e não se tem nada que fazer. Mas, francamente agora até me parecia ridícula, sentando-me todos os dias defronte o piano<sup>231</sup>.

Assim, a música não era vista como uma tarefa que poderia ser exercida por mulheres casadas. Quando solteiras, este poderia ser um hobby, já que possuíam tempo livre para dedica-se ao piano. Entretanto, após contrair matrimônio, a mulher chega a se sentir ridícula nos momentos em que toca o instrumento, pois acredita que deveria preocupar-se inteiramente com as tarefas de casa.

É interessante salientar que para os médicos o principal objetivo de uma união conjugal saudável é gerar filhos e zelar por sua felicidade. Em sua tese, Vianna afirma que:

As qualidades novas, que o ser púbere adquire, abrem á mulher huma carreira toda diferente d'aquela, que percorreo até então; estas qualidades lhe indicam

---

<sup>229</sup> Ibidem.

<sup>230</sup> SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.), op. cit, p. 369.

<sup>231</sup> “Um mal-entendido: versão da mulher”. *Fon-Fon*, 10 de janeiro de 1914.

não só necessidades a satisfazer, mas lhe impõe mesmo, a título de deveres, laços, que na ordem natural lhe eram absolutamente estranhos antes d'esta época: estes laços legalizados ou submetidos em todas as nações civilizadas as regras das quais a maior parte são invioláveis constituem o casamento, pacto solenne instituído para que os dous sexos possam satisfazer suas necessidades naturaes, socorrerem-se mutuamente durante o curso da vida e sobretudo para perpetuar a espécie, e assegurar a existência e felicidade dos filhos, que devem nascer d'esta união<sup>232</sup>.

Neste trecho, enfatizamos duas questões que consideramos fundamentais: em primeiro lugar, a “obrigatoriedade” matrimonial de gerar filhos e, em segundo lugar, o fato de as mulheres estarem entrando em uma nova fase da vida em que poderiam satisfazer suas necessidades sexuais, já que Vianna afirma que, de acordo com a “ordem natural” de países civilizados, quando solteiras, elas deveriam manter-se virgens. É exigida a castidade e a pureza das “moças de família” que não tivessem contraído matrimônio. Conforme destacamos, a menstruação já não era um fator que marcava a passagem para a vida adulta e a disponibilidade para o casamento. Porém, de acordo com Silvia Fávero Arend, ela não deixava de ser uma preocupação para os pais da moça, justamente por causa da idealização da virgindade. De acordo com a autora:

O ideário de virgindade permanecia presente entre as elites e os setores médios da sociedade associado ao discurso da honestidade das mulheres, mas, agora, somava-se a ele a ideia da necessidade de concepção de filhos e filhas saudáveis – uma questão problemática em gravidezes precoces<sup>233</sup>.

Além disso, a autora destaca que, devido ao estigma social e ao medo de tornarem-se mães solteiras, as próprias moças – sobretudo das classes mais abastadas – viam a virgindade como a melhor opção em um momento em que os métodos contraceptivos não possuíam uma garantia confiável e que o aborto, além de criminalizado, era considerado um grande pecado. Contudo, Arend chama atenção para o fato de que nem todas as moças mantinham-se virgens até o casamento e que “(...) na prática, transgrediam em segredo esses e outros preceitos, inclusive, o relativo às práticas sexuais heterossexuais”<sup>234</sup>.

A necessidade de as mulheres manterem-se virgens até o casamento aparece com frequência nas teses analisadas. Em 1840, o médico Antônio Gonsalves Lima Torres salienta que o noivo poderia exigir a inocência de sua futura esposa. Para ele, “o homem pouco exige da mulher a que deve unir-se: exige sua inocência e pureza”<sup>235</sup>. A mesma

<sup>232</sup> VIANNA, Antonio de Fonseca, op. cit., p. 9.

<sup>233</sup> AREND, Silvia Fávero, op. cit., p. 73.

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> TORRES, Antonio Gonsalves de Lima. *Breves considerações sobre o physico e o moral da mulher nas diferentes phases da sua vida*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1848, p. 20.

exigência não era feita aos homens, pois considerava-se que, por serem viris, possuíam mais desejos sexuais. Sobre isso, Soihet afirma que:

Quanto aos homens, estimulou-se o livre exercício de sua sexualidade, símbolo de virilidade; na mulher tal atitude era condenada, cabendo-lhes reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. Mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração e, no caso de uma relação ilegítima, não se sentiam os homens responsabilizados, devendo as mulheres arcarem com o peso das consequências do “erro”<sup>236</sup>.

Destacamos ainda que já no final do século XIX, os médicos também passaram a tratar do prazer sexual feminino. Sobre este ponto, Engel afirma que neste período a negação do prazer sexual feminino foi sendo reafirmada por renomados médicos criminalistas, como Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, e, por isto, acabou ganhando força no meio científico. De acordo com a autora, “partia-se do princípio de que, por natureza, na mulher, o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria, inevitavelmente, *anormal*” [grifo da autora]<sup>237</sup>. Apesar disso, a medicina na República passou a reconhecer o desejo e as necessidades sexuais femininas. Para Engel:

A partir das últimas décadas do século XIX seriam realizadas algumas pesquisas médicas acerca do comportamento sexual feminino, cujos resultados colocavam em xeque os pressupostos, defendidos e compartilhados por muitos cientistas da época, que definiam a mulher como um ser por natureza assexuado ou anestesiado sexualmente<sup>238</sup>.

A tese escrita por Torres é um exemplo da maneira pela qual o meio acadêmico passava a reconhecer a existência do desejo sexual na mulher desde a primeira metade do século XIX. O médico afirma que os prazeres oriundos do casamento também devem ser aproveitados pelas mulheres, desde que com a devida moderação. Se por um lado “as mulheres solteiras são frequentemente accommettidas de desordens de menstruação, de escorrimentos mucosos, mui propensas à melancolia, mui capazes de commetter excessos, e entregar-se a costumes devassos”<sup>239</sup>, o abuso dos desejos sexuais pode causar, inclusive, danos físicos e morais. Nas suas palavras:

(...) a falta de moderação é também prejudicial não só porque esgota a faculdade procreadora, e da lugar á moléstias locais de útero, como porque degrada o physico e a moral, avilta o nobre sentimento do amor, arranca o império á razão para da-lo a sensualidade, deixa-a só accessivel aos gozos, e conduz a infeliz pela saciedade á indiferença e ao tédio<sup>240</sup>.

<sup>236</sup> SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano...”, op. cit., p. 390.

<sup>237</sup> ENGEL, Magali. “Psiquiatria e Feminilidade...”, op. cit., p. 340.

<sup>238</sup> Ibidem.

<sup>239</sup> TORRES, Antonio Gonsalves de Lima, op. cit., p. 19.

<sup>240</sup> Ibidem.

Moncorvo também trata da questão do celibato e afirma que ele deve ser recomendado apenas para os religiosos “porque perdendo eles o amor ás cousas terrestres, e elevando então continuamente sua alma á meditação das cousas celestes, pódem com mais ardor preencher sua sagrada missão: fóra d’ahi, é oposto aos bons costumes”<sup>241</sup>. Em seguida, o médico afirma que o casamento traz ao indivíduo tanto preocupações quanto felicidades que um celibatário não poderia encontrar devido à ausência da formação de uma família. Por este motivo, ele seria um indivíduo com o coração endurecido, que trata as mulheres apenas como um instrumento de prazer:

As pessoas que se vinculam por matrimonio confundem os seus interesses, thiunfam do egoísmo, e tornam-se mais humanas e sensíveis ás desgraças de seus semelhantes: os sentimentos do esposo e de pai fazem conhecer um manancial de encantos, que muito contribue para a felicidade da vida. Outro tanto não acontece aos celibatários, classe inútil, e até digamos funesta, que quaes parasitas se agarras ás arvores para lhes chupar a substancia, só servem á sociedade de peso, e não tendo cousa que encha o vácuo de seu coração endurecido pela crápula, consideram o bello sexo, como mero instrumento de prazer, e solapam a moralidade, base do edificio social<sup>242</sup>.

Sendo assim, notamos que Moncorvo direciona críticas para os solteiros que veem a mulher como um mero objeto de prazer. Para ele, essa atitude seria uma afronta à moralidade e, portanto, um atraso para a modernização pretendida.

Apesar de poucas serem as publicações acerca da sexualidade feminina, encontramos na *Fon-Fon* um pequeno trecho assinado por Peladan que reafirma os novos pressupostos médicos acerca do prazer feminino: “A mulher corresponde ao instinto sexual como o alimento ao instinto nutritivo. É litteratura de louco tudo quanto quer mascarar essa verdade”<sup>243</sup>.

Para finalizar, é importante esclarecer que, em muitos casos, os ideais femininos mencionados acima – casamento, pureza, docilidade e maternidade – acabavam divergindo da realidade e das necessidades das mulheres das classes populares. Soihet afirma que:

Como era grande sua participação no “mundo do trabalho” embora mantidas numa posição subalterna, *as mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria, não eram casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*<sup>244</sup>[Grifos no original].

---

<sup>241</sup> MONCORVO, Laurindo Marques de Attaide, op. cit., p. 5.

<sup>242</sup> Ibidem.

<sup>243</sup> Publicação sem título. *Fon-Fon*, 16 de janeiro de 1926.

<sup>244</sup> SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano...”, op. cit., p. 367.

De acordo com a autora, as mulheres pobres precisavam contribuir para o sustento da sua família e, por isso, acabavam desenvolvendo “sua própria maneira de pensar e viver (...), o que se configurava através de um linguajar ‘mais solto’, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões”<sup>245</sup>. Inseridas no “mundo do trabalho”, muitas chefiavam suas famílias e lidavam com baixos salários por não serem consideradas capazes de competir intelectualmente e fisicamente com os homens. Junto a isto, eram pressionadas pelos ideais das mulheres das classes dominantes, sentindo-se inferiorizadas quando não se casavam e responsáveis pelo cuidado com os filhos e por todas as tarefas domésticas.

Além disso, o ideal de casamento também era diferente entre as classes populares. Para Soihet, esse fato decorre de dois pontos fundamentais: a dificuldade do homem pobre em assumir o papel de provedor e a pretensão de autonomia das mulheres que, em muitos casos, preferiam não se casar para não terem que se submeter a um marido e, com isso, assumiam a liderança de sua família e cuidavam sozinhas de seus filhos. De acordo com a autora:

O estereótipo do marido dominador e da mulher submissa próprio da família da classe dominante, não parece se aplicar *in totum* nas camadas subalternas. Muitas mulheres assumiam um comportamento negador de tal pressuposto. Algumas reagiam à violência, outras recusavam-se a suportar situações humilhantes chegando mesmo a abrir mão do matrimônio – instituição altamente valorizada para a mulher na época. As condições concretas da existência dessas mulheres, com base no exercício do trabalho e partilhando com seus companheiros da luta pela sobrevivência, contribuía para o desenvolvimento de um forte sentimento de alto respeito<sup>246</sup>.

O fato acima, somado aos altos custos para a realização de uma cerimônia de casamento, faziam com que muitas mulheres negras, mestiças e brancas pobres optassem pelo concubinato. A *Gazeta de Notícias*, em 1900, ao tratar de uma sessão da Câmara na qual discutia-se o casamento civil, salienta a posição do senhor Gastão da Cunha sobre o assunto:

O Sr. Gastão da Cunha (...), observa que o casamento religioso é moral sempre, o concubinato não é moral nunca. O direito diz ao concubinato nefas, ao religioso diz fas, mas ao casamento civil diz fus et licet. O concubinato pode ser o adultério, o casamento religioso nunca o é; O concubinato faz-se às occultas, o casamento religioso às claras. Para o concubinato a sociedade honesta tem a repulsa, para o religioso, não<sup>247</sup>.

A *Gazeta* ainda salienta as motivações de Cunha ao apresentar tal proposta para a Câmara:

---

<sup>245</sup> Ibidem.

<sup>246</sup> Ibidem, p. 376-377.

<sup>247</sup> “Diário do Congresso na Câmara”. *Gazeta de Notícias*, 21 de agosto de 1900.

O orador quer a acção do legislador afim de impedir que as mulheres honestas se concubinem sob a apparencia do casamento religioso, e é por isso que o projeto em discussão representa uma necessidade inadiável: elle vem impedir que a mulher brasileira, inconscientemente, contra o seu pudor e amor à prole, contra a consideração que deve a si e á sociedade, se concubine de facto, sem querer (...) <sup>248</sup>.

Portanto, o concubinato, frequente entre as classes populares, era bastante criticado pelas classes mais altas. Sob a alegação da necessidade de resguardar a mulher brasileira, afirmava-se que tal prática era amoral e repugnante, devendo haver a obrigatoriedade do casamento religioso e, conseqüentemente, a submissão feminina ao marido.

As questões relativas à pureza e à castidade também seguiam padrões diferentes entre as classes populares. Arend <sup>249</sup> afirma ser comum que as moças perdessem a virgindade assim que seus corpos fossem considerados formados. Em muitos casos, elas acabavam sendo violentadas por patrões, conhecidos ou familiares e seus filhos tornavam-se a mão de obra necessária na busca pelo suposto desenvolvimento do país. Além disso, algumas jovens mantinham, abertamente, relações sexuais com seus parceiros. É interessante notar que, de acordo com a autora, quando acontecia uma gravidez e o homem não queria se responsabilizar, era necessária uma ação judicial. Nestes casos, Arend ressalta que “para as autoridades judiciárias, que julgavam essas ações a partir de seus valores relativos à sexualidade e à noção de infância, essas meninas eram consideradas promíscuas e amorais” <sup>250</sup>.

Diante da discussão aqui apresentada, podemos notar que a imprensa na passagem do século XIX para o XX, fundamentada em um saber médico construído no decorrer do século XIX e defendido pelas teses analisadas, contribuía para delimitar os novos parâmetros modernos relativos ao papel da mulher na sociedade. A educação feminina ganhou maior importância diante da necessidade de as mães educarem seus filhos para serem cidadãos da pátria. A maternidade e o casamento passaram a seguir modelos científicos, sendo destacada a necessidade da amamentação para o crescimento saudável dos filhos, o desenvolvimento completo do corpo da mulher para um casamento saudável e o reconhecimento do prazer sexual feminino. Apesar disso, as mulheres continuavam sendo direcionadas para o ambiente privado, devendo dedicar-se, sobretudo, ao lar, ao marido e à prole. A seguir veremos que é neste contexto de modernidade alinhada ao

---

<sup>248</sup> Ibidem.

<sup>249</sup> AREND, Silvia Fávero, op. cit., p. 68.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 77.

discurso científico construído no século anterior que surge a primeira onda do movimento feminista, na qual as mulheres se unem em prol da sua emancipação. Destacaremos, sobretudo, a maneira pela qual os jornais analisados representavam o movimento e as feministas que o compunham.

## **II.2 Representações do feminismo e das feministas na imprensa carioca.**

Conforme já destacamos, a modernidade é um período contraditório por envolver, simultaneamente, mudanças e continuidades. Ao mesmo tempo em que as hierarquias sociais foram mantidas, ocorreram mudanças urbanas e morais baseadas em parâmetros médicos que envolviam, inclusive, a construção e a consolidação de uma nova moralidade feminina, fazendo com que as mulheres adquirissem mais acesso à educação e pudessem ocupar os espaços públicos com maior frequência. Apesar disto, a ideologia do patriarcado se manteve limitando e moldando os papéis femininos e fazendo com que a mulher ocupasse lugares considerados secundários em relação aos homens. A partir desta perspectiva, trataremos, em primeiro lugar, da entrada das mulheres nos espaços públicos, salientando que isso não significava total liberdade para elas. Em seguida, veremos que é contra esse modelo patriarcal que as mulheres passam a se organizar em movimentos feministas – frequentemente representados na imprensa carioca – para que pudessem manifestar suas demandas e insatisfações.

Ao tratar da importância do estudo das representações, Roger Chartier aponta para uma crise geral vivida pelas ciências sociais notada “no abandono de sistemas globais de interpretação”<sup>251</sup> e na rejeição ao marxismo e ao estruturalismo enquanto paradigmas dominantes. Na perspectiva do autor, esta crise não alcança a história, mas seus objetos de análise estariam sendo colocados em xeque, fazendo com que o historiador estendesse seus estudos a novos territórios, englobando inclusive as mentalidades. Isto não significa uma completa rejeição das fontes seriais amplamente utilizadas pela história econômica, mas a articulação de novas áreas de pesquisa com os princípios de inteligibilidade que já eram adotados. Sendo assim, Chartier acredita que:

Não se ancora mais uma crítica dos hábitos da disciplina em nome das inovações das ciências sociais, mas numa crítica aos postulados das próprias ciências sociais. Os fundamentos intelectuais são claros: por um lado, o retorno a uma filosofia do sujeito que recusa a força das determinações coletivas e dos condicionamentos sociais e que acredita reabilitar “a parte explícita e refletida da ação”, por outro lado, o primado conferido ao político que deveria

---

<sup>251</sup> CHARTIER, Roger, op. cit., p. 173.

supostamente constituir “o nível mais abrangente” das organizações sociais e, no entanto, fornecer uma nova chave para a arquitetura da totalidade<sup>252</sup>.

Neste sentido, Chartier aponta para a necessidade de o historiador renunciar aos sistemas de descrições globais e penetrar nas relações particulares, considerando as práticas e representações que dão sentido ao mundo do indivíduo. É seguindo este caminho que pretendemos analisar as narrativas dos jornais aqui selecionados acerca do movimento feminista e das feministas.

Conforme destacamos acima, no decorrer do século XIX e no início do século XX, houve uma consolidação do conhecimento médico e científico que trazia novas considerações acerca da natureza feminina e dos papéis que deveriam ser exercidos pelas mulheres. Uma das preocupações médicas referia-se à idade ideal para o casamento. Se anteriormente considerava-se que a primeira menstruação fosse o indicativo para o casamento, agora havia a preocupação com a necessidade de amadurecimento do corpo. Diante disto, Margareth Rago<sup>253</sup> afirma que os médicos passaram a indicar maior ocupação dos espaços públicos com o objetivo de combater a ociosidade das moças que pertenciam às famílias mais abastadas. Recomendava-se, por exemplo, a prática de esportes que as deixassem bem cansadas e sem muito tempo livre.

Devido a uma nova perspectiva médica, as meninas saíam da casa dos seus pais com uma idade mais avançada havendo, portanto, a possibilidade de usufruírem do espaço público por um período maior, indo a cafeterias, missas, fazendo compras ou, até mesmo, praticando atividades físicas. Estando casadas, essa situação mudaria, visto que teriam que se dedicar integralmente ao cuidado com o marido e com os filhos. Na coluna “Notas Sportivas” da revista *Fon-Fon* encontramos imagens de jovens mulheres envolvidas com a prática de atividades físicas:

---

<sup>252</sup> Ibidem, p. 175.

<sup>253</sup> RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar...”, op. cit., p. 115.



Um grupo de gloriosos campeões de tênis do Fluminense Foot-ball Club.

Figura 9: *Fon-Fon*, 23 de setembro de 1911.  
Um grupo de gloriosos campeões de tênis do Fluminense Foot-ball Club.



Dr. Alfredo Regulo Valdetaro, director do Thesouro, em companhia de um grupo de senhoritas e cavalheiros pertencentes ao Club Sportivo de Equitação, do qual é presidente. Photographia tirada por Fon-Fon na rua José Hygino (Tijuca) em frente ao edifício da Companhia Hanseatica.

Figura 10: *Fon-Fon*, 31 de agosto de 1912.  
Dr. Alfredo Regulo Valdetaro, director do Thesouro, em companhia de um grupo de senhoritas e cavalheiros pertencentes ao Club Sportivo de Equitação, do qual é presidente. Photographia tirada por Fon-Fon na rua José Hygino (Tijuca) em frente ao edifício da Companhia Hanseatica.

A ocupação do espaço público pelas mulheres também ocorria através da sua participação em alguns eventos sociais, como obras de caridade, bailes, teatros e cinemas. Para Ferreira, isso sinalizava um “definidor de status social”<sup>254</sup>. Em suas palavras:

<sup>254</sup> FERREIRA, Vívian Marcello. *Moda e condição feminina...*, op. cit., p. 65.

Os eventos em que estas mulheres se apresentavam, para além de ostentar a riqueza dos maridos, serviam também como forma de lazer, distinção e prestígio, ou seja, o dever de serem recatadas, contidas e belas recaía sobre elas que investiam na indumentária para mostrarem suas posições e, consequentemente, das suas famílias para a sociedade<sup>255</sup>.

Nos periódicos que analisamos encontramos algumas notícias sobre a participação de senhoras na organização de eventos e bailes de caridade que teriam como objetivo principal promover a caridade e a assistência para as crianças carentes. A *Gazeta de Notícias* trata da promoção de um evento que aconteceria no Jardim Zoológico do Rio de Janeiro cujas principais benfeitoras eram senhoras que buscavam auxiliar nos cuidados das crianças pobres: “Em benefício do Asylo Isabel, realizar-se-á amanhã, no Jardim Zoologico, um festival promovido e organizado pela comissão de senhoras protectoras, desta casa de caridade, onde encontram educação e instrução centenas de crianças pobres”<sup>256</sup>. A *Fon-Fon* também dá destaque a um baile realizado por senhoras que se dedicam a obras de caridade:

Sob o patrocínio de algumas das mais distintas senhoras da nossa Sociedade elegante, entre as quaes M.me Eliziario Barbosa, cujo nome está sempre ligado a todas as obras de caridade, realiza-se depois de amanhã, um grande baile, com cotillon, nos salões do Cassino Fluminense, generosamente cedidos pelo Club dos Diarios<sup>257</sup>.

Em *O Paiz* também encontramos inúmeras notícias acerca da promoção de eventos de caridade por parte de distintas senhoras da sociedade e da Associação de Damas da Assistência à Infância: “Realiza-se hoje (...), a festa de Anno Bom das crianças pobres, promovida pela Associação das Damas da Assistencia á Infancia, e que será presidida pelo Dr. Alfredo Pinto, ministro da justiça”<sup>258</sup>.

Além de promoverem e participarem de tais eventos, as mulheres das classes mais abastadas também passaram a realizar encontros no interior de suas casas. Sobre o assunto, D’Incão ressalta que as salas de visitas passaram a ser abertas para a promoção de eventos, como saras noturnos, jantares e festas. Para a autora:

Nas casas, domínios privados e públicos estavam presentes. Nos públicos, como as salas de jantar e os salões, lugar de máscaras sociais, impunham-se regras para bem receber e bem representar diante das visitas. As salas abriam-se frequentemente para reuniões mais fechadas ou saras, em que se liam trechos de poesias, romances em voz alta, ou uma voz acompanhava os sons do piano ou harpa<sup>259</sup>.

---

<sup>255</sup> Ibidem.

<sup>256</sup> “Festival em Benefício do Asylo Isabel”. *Gazeta de Notícias*, 16 de outubro de 1920.

<sup>257</sup> “Festa de caridade”. *Fon-Fon*, 7 de novembro de 1908.

<sup>258</sup> “Vida Social”. *O Paiz*, 1 de janeiro de 1920.

<sup>259</sup> D’INCÃO, Maria Ângela, op. cit., p. 228.

Além destes eventos, realizavam-se ainda leituras “feitas à sombra das árvores ou na mornidão das alcovas”<sup>260</sup> em que as mulheres constituíam o público principal. Assim como a prática de atividades físicas, estes encontros também buscavam combater a ociosidade das moças das famílias mais abastadas. D’Incão afirma que:

A possibilidade do ócio entre as mulheres da elite incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e confidências entre as amigas. As histórias de heroínas românticas, langorosas e sofredoras acabaram por incentivar a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento<sup>261</sup>.

Frente a isto, Ferreira afirma que “devido aos novos hábitos femininos da modernidade, as mulheres eram cada vez mais vistas nas ruas das cidades”<sup>262</sup>. Contudo, vale ressaltar que a ocupação das ruas pelas mulheres das classes populares acontecia há bastante tempo, pois, conforme demonstramos, elas já estavam inseridas no “mundo do trabalho”. Para Arend<sup>263</sup>, grande parte das meninas que pertenciam às classes populares começavam a trabalhar quando tinham entre 9 e 10 anos. Muitas delas dedicavam-se ao trabalho doméstico, atuando como babás e, mais tarde, realizavam serviços domésticos, trabalhando como empregadas de famílias ricas.

Cabe destacar ainda que o maior envolvimento destas mulheres na vida social, não significava maior possibilidade de liberdade. Pelo contrário, elas passaram a ser vigiadas e controladas não somente pelo pai ou pelo marido, mas por toda a sociedade, sendo submetida à avaliação de todos. De acordo D’Incão: “Se agora era mais livre (...), não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada”<sup>264</sup>.

Sendo assim, observamos que, conforme aponta Ferreira, apesar da ampliação da presença de mulheres nos espaços públicos, sua atuação “continua sendo limitada e moldada por um projeto patriarcal”<sup>265</sup>. Para Rago, existe uma grande ambiguidade nessa relativa ocupação feminina de espaços públicos:

Se de um lado valoriza-se sua incorporação num amplo espaço social, por outro procurava-se instaurar linhas de demarcação sexual definidores dos papéis sociais bastantes claros. No caso das mulheres, que “honestas” e “perdidas” não se confundissem. E que, acima de tudo as mulheres se conscientizassem,

---

<sup>260</sup> Ibidem, p. 229.

<sup>261</sup> Ibidem.

<sup>262</sup> FERREIRA, Vívian Marcello. *Moda e condição feminina...*, op. cit., p. 61.

<sup>263</sup> AREND, Silvia Fávero, op. cit., p. 76.

<sup>264</sup> D’INCÃO, Maria Ângela, op. cit., p. 228.

<sup>265</sup> FERREIRA, Vívian Marcello. *Moda e condição feminina...*, op. cit., p. 66.

na democratização da vida social, de que sua natureza primeira era a maternidade<sup>266</sup>.

Apesar de terem sua atuação ampliada para o espaço público, as mulheres ainda possuíam papéis sociais bem delineados. Antes de tudo, deveriam ser boas mães e esposas. Rago ressalta que toda a educação que recebiam deveria ter como objetivo sua carreira doméstica. Para ela, “os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem”<sup>267</sup>. Sendo assim, reconhecemos que, apesar de haver rupturas em relação ao um antigo passado colonial, o patriarcalismo ainda podia ser percebido, sobretudo quando, mesmo fora do lar, a mulher ainda estava subordinada aos interesses do seu marido – chefe da família. Como apresentamos no capítulo anterior, em um sistema patriarcal o homem supostamente possui o comando das mulheres que estão ao seu redor, controlando-as. Além disso, acredita-se que sempre foi assim e que as mulheres não deveriam agir contra suas regras, naturalizando-se estas relações.

Indo de encontro às ideias patriarcais vigentes durante a implantação da República brasileira, observamos a formação da primeira onda do feminismo em que as mulheres se articulavam em prol de seus direitos civis e políticos. Céli Regina Jardim Pinto esclarece que:

(...) a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome<sup>268</sup>.

Após ter início na Inglaterra, o movimento espalhou-se pela Europa e pelos Estados Unidos. No caso do Brasil, a primeira onda do feminismo também é marcada, sobretudo, pela busca por direitos políticos e civis. Sueann Caulfield afirma que algumas mulheres – sobretudo de classes média e alta e que se consideravam feministas – agiam por meio de revistas femininas e de pequenas organizações com o objetivo de “conseguir direitos iguais de propriedade, educação, acesso às profissões e direito ao voto”<sup>269</sup>.

<sup>266</sup> RAGO, “Os prazeres da noite...”, op. cit., p. 29.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>268</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. “Feminismo, história e poder”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15.

<sup>269</sup> CAULFIELD, Sueann, op. cit., p. 139.

Destacamos que as pautas mencionadas acima podem ser consideradas como as principais demandas do movimento feminista durante a Primeira República, no entanto, elas não eram as únicas. Pinto identifica três correntes feministas vigentes no período em questão, com configurações e objetivos diferentes, o que torna o movimento complexo e plural. A primeira seria, para ela, uma “face bem-comportada do feminismo brasileiro do período”<sup>270</sup>, sendo liderada por Bertha Lutz. Para a autora:

Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente. Porém (...) tem limites muito precisos: nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs<sup>271</sup>.

A segunda vertente é considerada pela autora como um feminismo mais difuso, notado em publicações de uma imprensa considerada variada, com caminhos mais abertos. De acordo com Pinto, esse “tipo de feminismo” configurava-se da seguinte maneira:

São mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, escritoras, jornalistas. Preocupadas ou não com direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. Em seus textos, tocam em temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio<sup>272</sup>.

Por fim, a terceira corrente identificada por Pinto é considerada a menos comportada entre as três. Esta manifesta-se no movimento operário e, posteriormente, no Partido Comunista. Formado por “mulheres trabalhadoras e intelectuais”<sup>273</sup> defendem “a libertação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como tema central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas”<sup>274</sup>. De acordo com Paola Cappellin Giuliani, as reivindicações dessas mulheres refletiam o fato de muitas leis trabalhistas se limitarem “ao cotidiano do trabalho dos homens e não faziam a menor referência à vida fora das fábricas, muito menos às especificidades do trabalho das mulheres”<sup>275</sup>. Além disso, a autora destaca que as trabalhadoras nem chegavam a ser “reconhecidas como parte da população

---

<sup>270</sup> PINTO, Céli Regina Jardim, op. cit., p. 15.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 14-15.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>273</sup> Ibidem.

<sup>274</sup> Ibidem.

<sup>275</sup> GIULIANI, Paola Cappellin. “O movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira” In: DEL PRIORE, Mary, op. cit., p. 641.

economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar”<sup>276</sup>. Diante destes fatos, Giuliani destaca a associação de trabalhadoras rurais como um exemplo da mobilização de mulheres que criticavam a divisão sexual do trabalho aproximando-se de ideais feministas. Suas reivindicações giravam em torno de “manifestações, protestos e abaixo-assinados que reclamam o respeito à legislação, o acesso à previdência social e também o direito de participar ativamente de seus sindicatos”<sup>277</sup>.

É fundamental ressaltar que o feminismo considerado por Céli Pinto como “bem-comportado” parece receber menos críticas por parte da imprensa. Nos periódicos analisados encontramos algumas publicações tratando do “bom feminismo” em que a mulher deseja apenas mais liberdade e igualdade, sem questionar seus papéis e a submissão que deve aos seus maridos. A *Fon-Fon* traz uma matéria sobre este assunto e, logo no início, afirma o seguinte:

Apressamo-nos a dizer que não é do feminismo que anda por ahi a cortar cabellos “á l’homme”, a vestir-se com roupas masculinizadas, a beber “whisky”, a fumar cigarros.  
 Não. Somos apologistas do *bom feminismo* d’aquêle que quer igualar o direito das mulheres ao dos homens [Grifo nosso]<sup>278</sup>.

Podemos ver que a revista faz questão de dizer que não é contra o feminismo, desde que ele busque apenas igualdade em relação aos homens. Esclarece ainda que não é o movimento que faz com que as mulheres andem masculinizadas, bebendo e fumando. Estas, como veremos, são características que devem ser atribuídas apenas aquelas que querem se inserir em lugares considerados inadequados para sua natureza. Continuando a tratar do “bom feminismo”, a *Fon-Fon* segue dizendo que:

No século em que estamos, século das maravilhas e do progresso vertiginoso, da sciencia e da intelligencia, não são, não podem mais ser aceitas as velhas, as archaicas leis e praxes que faziam parte da mulher uma espécie de animal domestico.  
 A meiga companheira da nossa viagem pelo mundo não póde mais consolar-se com a posição de dependência em que viveram nossas mães.  
 O anseio de liberdade e de igualdade, a vontade de colaborar na obra de civilização e progresso, o desejo de se emancipar do jugo do “marido e senhor” são cousas muito justas, que dignificam muito a mulher.  
 Já lá se foram os tempos em que as coitadinhas passavam das mãos dos paes brutos, mal educados e prepotentes, para as mãos dos maridos autoritários, despóticos e grosseirões.  
 (...)

---

<sup>276</sup> Ibidem.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 645.

<sup>278</sup> “Bom feminismo”. *Fon-Fon*, 17 de maio de 1930.

Pouco a pouco o homem vae erguendo a mulher até o seu nível e, si o deixarem fazer, elle em breve acabara por eleva-la ainda mais e se tornará o escravo submisso dela<sup>279</sup>.

A *Fon-Fon* afirma, então, que a mulher deve ser tratada como uma companheira do seu marido, não estando mais atrás dele e sim ao lado. Seu desejo seria apenas mais liberdade para que possa colaborar com o projeto de civilização que está sendo implantado pela República. Contudo, vale destacar que as mulheres não chegariam ao nível dos homens por seu próprio esforço e sim pelo desejo masculino em erguê-las. As demandas feministas que fossem além disso não seriam apropriadas, conforme podemos ver adiante:

Arrancar, porém, “ex-abrupto” do homem, aquilo que elle concederá devagar, é um erro.

As feministas, para pisar um termo mais sympathico, devem evitar tratar de certos assumptos, de um dos quaes ellas fazem questão fechada: a politica.

A mulher já tem abertas na sua frente todas as portas por onde os homens ingressam na vida publica; uma só, uma única fechada para ellas: a politica.

Justamente para ella, convergem os esforços das feministas!<sup>280</sup>

Em primeiro lugar, percebemos que, para a revista, são os homens que abrem as portas para as mulheres, basta que elas saibam esperar por um momento oportuno, em que eles estejam preparados e à vontade para isto. Além disso, vale ressaltar que, de acordo com a *Fon-Fon*, as mulheres já teriam ocupado o espaço público, estando impedidas, apenas, de fazer parte da política. Sendo assim, as críticas apontariam somente para as feministas que querem avançar nesse aspecto. Para finalizar, conclui-se o seguinte:

Deixae ao homem a politica e a carreira das armas.

Essas são privativas do nosso sexo e nelas qualquer mulher, por mais virago que seja, se sentirá “deplacée”.

Demais, a mulher não poderá, embora o queira, deixar de ser o anjo do lar.

Trabalhando nos mil misteres em que poderá ocupar a sua intelligencia, ao entrar no lar, a mulher será a Esposa, a Mãe, a Mulher; com política, não<sup>281</sup>.

Vemos, portanto, que a mulher poderia ocupar espaços públicos, desde que sejam aqueles que foram cedidos pelos homens. A política não faria parte dessa concessão, já que somente a natureza masculina atenderia as suas demandas. Se o movimento feminista não contrariasse esse ponto e, tampouco, afastasse a mulher do seu lar, ele poderia ser mais aceito e, até mesmo, mais difundido nos periódicos.

---

<sup>279</sup> Ibidem.

<sup>280</sup> Ibidem.

<sup>281</sup> Ibidem.

Em *O Paiz* também encontramos o reconhecimento da existência de correntes feministas. Utilizando o pseudônimo F.V., o redator afirma que o movimento segue dois caminhos diferentes: o primeiro seria mais desejável, correto e alinhado a pretensões justas; o segundo poderia até parecer mais curto, mas seria enganoso, desviante e perigoso. Em suas palavras:

Eu não sou dos que acreditam firmemente nas virtudes e excelências das correntes feministas. Ha, para mim, no feminismo, pretensões razoáveis, reivindicações justíssimas, a par de ingenuidades, de tolices, de absurdos e de aspirações contraditórias e, por vezes, contraproducentes.

Póde-se, desse modo, dividil-o em dois caminhos diferentes: um recto, claro, amplo, uniforme, que leva o caminhante, unilludivelmente, ao ponto desejado; outro tortuoso, escuro, cheio de anfractuosidades e de espinhos, de altos e de baixos, dando á vista, entretanto, a ilusão de que é mais curto e ao mesmo tempo leva um sitio mais risonho e cheio de promessas, sem que os que o escolhem notem bem nos seus perigos, nos seus labirintos, nos seus múltiplos desvios, nos seus fossos e nos rios, raramente vadeiaveis, que em diversos pontos o atravessam (...) <sup>282</sup>.

Seguindo com seu posicionamento, F.V. pontua quais seriam, para ele, as demandas mais razoáveis do movimento feminista. Conforme poderemos ver, ele chega a concordar com a educação feminina e com a presença da mulher no mercado de trabalho, mas com algumas ressalvas. Na sua perspectiva:

(...) educar a mulher, esclarecer-lhe o espirito, dar-lhe elementos para que na própria vida da família, como filha, como esposa, como mãe, possa encarar o mundo mais inteligentemente, possa encontrar, no que a rodeia, mais encantos, e possa conhecer melhor e mais seguramente as exigências do seu sexo, (...) essa é, sem duvida, a mais alta, a mais grandiosa e a mais sensata dentre todas as aspirações que possa ter um feminismo logico. Que a mulher, não sendo mãe, ou, se o fôr, não dispondo dos recursos necessários á manutenção dos filhos (...), exerça certas profissões que o homem exerce (...) é igualmente razoável <sup>283</sup>.

Dentre as demandas do movimento feminista consideradas aceitáveis, ressalta-se, em primeiro lugar, a necessidade da educação feminina, desde que seu objetivo fosse proporcionar mais conhecimentos para a atuação da mulher na esfera privada. Além disso, chegava-se a aceitar que a mulher trabalhasse, mas não em todas as profissões – algumas eram consideradas essencialmente masculinas – e em determinados casos, como os mencionados acima: se a mulher não fosse mãe ou se não possuísse recursos para criar seus filhos. Contudo, assim como vimos na *Fon-Fon*, F.V. enfatiza que a entrada da mulher na política seria uma demanda inaceitável do movimento feminista. Para ele:

Que a mulher seja votada e tome parte nessas vergonhosas e infecundas decisões dos parlamentos de hoje, nessas misérias das políticas tacanhas, em

<sup>282</sup> “Três tiras”. *O Paiz*, 9 de novembro de 1910.

<sup>283</sup> *Ibidem*.

todo esse aparelho complicado das corporações políticas modernas, é coisa que se afigura muito menos razoável<sup>284</sup>.

Feitas tais considerações, ressaltamos que, apesar de existirem correntes mais aceitas, o movimento feminista era constantemente ironizado pela imprensa, assim como as feministas, que eram representadas como mulheres masculinizadas, feias, solteironas e que queriam ocupar papéis masculinos. Este padrão pode ser notado na imagem abaixo publicada pela *Fon-Fon*:



Figura 11: *Fon-Fon*, 1 de junho de 1912.  
- Ella: Acabando a arrumação, dê mamar a criança.

Conforme notamos na imagem acima, a revista representa a mulher com uma aparência masculinizada, vestindo paletó, cartola e fumando charuto. Além disso, ela segura um jornal e uma bengala, usualmente carregada pelos homens, e deixa a vassoura para trás. A posição que deveria ser ocupada pela feminista, acaba sendo direcionada para seu marido que, mesmo insatisfeito com a situação, precisa cuidar da casa e da criança.

A *Gazeta de Notícias*, ao tratar de uma Conferência Feminista que havia acontecido em Berlim, comenta sobre a aparência e a personalidade das mulheres que participaram do evento e afirma que:

As cento e cinquenta senhoras que a compõem não saberiam inspirar idéas divertidas. Teêm, ao contrario, um aspecto severo, quase intimidante. Visivelmente, Vênus e as Graças ainda não adheriram ao movimento feminista. As deusas amáveis são talvez ariscas e frívolas demais para isso. A

<sup>284</sup> Ibidem.

conferência parece, antes, colocada sob patronato de Juno, a majestosa e de Minerva, a austera (...)

Observação geral: as delegadas (...), parecem despreocupadas com seus atavios. Contam-se as loillettes cuidadas e modernas. A maior parte veste-se á la diable, enfeitada ao acaso, algumas vezes com uma visível affectação de negligencia, de excentricidade e mesmo de fealdade. Duas ou três trazem vestidos reformados a jupe fendne, cuja hediondez é indescrível. Algumas, justamente as moças. Usam cabelo curto, com feliros desgraçados semelhantes ás carapuças dos velhos pilares de antigos cabarés artisticos (...) <sup>285</sup>.

Percebemos que o periódico não se preocupa em tratar das discussões que aconteceram na Conferência. Seu foco incide em ressaltar a falta de humor, severidade e austeridade das feministas. Além disso, salienta que elas não se preocupam com a aparência, mostrando-se descuidadas, negligentes e, por vezes, masculinizadas, já que optam por enfeites considerados pouco modernos e cabelos curtos.

A *Fon-Fon* segue essa mesma linha quando trata da aparência das feministas, sobretudo daquelas que defendem maior independência para as mulheres. Na coluna “Saibam Todos”, a redator responde a uma carta e se diz assustado ao imaginar que o seu conteúdo poderia seguir um viés feminista. Afirma-se o seguinte:

E de repente a imaginei uma dessas senhoritas feministas, que dão para fazer discursos, a propósito da “independência da mulher brasileira” e da “reivindicação dos direitos femininos”.

E como geralmente as feministas só desfraldas a bandeira do combate ao domínio do homem, quando perdem a esperança de arranjar um noivo, eis que V. Ex. me pareceu com a face argamassada de crême, as sobrancelhas por um fio, cabelo “á l’homme”, a bocca sangrando de “rouge” e um profundo despeito contra as amigas que vão casar (...) <sup>286</sup>.

Vemos, portanto, que de acordo com a revista, o feminismo só seria uma opção para as mulheres que não conseguiram encontrar um marido. Não tendo mais expectativas de formar uma família, elas seguiriam descuidadas com a aparência e invejando aquelas que se casaram.

Além de ridiculizar a imagem das feministas, a imprensa também associava o movimento à dissolução da família, afirmando que as mulheres que o integravam estariam negando as funções da sua própria natureza, como seria o caso da maternidade. Em agosto de 1910, em uma matéria assinada por Franco Vaz <sup>287</sup>, *O Paiz* chega às seguintes conclusões:

As tendências feministas (...) são lastimáveis e absurdas. A mulher se desloca e se desliga de suas funções intrínsecas e orgânicas para a aspereza dos

<sup>285</sup> “A Eleitora”. *Gazeta de Notícias*, 3 de julho de 1904.

<sup>286</sup> “Saibam Todos”. *Fon-Fon*, 12 de fevereiro de 1927.

<sup>287</sup> Acreditamos que, possivelmente, Franco Vaz também assinou algumas matérias na revista *Fon-Fon*, usando o pseudônimo F.V.

combates, para a brutalidade de uma vida de egoísmos e estreitezas – que não têm, de modo algum, a refulgência dos deveres e dos sentimentos da maternidade, a grandeza moral do lar, sereno e luminoso<sup>288</sup>.

Cabe ressaltar ainda que algumas demandas feministas eram tratadas como de pouca importância e incapazes de promoverem mudanças significativas. Em 1911, ao tratar de uma discussão acerca dos termos “Senhora e Senhorita”, a *Fon-Fon* desqualifica o movimento feminista sugerindo que suas demandas seriam de pouco valor:

Muitas feministas insurgiram-se contra o hábito de distinguir a mulher solteira da casada, chamando-a *senhorita*.

Mme. Claire Galichon pede que as mulheres sejam tratadas como os homens nesse ponto e não *como mercadorias trazendo etiquetas*.

No século XVI os gentishomens diziam: *a senhorita, minha mulher*, pois bem, sejam todas as mulheres chamadas de senhora, sem querer fazer supôer que só o casamento é que lhes possa dar uma posição social.

Estas feministas! [Grifos no original]<sup>289</sup>

A *Fon-Fon* não se mostra preocupada em enfatizar a necessidade de as mulheres não serem etiquetadas por pronomes. Ao contrário, ao usar a expressão “Estas feministas”, a revista apenas desqualifica a tentativa de Mme. Claire Galichon de fazer com que o casamento não defina o *status* social feminino. Seguindo esta mesma linha, em agosto de 1912, a *Fon-Fon* afirma que são os homens que devem se sentir lisonjeados com o movimento feminista, pois as mulheres estariam tentando ser como eles. Afirma-se o seguinte:

- O movimento feminista é realmente lisonjeiro para os homens.
- Porque?
- As mulheres querem tornar-se iguaes aos homens, o que quer dizer que o homem representa para ellas o ideal<sup>290</sup>.

Percebemos, portanto, que a publicação da *Fon-Fon* buscava banalizar as demandas do movimento, sugerindo que seu principal objetivo era fazer com que as mulheres se igualassem aos homens, já que eles seriam indivíduos ideais, alvos de grande admiração. Seguindo para 1929, conforme podemos ver adiante, a revista mantém essa mesma linha, afirmando que os direitos adquiridos pelas mulheres foram uma conquista do esforço masculino e não um resultado da luta feminista:

A mulher actual, nas expressões da sua espiritualidade, é, assim, obra, criação idéal do homem. *Ella nada conquistou*, porque tudo encontrou feito e desbravado pelo próprio homem o caminho por onde, cheia de si, ella vem a cantar a *Marselheza* das suas reivindicações feministas. No entanto, o homem é que tudo fez, preparando o terreno em que sua companheira deveria ingressar no vasto campo de conquistas sociaes, amanhado e trabalhado pelo seu espirito durante séculos a fio [Grifo nosso]<sup>291</sup>.

<sup>288</sup> “Maternidade”. *O Paiz*, 1 de agosto de 1910.

<sup>289</sup> “Senhora ou Senhorita?”. *Fon-Fon*, 11 de fevereiro de 1911.

<sup>290</sup> Publicação sem título. *Fon-Fon*, 31 de agosto de 1912.

<sup>291</sup> “Bazar de Bonecas: Feira de Vaidade e de Elegancia”. *Fon-Fon*, 21 de setembro de 1929.

Na *Gazeta de Notícias* também encontramos críticas ao movimento feminista, contendo uma notável desqualificação da busca pela emancipação das mulheres e pela igualdade de direitos. Inicialmente afirma-se que: “Eis uma coisa que me parece tão verdadeira quanto errada é a campanha a favor da igualdade e identidade entre os direitos dos dous sexos”<sup>292</sup>. Para o redator, direitos iguais entre homens e mulheres seria uma utopia visto que o indivíduo não estaria preparado para ocupar o espaço público e o privado. Nas suas palavras:

Penso que a actividade masculina difere da feminina em sua acção e em seus efeitos. A vida do homem tem duas phases – a de preparação no seio da família e a de colaboração no seio da sociedade. Dahi provém a divisão da vida pública e privada: Na segunda o indivíduo é um ser irresponsável, carente de toda a sorte de cuidados e da mais zelosa disciplina: na primeira esse mesmo indivíduo entra no trabalho comum (...), agindo por conta própria, inteiramente responsável por todos os seus actos.

O meio doméstico e o meio social são duas esferas da acção humana. Querer que uma pessoa tenha as mesmas obrigações, os mesmos deveres e os mesmos direitos em quaisquer destas esferas é querer confundil-as (...) De sua perfeita distincção funcional nasce a harmonia do mundo: no lar, a mulher; na rua, o homem: desde que a mulher é no lar o que é na rua e que o homem é na rua o que é no lar, ninguém será capaz de dizer onde começará o lar e acabará a rua, e assim a rua e o lar ficarão valendo a mesma cousa. Haverá por acaso um homem de bem que queira aceitar tão repugnante conclusão?<sup>293</sup>

Neste ponto, cabe resgatar a ideia apresentada acima e salientar que, mesmo que na conjuntura de passagem à modernidade as mulheres ocupassem mais os espaços públicos, sua atuação continuava sendo direcionada ao lar. A *Gazeta de Notícias* defende que homens e mulheres não podem ocupar os mesmos espaços de forma semelhante, afastando, portanto, a ideia de igualdade de direitos. Isto porque o lar e a rua exigem inclinações e deveres diferentes que, se misturados, podem ser confundidos, deixando seus verdadeiros objetivos de lado. O “homem de bem” não aceitaria que o lar perdesse sua essência passando a ter o mesmo significado da rua. Continuando com a matéria, afirma-se o seguinte:

Há umas tantas profissões que a mulher póde exercer sem quebrar de sua dignidade, não o nego; mas, dáhi ao absurdo de querer abrir-lhe todos os horizontes da vida pratica, vai um verdadeiro abysmo.

Demais, ninguém se illuda: desde que ella se apresentasse em campo, resolvida a disputar ao sexo forte as suas prerrogativas, seria infallivelmente esmagada pela brutalidade masculina, que não recua diante de cousa alguma, desde que se sente ferida em seu egoísmo.

Os Srs. feministas vivem na região dos sonhos, repugna-lhes a realidade de sempre e escrevem cousas bellas sobre a chamada emancipação feminina da mulher, dominados pelo mesmo sentimento que lhes pode inspirar um soneto ou um madrigal.

<sup>292</sup> “O feminismo”. *Gazeta de Notícias*, 19 de fevereiro de 1904.

<sup>293</sup> *Ibidem*.

Pobres mulheres! Se se deixarem levar de cantigas, estão muito arranjadas!<sup>294</sup>

Seguindo com a crítica direcionada à emancipação feminina, a *Gazeta de Notícias* restringe a ocupação das mulheres a determinados cargos no mercado de trabalho, argumentando que certas profissões podem fazer com que elas percam sua personalidade, deixando de exercer aquilo que nasceram para fazer. Além disso, o periódico afirma que as mulheres seriam “esmagadas” pela brutalidade masculina e que não teriam forças para enfrentar a vontade dos homens. Ocupar os papéis que lhes são direcionados seria, portanto, a melhor opção para as mulheres que, por sua vez, não deveriam se deixar enganar pelos devaneios feministas.

O último ponto da matéria é voltado para o casamento. Ao tratar do assunto, a *Gazeta de Notícias* destaca que este sacramento religioso, visto como essencial para que uma família seja formada é, em muitos casos, deixado de lado pelas feministas que, de acordo com o periódico, perdem seu tempo defendendo a emancipação feminina. Em um primeiro momento, destaca-se que, de fato, o matrimônio exige sacrifícios, principalmente para as famílias mais pobres que possuem mais filhos. Entretanto, indaga-se o seguinte:

(...) não é exatamente o sacrifício o que ennobrece o homem? Não é dali e somente dali que provem toda sua grandeza moral? E, demais, a natureza, a sociedade, e religião não impõem a vida matrimonial como necessária para felicidade dos indivíduos e collectividades? Até sob o ponto de vista científico não está mais que sobejamente demonstrado, por estatísticas rigorosas, que a população cresce rapidamente na proporção em que se desenvolve a vida conjugal?<sup>295</sup>

O matrimônio recebe uma conotação de ordem moral e social. Seu respaldo não é somente religioso, mas também social e científico, sendo considerado essencial para o crescimento da população. É através dele que a família é formada e se desenvolve. Negá-lo seria, portanto, negar a família. Para finalizar, conclui-se o seguinte:

Pois bem, Srs, feministas, a minha idea é esta:  
Em vez de defenderdes a emancipação da mulher, defendei a necessidade do casamento.  
Escrevei sobre a matéria, mostrando-lhes não somente a somma de sacrificios que acarreta mas ainda os incalculáveis bens effectos que produz.  
Sêde os paladinos do matrimonio pelo livro e pelo jornal... Por este meio a crise feminina será muito atenuada: as solteironas diminuirão em larga escala, o futuro do bello sexo não se apresentará tão cheio de tristes interrogações...  
E, quanto a vós, os feministas, eu vos affirmo: fareis assim cousa muito mais pratica, muito mais nobre, muito mais santa e com certeza agradareis imensamente mais a todas as mulheres<sup>296</sup>.

---

<sup>294</sup> Ibidem.

<sup>295</sup> Ibidem.

<sup>296</sup> Ibidem.

Com isto, afirma-se que o matrimônio é mais importante do que a emancipação feminina. Sua defesa adquire uma postura ética e nobre já que traria inúmeros benefícios para as mulheres como a garantia de não ficar solteirona, podendo dedicar-se aos cuidados com o marido e os filhos.

Diante do exposto, observamos a conquista de uma maior autonomia feminina durante a Primeira República, já que as mulheres puderam ocupar, com mais frequência, os espaços públicos. Apesar disso, continuavam com sua imagem vinculada à figura masculina – seus pais e, posteriormente, seus maridos. Neste contexto, desenvolve-se o movimento feminista que, apesar de ser composto por diferentes pautas e perfis, buscava, sobretudo, direitos civis e políticos. A imprensa do período constantemente diminuía a importância do movimento, ridicularizando a busca pela emancipação feminina e representando as feministas como mulheres masculinizadas que não faziam parte do projeto de modernização que se pretendia construir.

### **II.3 Representações das demandas feministas nos periódicos: direitos políticos e mercado de trabalho.**

Até o presente momento, focamos em analisar dois pontos fundamentais: a maneira como a imprensa carioca, amparada em um discurso médico e científico, contribuía para delimitar os novos papéis que deveriam ser exercidos pela mulher moderna; e a forma como o movimento feminista e as feministas eram representados pelos periódicos, ressaltando sua pluralidade e complexidade e demonstrando que, em muitos casos, ele era ridicularizado e ironizado, tendo sua importância questionada. Sendo assim, para finalizar esse capítulo, nos voltaremos para as principais demandas da primeira onda do movimento feminista – busca por direitos políticos e acesso ao mercado de trabalho – apontando o modo como elas eram representadas pelos jornais analisados.

De acordo com Pinto, a busca por direitos políticos, sobretudo pelo sufrágio feminino, iniciou-se ainda no século XIX, quando algumas mulheres<sup>297</sup> requereram seu alistamento como eleitoras e candidatas. Em 1891, a questão foi discutida na Constituinte Republicana, tendo o apoio de figuras notáveis, como três dos futuros presidentes: Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. Apesar do projeto não ter sido aprovado,

---

<sup>297</sup> Dentre as primeiras mulheres que solicitaram o alistamento eleitoral, a autora cita Isabel Dillon, que se destacou como candidata à Constituinte na Bahia, e a dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos.

o texto constitucional, inspirado nos ideais da Revolução Francesa, previa igualdade de todos perante a lei e não proibia expressamente o voto feminino. O artigo 70 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 dizia o seguinte:

São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.  
 § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:  
 1º) os mendigos;  
 2º) os analfabetos;  
 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;  
 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.  
 § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis<sup>298</sup>.

Pinto afirma que o não aparecimento das mulheres no texto constitucional não aconteceu por acaso. Para a autora:

A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos (...). Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo “cidadão” no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente os homens. Essa aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do senso comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo citada (...)<sup>299</sup>.

Apesar da exclusão da mulher na Constituição ter sido lamentada pelas feministas do período, elas costumavam vincular o fato à ideia de igualdade de todos perante a lei e utilizá-lo como um argumento favorável na defesa do sufrágio feminino. Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco afirmam que “se não lhes estavam reservados os assentos nos mecanismos oficiais da política, por outro lado nenhuma menção explícita as excluía”<sup>300</sup>. Na *Gazeta de Notícias* encontramos uma matéria tratando de uma solicitação de voto feita por 85 senhoras residentes em Araguay, São Paulo. Argumentava-se justamente, que o sufrágio feminino não encontrava impedimentos constitucionais; que grande parte dos países civilizados permitiam o voto facultativo das mulheres; que a Constituição previa igualdade entre os sexos. Contudo, o magistrado responsável, Dr. Nelson Tobias de Mello, indeferiu tal pretensão, afirmando que as mulheres eram

<sup>298</sup> Brasil. Constituição 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm).

<sup>299</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 16.

<sup>300</sup> PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. “Participação feminina no debate público brasileiro”. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Org.), op. cit, p. 210.

privilegiadas por não se envolverem com a política, podendo se ocupar somente dos assuntos relacionados ao seu lar e à educação dos seus filhos. Em suas palavras:

O lugar da mulher é na família. Essa restrição imposta às condições da mulher não é um systema de inferioridade como geralmente se acredita, é, ao contrário sua maior glorificação. Não é uma degradação; é uma apotheose. O povo romano foi forte enquanto manteve sua clássica e invulnerável organização de família. Que mais belos exemplos se encontrará em Lucrecia, Cornelia, mãe dos Gracchos ou a mãe de Coriolano?! Acredito, pois, que a mulher não competem as luctas ásperas da política”<sup>301</sup>.

Na *Fon-Fon* também encontramos algumas matérias que tratavam da questão do sufrágio feminino. Muitas delas ridicularizavam tal pretensão, enfatizando a falta de inclinação da mulher para a política, conforme vemos a seguir:



Figura 12: *Fon-Fon*, 4 de outubro de 1913.

1ª adversária – Com que intenção a Senhora só vota no meu marido?

2ª adversária – Porque ficará com esse direito desde o dia em que elle principiou a funcionar no meu partido.

Na charge acima, percebemos dois pontos importantes: o primeiro, conforme já destacado, refere-se à divulgação da imagem da feminista como uma mulher masculinizada que utiliza trajes destinados aos homens, como cartola e paletó; o segundo incide sobre uma crítica ao sufrágio feminino, na qual enfatiza-se as disputas e o ciúme entre as mulheres – tratadas como adversárias – que só pensariam em homens e votariam no marido umas das outras pensando em ficar com ele.

A *Gazeta de Notícias* segue essa mesma perspectiva e afirma que:

<sup>301</sup> “O feminismo”. *Gazeta de Notícias*, 3 de fevereiro de 1904.

Claro, se a mulher vai ter o direito de votar, vai ter também o direito de ser votada. E aqui é que pega o carro.

Entre ellas ha – dizem os anti-feministas – a rivalidade de pessoa a pessoa. Se é verdade que um homem pôde dirigir-se a outro homem, se um candidato pode dirigir-se a um eleitor, pedindo-lhe voto – uma mulher não pôde dirigir-se a outra, pedindo cousa nenhuma, porque considera isso uma humilhação e também porque a outra, rival nata em tudo, não lhe daria cousa nenhuma que pudesse a vir engrandecer-a<sup>302</sup>.

Assim como sugerido na charge da *Fon-Fon*, a *Gazeta* evidencia a rivalidade feminina, ressaltando que as mulheres, se pudessem votar e ser eleitas, estariam em constante atrito, não se sentindo à vontade em pedir votos e, tampouco, satisfeitas ao perceber que estariam contribuindo para o crescimento de outra mulher, considerada como uma rival.

Em *O Paiz* também encontramos matérias tratando do sufrágio feminino e, apesar da maioria delas se referir aos caminhos assumidos pelo feminismo no mundo, algumas trazem posicionamentos em relação a essa demanda. Em outubro de 1921, ao tratar de uma proposta para uma emenda constitucional que permitiria o voto das mulheres, o periódico traz as seguintes afirmações:

Decididamente, nos somos uma paiz de imprevistos divertidos. Há muito tempo os congressistas feministas (...) tramam essa coisa inteiramente sem espirito e sem o mínimo senso, que é metter ‘a muque’ as mulheres brasileiras na politicagem.

Taes congressistas não têm evidentemente coisa mais séria em que pensar. As mulheres – sempre victimas dos homens! – já são acusadas, geralmente, de excessos de liberdade no que concerne aos seus prazeres mundanos (...).

Agora, em vez de se cogitar de corrigir esse mal (...) procura-se arrancar a mulher ao que lhe resta ainda de apego ao lar, para atiral-a a essa coisa unqualificavel que é a politicagem brasileira<sup>303</sup>.

Conforme podemos notar, a matéria se inicia com uma forte crítica às feministas que buscam o voto, já que consideram que, por não possuírem noção do que significa tal demanda, tentam utilizar a força – e não meios racionais e plausíveis – para envolver a mulher na política. Em seguida, *O Paiz* aponta as demandas que deveriam ser pensadas pelo movimento feminista, afirmando que o sufrágio apenas afastaria a mulher do lar, seu lugar seguro, onde estaria completa. Continuando a tratar do assunto, afirma-se que, diferentemente do que acontece no mundo, a maioria das mulheres brasileiras sequer estaria interessada em votar. Sendo assim:

Se se fizesse um plesbicito para saber se as brasileiras querem votar e ser votadas, não temos duvidas em afirmar que as respostas negativas deixariam de cara á banda os homens imprudentes que teimam em querer arrastal-as para o pântano cujas exhalações no momento empestam o nosso ambiente<sup>304</sup>.

<sup>302</sup> “Voto feminino”. *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1917.

<sup>303</sup> “Fiat voluntas”. *O Paiz*, 29 de outubro de 1921.

<sup>304</sup> *Ibidem*.

Após apresentar tais argumentos, *O Paiz* chega às seguintes conclusões:

Deixem em paz as mulheres. O Brasil precisa de boas mães, de boas esposas que lhe preparem gerações moralmente dignas e fortes, o que não será absolutamente possível se as desviarmos dos sacrossantos deveres da família para a *macaqueação do suffragio feminino* estrangeiro.

Ainda não é tempo para isso. Nem é de crer que a presença da mulher nos prélios eleitoraes contribuísse desde logo para corrigir os nossos graves defeitos de educação política (...).

A mulher deve merecer-nos culto e não maldade. E é pura maldade buscar metel-a no rebanho dos cabos eleitoraes (...) [Grifo nosso]<sup>305</sup>.

Observamos, portanto, a não aceitação do sufrágio feminino, visto como prejudicial às verdadeiras aptidões femininas. Os deveres e vontades das mulheres se resumiriam aos cuidados com o lar, o marido e os filhos, que deveriam ser educados para se tornarem notáveis cidadãos para a pátria. O voto, considerado um impedimento para o cumprimento dos deveres femininos, deveria ser deixado para um momento mais propício.

Além do sufrágio feminino, também destacamos a luta feminista pelo direito ao divórcio. De acordo com Iáris Ramalho Cortês, “com a proclamação da República, o Estado brasileiro tornou-se laico e o *casamento civil* substitui o casamento religioso, que continuou como uma opção de festividade solene, entretanto, sem validade civil” [Grifo no original]<sup>306</sup>. A autora destaca que Deodoro da Fonseca, através do Decreto 181, regulamentou o casamento civil e, com ele, o divórcio. Esse fato gerou grande descontentamento da Igreja Católica “a ponto dos seus representantes incitarem os paroquianos a não se submeterem ao Decreto que o institucionalizou”<sup>307</sup>. Sendo assim, foi necessário o estabelecimento de mais um Decreto que dizia o seguinte: “O ministro de qualquer confissão, que celebrar as cerimônias religiosas do casamento antes do ato civil, será punido com seis meses de prisão e multa correspondente à metade do tempo” (Decreto n. 521, de 26 de junho de 1890). Vívian Ferreira<sup>308</sup> afirma que o descontentamento de religiosos com o casamento civil e com o divórcio derivava da crença de que os laços matrimônias, vistos como eternos e indissolúveis, seriam transformados em um mero contrato que poderia ser quebrado a qualquer momento. Além

---

<sup>305</sup> Ibidem.

<sup>306</sup> CORTÊS, Iáris Ramalho. “A trilha legislativa da mulher”. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Org.), op. cit., p. 268.

<sup>307</sup> Ibidem.

<sup>308</sup> FERREIRA, Vívian Marcello, *Relações de poder, gênero e condição feminina...*, op. cit., p. 140.

disso, “para a Igreja, casar no civil era um atestado de maus costumes”<sup>309</sup>, pois a única união necessária e verdadeiramente legítima seria aquela realizada diante de Deus.

Sobre este cenário, Roberta Alcântara Gomes da Silva afirma que durante as discussões do projeto do primeiro Código Civil aprovado em 1916, de autoria de Clóvis Bevilacqua, aconteceram grandes disputas ideológicas que envolviam o casamento civil, a condição da mulher e o divórcio. Durante os debates realizados, a autora identifica dois grupos que, ideologicamente, se posicionam de maneira distinta:

Uma minoria progressista que, inspirada no processo revolucionário francês, almejava aprovar um Código moderno, que acompanhasse os avanços da sociedade; e uma maioria conservadora, que, ligada às resistências ideológicas e afetivas relacionadas à Igreja e ao catolicismo ultramontano, buscava preservar o conteúdo tradicional e modernizar somente o texto<sup>310</sup>.

Bevilacqua se posicionava entre os mais progressistas, destacando-se como “um crítico das influências religiosas no direito civil”<sup>311</sup>. A questão da condição jurídica da mulher é, para Silva, uma das maiores preocupações do jurista, que defendia que a mulher deveria sair da sua posição de inferioridade em relação ao homem, tornando-se “companheira e sócia do seu marido”<sup>312</sup>, dividindo “com ele responsabilidades sobre o sustento dos filhos e da família”<sup>313</sup>. A autora enfatiza que esta postura assumida por Clóvis deriva do fato dele acreditar “que a consequência da evolução jurídica era a igualdade dos direitos civis entre os indivíduos, qualquer que fosse sua origem (...)”<sup>314</sup>.

Contudo, ao tratar do divórcio, Bevilacqua não assumia uma postura tão avançada. De acordo com Silva, apesar de possuir algumas dúvidas na preparação do seu projeto, ele acabou decidindo pela separação de corpos e de bens, mas sem a dissolução do vínculo do casamento, fazendo com que os antigos cônjuges não pudessem contrair novo matrimônio. Para a autora, o jurista seguia um caminho mais prudente diante “da posição conservadora, sustentada pela maioria dos juristas nos debates (...)”<sup>315</sup>. Além disso, Silva afirma que Clóvis considerava que:

As tradições são elementos importantes para um Código. Na verdade, são a sua base. Grandes códigos modernos, segundo ele, não vieram firmar um direito inteiramente novo e estranho às tradições, mas sim se apoiaram no direito pré-existente (...). Se o elemento tradicional é fundamental, não deve ser exclusivo.

---

<sup>309</sup> Ibidem.

<sup>310</sup> SILVA, Roberta Alcântara Gomes da. *Clóvis Bevilacqua e o projeto de Código Civil: o casamento civil e a condição da mulher na passagem à modernidade no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021, p. 86-87.

<sup>311</sup> Ibidem, p. 100.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>313</sup> Ibidem.

<sup>314</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>315</sup> Ibidem, p. 103.

O legislador deve manter a parte sólida, afastar o decrépito e desenvolver o que está sendo mal aproveitado pelo regime anterior<sup>316</sup>.

Com isto, a autora conclui que, para Clóvis Bevilacqua, “a sociedade brasileira e a maioria dos seus legisladores não se encontravam prontos para a aprovação da completa dissolução do vínculo matrimonial”<sup>317</sup>, preferindo “apoiar a separação de corpos, que à época da promulgação do Código Civil, em 1916, foi nomeada desquite”<sup>318</sup>. De acordo com Sueann Caulfield, isto pode ser explicado pelo fato da maioria dos brasileiros, durante a Primeira República, se preocupar amplamente em preservar os valores relacionados à família para a construção de uma nação moderna. Para ela, “ninguém duvidava que a família continuaria a ser a instituição civil mais importante do novo regime, ou que sua ‘harmonia’ requeria que fossem mantidas as diferenças entre os direitos dos homens e das mulheres”<sup>319</sup>.

Estas ideias eram refletidas diretamente na imprensa que, na maioria das vezes, confundia os conceitos de divórcio e desquite. Vívian Ferreira afirma que “em diferentes momentos, a palavra divórcio era generalizada, pois nem sempre significou separação com possibilidade de novas núpcias. Sendo assim, as palavras ‘desquite e divórcio’ ora eram colocadas como sinônimas, ora como antônimas”<sup>320</sup>. Para a autora, essa troca de sentidos acontecia devido a dois fatores principais: o primeiro referia-se ao julgamento patriarcal da mulher que, ao colocar em prática seus direitos, seria desmoralizada, visto que a conquista jurídica não alteraria seu papel na família; o segundo motivo seria “confundir ou influenciar os leitores (...)”<sup>321</sup>, fazendo com que o divórcio fosse entendido como “o fim da família e da prática dos maus costumes”<sup>322</sup>.

Conforme poderemos ver, os periódicos criticavam o que diziam ser divórcio e, de acordo com Ferreira, faziam “esforços para convencer a sociedade de que o casamento seria a melhor forma de proteger a família e o país como um todo dos possíveis males da excessiva liberdade individual”<sup>323</sup>. Ainda em 1900, *O Paiz*, ao tratar do projeto de lei do divórcio, apresentado pelo senador Martinho Garcez, defende que:

O divórcio é uma necessidade indispensável; mas como os nossos deputados e senadores são maridos e muito bem casados, não o aceitam. No Brasil as melhores leis são votadas por interesse individual; desde que o divórcio não

---

<sup>316</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>317</sup> Ibidem

<sup>318</sup> Ibidem

<sup>319</sup> CAULFIELD, Sueann, op. cit., p. 64.

<sup>320</sup> FERREIRA, Vívian Marcello, *Relações de gênero, poder e condição feminina...*, op. cit., p. 138.

<sup>321</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>322</sup> Ibidem.

<sup>323</sup> Ibidem.

interessa pessoalmente aos nossos legisladores e vottarem por ele pôde até perturbar-lhes a paz doméstica, não é de supor que tão cedo o tenhamos na legislação brasileira<sup>324</sup>.

Sendo assim, percebemos que o divórcio seria algo impensável, já que a prioridade seria manter a paz doméstica e a harmonia da família. A *Gazeta de Notícias* também trata das Conferências em que se discutia sobre o divórcio. Em setembro do mesmo ano, o periódico apresenta os argumentos do padre Júlio Maria sobre o assunto, enfatizando que, durante a sua fala, ele afirma que dissolver um casamento seria o mesmo que atentar contra a família e contra a pátria. Sendo assim:

O que se allega, finalmente, de contrario na indissolubidade ás fragilidades humanas, não passa de illusão e sentimentalismo. A indissolubidade, é certo, faz algumas victimas; mas em 1º logar a indissolubidade é uma lei que não admite transacções; é uma das grandes forças do mundo moral, a que o homem se deve sujeitar, como no mundo physico se sujeita às leis necessárias da matéria; em 2º lugar, analysando-se os casamentos desastrados mais reduzido ficará o número de innocentes, porque a origem das infelicidades de muitos casamentos é serem elles mal feitos e por culpa dos que os contraem. A origem da família é o coração; a vida do coração é o amor; as leis do amor que não se realisam na família sem o casamento indissolúvel, são: 1º a marcha; 2º o sacrificio; 3º a fecundidade (...)<sup>325</sup>.

Portanto, para o padre, seria impensável admitir que os indivíduos, devido as suas fragilidades, poderiam fazer escolhas matrimoniais precipitadas. Apesar de não negar a existência de algumas vítimas de casamentos infelizes, ele afirma que o homem não deve se sujeitar ao divórcio, pois, assim como respeita as leis morais, deve se sujeitar a indissolubilidade do matrimônio, já que é ele que garante a formação e continuidade da família, que seria a instituição mais importante da pátria, garantindo futuros cidadãos.

A revista *Fon-Fon* seguia esta mesma linha e, de acordo com Ferreira, difundia-se a ideia de que “não havia liberdade feminina sem o casamento, ou seja, fora dele não havia chance de autonomia e visibilidade. A mulher casada deveria então se manter longe da ideia do divórcio, pois não seria atitude de uma boa esposa e mãe”<sup>326</sup>. Na seção “Bilhetes a Cora”, um autor que utiliza o pseudônimo de *Teu Flávio*, dá a sua opinião sobre o divórcio e afirma que:

Para mim o divorcio é uma grossa patifaria, em que o homem procura readquirir o que perdeu e a mulher perde o que havia adquirido – a liberdade. Vivem mal? Que se arranjem! Vivessem bem. Não penses que fallo prodomo méa, não; fallo absolutamente convencido e perfeitamente no meu juízo. Imagina tu que um casal não se dá e separa-se; acontece? Ficam atirados no mundo dois entes que trazem do casamento uma experiência dolorosa e hábitos pouco apreciáveis. Casam-se outra vez; elle procura uma companheira nova e formam novo casal. Serão felizes? Viverão bem? Quem nos afiança?

<sup>324</sup> “A semana”. *O Paiz*, 22 de julho de 1900.

<sup>325</sup> “Conferencias da Assumpção”. *Gazeta de Notícias*, 1 de setembro de 1900.

<sup>326</sup> FERREIRA, Vívian Marcello, “Moda e condição feminina...”, op. cit., p. 94.

Mal com elle, peor sem elle, diz o ditado e diz uma verdade. Assim com o divorcio, em vez de dois mal casados, há toda a probabilidade de serem quatro ou mais (...) <sup>327</sup>.

A partir disso, destacamos duas questões fundamentais: em primeiro lugar, o casamento proporcionaria à mulher a liberdade que não possuía enquanto solteira e, em contrapartida, faria com que o homem a perdesse; em segundo lugar, defende-se a necessidade da preservação do casamento, mesmo diante da má convivência entre os cônjuges. A família seria dissolvida sem que houvesse garantia de felicidade em futuras uniões. Sendo assim, a melhor solução para o casal era que se arranjassem.

É importante ressaltar ainda que estas concepções de subordinação feminina, além de estarem presentes no discurso religioso e na imprensa, também eram respaldadas pelas leis republicanas, visto que o próprio Código Civil de 1916 considerava a mulher casada como um ser incapaz e, portanto, submetida à autoridade do marido. Em seu artigo 6<sup>a</sup>, afirma-se o seguinte:

Art. 6<sup>o</sup> São incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- I - Os maiores de 16 e os menores de 21 anos;
- II - As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal;
- III - Os pródigos;
- IV - Os silvícolas. <sup>328</sup>

Para Ferreira, tal fato mostra que “as leis instituídas (...), reafirmavam o modelo patriarcal de família e diferenciavam os espaços dos maridos e esposas hierarquicamente separados, retirando das mulheres casadas a condição de indivíduos”<sup>329</sup> e fazendo com que elas estivessem sempre sujeitas ao pátrio poder, seja do pai, quando solteiras, ou do marido, após o casamento. Sendo assim, a autora acredita que a escolha por manter-se solteira ou por desquitar-se também pode ser considerada uma maneira de emancipação feminina e, por isso, “foram criadas várias formas de persuasão para contê-las dentro da ideia de casamento, seja ele civil ou religioso”<sup>330</sup>.

Por fim, trataremos da demanda feminista pela entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo quando se tratava da admissão em concursos públicos. É importante ressaltar que, conforme já mencionamos, as mulheres pobres já trabalhavam e ocupavam as ruas, mas, no período analisado, mulheres que integravam segmentos médios e mais elevados também buscaram inserção no mercado. Contudo, esta pretensão recebeu fortes

<sup>327</sup> “Reminiscência”, *Fon-Fon*, 3 de agosto de 1912.

<sup>328</sup> BRASIL, Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm). Acesso em: 26 de abril de 2022.

<sup>329</sup> FERREIRA, Vívian Marcello, *Relações de gênero, poder e condição feminina...*, op. cit., p.141-142.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 143.

críticas presentes, inclusive, na imprensa, já que o trabalho feminino só era admitido diante de dificuldades financeiras para o sustento dos filhos. Soihet destaca que:

Respaldando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidades e menor inteligência inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária<sup>331</sup>.

Estes argumentos podem ser notados nos periódicos analisados. A *Fon-Fon*, de forma irônica, argumentava que, devido a sua natureza dócil e gentil, a mulher não poderia exercer determinadas funções e/ou profissões que possuem como pré-requisito características físicas masculinas. Neste sentido, o movimento feminista se precipitaria ao buscar igualar os dois sexos. Noticiava-se que:

Os feministas exagerados declaram que não há profissão masculina, que a mulher não possa exercer. Exagero, simples e verdadeiro exagero. A' parte uns tantos encargos masculinos que eu cá sei e que, de modo nenhum podia servir á esthetica feminina, há muitos outros que não quadram á gentileza da mulher. Por exemplo: o daqueles sacerdotes egypcios que apparecem na *Aida*. Como é que as senhoras poderiam arrumar aos queixos aquellas barbaças incongruentes e pontudas? Prestar-se-ia a elegância feminina a suportar aquelle falso apêndice capilar sem estourar o riso? Qual! Já vêm os Srs. feministas, que há certos *papeis* masculinos que as mulheres não podem fazer [Grifo no original].<sup>332</sup>

Seguindo a mesma linha, A *Gazeta de Notícias*, ao tratar da demanda feminista pela entrada das mulheres do mercado de trabalho, afirma o seguinte:

A mulher quer-se afastada do amphitheatro poeirento em que nós homens nos disputamos um pouco do direito á vida: atira-la á soalheira dos afazeres da rua é arrancar-lhe os títulos que são inherentes a seu sexo, de timidez, doçura e meguice, sem os quaes a vida seria uma aridez até o suicídio. Se todos somos combatentes, onde o peito amigo em que iremos repousar a frente fatigafa, onde as mãos carinhosas que nos ligarão as feridas da lucta, onde a palavra de conforto para recomeçar a peleja? Queres que a mulher venha para a rua comnosco, a disputar-nos, braço a braço, o meio de ganhar o pão? Mas não vês que isso equivale á morte do seu recato? Ignoras por ventura que assim ellas perderiam todo seu encanto expondo o seu pudor aos azares desta feira que se chama a vida pratica?<sup>333</sup>

Conforme podemos notar, transmite-se a ideia de que as mulheres que exercem trabalhos tipicamente masculinos poderiam, portanto, perder sua docilidade e gentileza. Vivendo em um ambiente que não condiz com suas aptidões, ela seria influenciada por hábitos nocivos e que não condizem com sua personalidade. Sendo assim, optar pelo

<sup>331</sup> Ibidem, p. 219.

<sup>332</sup> “Missão delicada”. *Fon-Fon*, 20 de novembro de 1909.

<sup>333</sup> “Rabiscos”. *Gazeta de Notícias*, 1 de março de 1904.

trabalho público e não pelo exercício de atividades inerentes a sua natureza – maternidade e casamento – seria promíscuo e inadequado.

Podemos concluir que a busca do movimento feminista por direitos políticos e pela admissão da mulher no mercado de trabalho era considerada inadequada por contrariar a natureza feminina e sua inclinação para o cuidado com a família. Apesar de reconhecer que a mulher moderna deveria ocupar novos espaços, exercendo papéis compatíveis com o ideal de modernização proposto pela República, a imprensa carioca desqualificava a emancipação feminina, reafirmando discursos patriarcais. Para Vívian Ferreira, a condenação do divórcio por parte dos periódicos, possuía dois objetivos principais: convencer as mulheres “a não requererem o desquite, permanecendo sob o controle de seus maridos, presas à família e ao casamento heterossexual”<sup>334</sup>; e fazer com que a mulher desquitada tenha “imagem de adúltera ou com a reputação duvidosa”<sup>335</sup>. Sendo assim, os homens poderiam manter seus privilégios e o controle sobre os corpos femininos. Ademais, a autora ressalta que o fato de a imprensa também contribuir para delimitar os cargos femininos revela a pretensão do “controle masculino sobre a sexualidade feminina”<sup>336</sup>. Afastar a mulher do mercado de trabalho significava “afastá-las ou controlá-las no espaço público, interferindo em vários aspectos de sua vida, inclusive na sua independência (...)”<sup>337</sup>. Contudo, Ferreira salienta que, apesar destas tentativas de “silenciamento feminino e as estratégias de controle do comportamento das mulheres (...), houve várias formas de resistência em diferentes classes sociais”<sup>338</sup>, que fizeram com que o período em questão se tornasse um momento importante para se repensar as relações de gênero. Nas palavras da autora, “as mulheres foram (...) reconstruindo os significados de feminino e masculino predominantes até então”<sup>339</sup>.

---

<sup>334</sup> FERREIRA, Vívian Marcello, *Relações de poder, gênero e condição feminina...*, op. cit., p. 146.

<sup>335</sup> *Ibidem*.

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>337</sup> *Ibidem*.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 147.

### CAPÍTULO III

## AS ATUAÇÕES DE LEOLINDA FIGUEIREDO DALTRO E MYRTHES GOMES DE CAMPOS NA BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA

### **III.1 Trajetórias da professora Leolinda Daltro e da advogada Myrthes Gomes de Campos.**

Conforme destacamos no capítulo anterior, durante a Primeira República, a busca pelo progresso esteve também atrelada à tradição, o que fez com que a ocupação feminina de novos espaços públicos esbarrasse na permanência de valores patriarcais que faziam com que a mulher continuasse sendo educada para se tornar boa mãe e esposa. É nesse contexto que percebemos a articulação de um movimento feminista complexo e plural, cuja composição envolvia pautas e perfis variados. Assim, pretendemos, neste capítulo, analisar as trajetórias de duas feministas que atuaram ativamente durante o período em questão: a professora Leolinda Daltro e a advogada Myrthes Gomes de Campos. Veremos que a primeira casou-se, teve filhos e atuou em uma profissão considerada condizente com a natureza feminina. Contudo, devido a sua proposta de catequese laica para indígenas, Daltro recebeu fortes críticas, tanto da imprensa quanto por parte de amigos próximos. Além disso, sua condição de mulher a impediu de acessar cargos do governo que a ajudariam em sua missão. Diante disto, a professora articulou um partido político atuando, sobretudo, pelo sufrágio feminino. Já a segunda não constituiu matrimônio e, tampouco, teve filhos. Por pertencer a uma classe social mais elevada, conseguiu cursar a faculdade de Direito e, quando se propôs a atuar como advogada, foi fortemente criticada por esta ser uma profissão considerada apropriada apenas para homens. Após seu reconhecimento profissional, Myrthes Campos, assim como a professora Leolinda, atuou pelo sufrágio feminino, mas também buscou o direito ao divórcio e ao aborto. É através dessa multiplicidade de estratégias e de posicionamentos adotados por estas duas mulheres que buscaremos perceber a diversidade de objetivos existentes no movimento feminista e os diferentes meios utilizados para que a mulher pudesse ocupar múltiplos espaços.

Myrthes Gomes de Campos e Leolinda Daltro podem ser consideradas como figuras importantes para que possamos entender a atuação feminina por sua emancipação. Pensar a mulher como um sujeito que age de forma consciente na busca por seus direitos

é, de acordo com Joana Maria Pedro<sup>340</sup>, contribuir para a inserção de mulheres em uma história que as esquecia e/ou diminuía sua importância enquanto indivíduos capazes de se posicionar social e politicamente. Para a autora, a predominância do sexo masculino sobre o sexo feminino nas narrativas é responsável por uma “produção sobre a diferença sexual”<sup>341</sup>. Neste sentido, desenvolver uma história das mulheres é uma maneira de fazer a crítica à história que acentua as diferenças de gêneros. Segundo Pedro:

Ao observarmos, como profissionais de história, as práticas que ensinam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as “verdades” sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente<sup>342</sup>.

Dito isso, consideramos que, para que possamos compreender melhor o empenho destas mulheres na busca por seus direitos, é necessário apresentar brevemente suas biografias. Neste ponto, Giovani Levi e Pierre Bourdieu tornam-se importantes visto que apresentam um panorama relativo à inserção do estudo biográfico na historiografia.

Em “Usos da Biografia”, Levi<sup>343</sup> afirma que a análise de biografias deve ser realizada de maneira cuidadosa, já que apresenta ambiguidades. Por um lado, devemos ficar atentos a fim de que elas não sejam utilizadas para comprovar hipóteses acerca das normas sociais, validando paradigmas e esquecendo das individualidades. Por outro lado, não podemos correr o risco de enxergar particularidades demais no sujeito, entendendo-o como um indivíduo totalmente livre de interferências sociais. Portanto, é necessário compreender tanto a maneira como os sistemas normativos envolvem o sujeito quanto aquilo que é particular do indivíduo e o que ele acrescenta como contribuição pessoal na construção de sua identidade.

Giovani Levi ressalta ainda que escrever sobre a vida do indivíduo envolve, principalmente, entender que os atores sociais não vivem em uma cronologia ordenada, coerente e estável. Pensar em ações sem incertezas seria, conforme a perspectiva de Pierre Bourdieu<sup>344</sup>, uma ilusão biográfica, pois não há possibilidade de construção de uma história de vida totalmente linear e traçada por uma sequência de acontecimentos que

---

<sup>340</sup> PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 83.

<sup>341</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>342</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>343</sup> LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-168.

<sup>344</sup> BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, pp. 183-191, 2006.

sempre tiveram um determinado objetivo. Para o autor, não podemos tratar do sujeito em sua integralidade, como se fosse um ser homogêneo, visto que acredita que sua única constância é o nome próprio. Além disso, o autor ressalta que as trajetórias individuais devem ser pensadas a partir do mundo social. Neste caso, o sujeito age tendo como objetivo garantir um capital que pode ser simbólico ou não e, por isso, o campo em que o sujeito está inserido define suas atitudes.

Giovani Levi<sup>345</sup> salienta ainda a necessidade de indagação acerca da verdadeira liberdade de escolha do indivíduo. Para ele, está claro que o sujeito não é completamente livre para pensar, agir e sentir, o que não significa que a liberdade individual não exista, já que os sistemas normativos não seriam capazes de eliminar totalmente as escolhas e a interpretação de regras. Levi afirma ser inegável a existência de um sistema normativo que restringe comportamentos, mas também existem brechas e nuances que permitem particularidades. O autor afirma que:

Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis. Talvez seja apenas uma nuance, mas me parece que não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irredutível de uma certa liberdade *vis-à-vis* as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação<sup>346</sup>.

Giovani Levi e Pierre Bourdieu direcionam críticas para distorções que levam a modelos históricos que pensam a linearidade biográfica. Os autores esclarecem que a noção de si para si e para o outro é variável em diferentes épocas, pois as demandas políticas interferem diretamente na maneira pela qual o sujeito se vê. Deve-se considerar, portanto, a complexidade das identidades, a perspectiva não linear que forma ideias e pensamentos e as contradições inerentes ao próprio sujeito. Tendo em mente tais premissas, partiremos para a apresentação das trajetórias das feministas destacadas neste trabalho.

De acordo com Elaine Pereira Rocha<sup>347</sup>, Leolinda de Figueiredo Daltro nasceu em 14 de julho de 1858, na cidade de Cachoeira, localizada na província da Bahia. Sua mãe, de ascendência indígena, chamava-se Alexandrina Tupinambá de Figueiredo e seu pai,

<sup>345</sup> LEVI, Giovani, op. cit., p. 179.

<sup>346</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>347</sup> ROCHA, Elaine Pereira. “Vida de professora: ideais e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 8, n.15, janeiro – junho de 2016, p. 33. As informações oferecidas pela autora são, na maioria dos casos, provenientes de uma entrevista realizada com os familiares de Leolinda Daltro.

que havia lutado na Guerra do Paraguai, chamava-se Luiz Antônio de Figueiredo. Conforme veremos a seguir, tais fatores são fundamentais para que possamos entender as particularidades da trajetória de Leolinda, assim como seus objetivos enquanto professora.

Rocha explica que “a fatalidade da Guerra do Paraguai e as severas restrições econômicas que a situação impunha, principalmente nos meios mais pobres, que poderiam levar crianças como Leolinda a uma situação mais extremada de abandono, acabou por beneficiá-las”<sup>348</sup>. Isso aconteceu porque, sobretudo na Bahia, as professoras que atuavam no ensino fundamental procuravam amparar os filhos dos soldados que lutavam na guerra ou que foram mortos em combate. “Ana Emília Paraíso, Semiana Rosa da Silva Gomes e Rosalina Joanna de Carvalho Matta são alguns nomes de professoras que ofereceram vagas gratuitas em seus estabelecimentos, às vezes em suas próprias casas, para filhas de combatentes”<sup>349</sup>. Além disso, a autora salienta que:

Muitos soldados enviaram cartas ao governador da província, já a caminho do palco da guerra, solicitando amparo educacional para seus filhos, numa atitude que induz a pensar na troca de informações entre as fileiras, fazendo com que aqueles que haviam partido sem a garantia de amparo e educação para os seus viessem a reivindicá-la mais tarde. A educação das crianças pode ser considerada como uma espécie de estímulo ao soldado que deveria partir<sup>350</sup>.

Devido a essa política e ao fato de já ser órfã de mãe, a futura professora acabou sendo assistida por uma educação religiosa. Para Rocha<sup>351</sup>, ela provavelmente foi educada por freiras Ursulinas no Colégio das Órfãs do SS. Sagrado Coração de Jesus que, além de prepararem as meninas para exercerem suas funções naturais – mãe e esposa –, também ofereciam o ensino de uma profissão que lhes possibilitasse alguma renda (professora, costureira, bordadeira ou florista).

Neste ponto, vale destacar que, conforme já mencionamos, a educação feminina também estava fortemente atrelada aos ideais de progresso e de desenvolvimento urbano propostos pela República. Rocha afirma que as mudanças do período, estimularam “a criação de escolas para educação primária, direcionadas para o ensino de ambos os sexos (...)”<sup>352</sup>. Sendo assim, as mulheres passaram a exercer funções que eram consideradas pertinentes a sua natureza e que se assemelhavam aos serviços executados no âmbito

---

<sup>348</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>349</sup> Ibidem, p. 34-35.

<sup>350</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>351</sup> Ibidem.

<sup>352</sup> Ibidem, p. 36.

doméstico, como era o caso do magistério. É interessante notar que, de acordo com a autora:

O número de mulheres que se empregavam nessa profissão rapidamente cresceu, assim como o número de meninas matriculadas nas escolas primárias que, em 1872, merecia destaque no relatório oficial da Corte, o qual dava conta da existência de 110 estabelecimentos frequentados por 39.000 alunos e 2.249 alunas. No final do século XIX, as mulheres constituíam um terço dos professores no Rio de Janeiro em 1872, sendo que a lista nominal de professores, que teria servido como base para os pagamentos no Distrito Federal para aquele ano, registra 99 professores do sexo masculino, contra 350 do sexo feminino<sup>353</sup>.

Além disso, cabe lembrar ainda que os ideais de modernização propostos durante o período republicano também atingiram o âmbito familiar, estimulando a necessidade das mulheres serem instruídas para que pudessem educar melhor seus filhos, futuros cidadãos a serviço da pátria.

Feitos tais apontamentos, continuemos a delinear a trajetória de Leolinda Figueiredo Daltro. Rocha<sup>354</sup> afirma que em 1873, aos 15 anos, Leolinda já havia se casado e atuava como professora nos sertões baianos. De acordo com Paulete Maria Cunha dos Santos<sup>355</sup>, seu marido chamava-se Gustavo Pereira de Figueiredo e, com ele, teve seus dois primeiros filhos: Alcina e Alfredo. Aos 24 anos, contraiu novo matrimônio<sup>356</sup> com Apollonio de Castilho Daltro, com quem teve mais três filhos: Oscar, Leobino e Aurea. É a partir daí que a professora passa a se chamar Leolinda Figueiredo Daltro.

Apollonio exercia a função de funcionário da Fazenda da Província da Bahia e acabou sendo transferido para o Rio de Janeiro. Acompanhando seu marido, Daltro também se mudou para a capital onde, valendo-se de sua experiência na Bahia, continuou exercendo o magistério em escola pública. Neste momento, de acordo com Rocha, devido aos problemas enfrentados nas primeiras décadas republicanas – carestia, desemprego, epidemias – a professora e sua família se viram sujeitas a uma situação vulnerável e acabaram residindo no mesmo prédio onde Leolinda trabalhava, o que era uma prática bastante comum. Conforme afirma Rocha:

Dessa maneira, a família mantinha-se ao abrigo dos altos alugueis cobrados na capital, mas não escapou das epidemias. Por essa época, a professora teria perdido um de seus filhos, que faleceu antes de completar um ano de idade,

---

<sup>353</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>354</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>355</sup> SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. *Leolinda Daltro: a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896-1920)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014, p. 37.

<sup>356</sup> A bibliografia consultada não relata exatamente o desfecho do primeiro casamento de Leolinda Daltro. Contudo, acreditamos que a professora tenha ficado viúva, podendo contrair um novo matrimônio formal e adotar o sobrenome do seu segundo marido.

vítima de uma das muitas febres que dizimavam anualmente a população carioca<sup>357</sup>.

De acordo com a perspectiva de Santos, a chegada de Leolinda na capital no momento de implantação da República fez com que ela tivesse “contato com um novo cenário sociopolítico e com novos significados dados aos conceitos de nação e de cidadania divulgados pelos republicanos”<sup>358</sup>. Influenciada pelos ideais positivistas propagados naquele momento, a professora passou a entender a educação como um instrumento que deveria ser usado a serviço da República para a civilização do povo e o progresso da nação. Rocha afirma que:

Sob influência das ideias positivistas, professoras como Leolinda, cooptadas pelo discurso hegemônico, passam a almejar o papel de construtoras dessa nação, incorpora-se a ela e, mais do que isso, engaja-se nessa proposta política atribuindo a si mesma uma parcela de responsabilidade na construção do novo Brasil. Para isso, colocou sua profissão, sua vida e sua família a serviço desse ideal, (...) <sup>359</sup>.

Foi neste momento, de acordo com Karawejczyk<sup>360</sup>, que Daltro se destacou e ganhou notoriedade por defender a causa indígena, uma proposta considerada “polêmica e inovadora para a época”<sup>361</sup>. Rocha<sup>362</sup> afirma que o interesse da professora iniciou-se quando um grupo de indígenas goianos, denominados cherentes e chefiados pelo capitão Sepé, chegou à capital da República para solicitar apoio governamental e educação para seu aldeamento. Em 9 de julho de 1896, *O Paiz* publicou sobre o assunto:

Hontem pela manha fomos surprehendidos por uma interessantíssima visita: a do índio Sepé, chefe hereditário da tribo dos Cherentes, de Goyas (...)  
Sepé – perdão! – O Sr. Capitão Sepé vem ao Rio de Janeiro, acompanhado de três conterrâneos, em delicada missão de seu povo: pedir ao Sr. Presidente da Republica que mande fornecer á aldeia fazendas, ferramentas, armas, etc., e que o Estado avalie a obra da civilisação que por lá se faz até agora a elle Sepé e outros, que não têm competência para tão grande emprehendimento.  
É de commover ouvi-lo como hontem o ouvimos:  
- Eu faço o que posso... Vou buscar burgre bravo no matto, com geito, trago elle para a aldeia, trato elle bem, elle depois vai contar a outros e outros vem. Mas eu não sei nada, não sei escrever, não posso ensinar os pequeninos que vão nascendo, me dóe o coração de ver tanta gente sem ser aproveitada<sup>363</sup>.

O jornal também recebeu os índios em sua redação em outros momentos, publicando uma série de notícias sobre o assunto. Leolinda Daltro foi, então, conhecê-los

<sup>357</sup> ROCHA, Elaine Pereira, op. cit., p. 40. A autora afirma que, de acordo com a entrevista que realizou com o neto de Leolinda Daltro, Othon de Castilho Daltro, a criança se chamava Miguel.

<sup>358</sup> SANTOS, Paulete Maria Cunha dos, op. cit., p. 37.

<sup>359</sup> ROCHA, Elaine Pereira, op. cit., 2016, p. 41.

<sup>360</sup> KARAWEJCZYK, Mônica. “Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo ‘pátrio’ de Leolinda Figueiredo Daltro”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.40, n.1, jan.-jun.2014, p. 67.

<sup>361</sup> Ibidem.

<sup>362</sup> ROCHA, Elaine Pereira, op. cit., p. 42.

<sup>363</sup> “O capitão Sepé”. *O Paiz*, 9 de julho de 1896.

e, de acordo com Rocha, “ao final de sua visita decidiu partir com eles para formar uma escola para os índios nos sertões de Mato Grosso”<sup>364</sup>. *O Paiz* noticiou o seguinte:

Sepé.. Cumenacé, Danson-equequá, Debaqueró, Dacapsicua, os valorosos representantes da longinqua tribu dos cherentes, feriram largo a imaginação meridional e a alma generosa e meiga de uma distincta professora fluminense, D. Leolinda de Figueiredo Daltro (...)

Ficaram vibrando em seu coração de mãe as palavras dolorosas do sincero Sepé lastimando a ignorancia a que estavam condenados os pequeninos cherentes, os que haviam nascido depois da catechese e os que vinham nascendo, toda essa gente nova de sua tribu, a mocidade de novos ideaes que precisava abrir um futuro largo com a illuminação do primeiro alphabeto e da primeira leitura da página de livro. Missionaria que já era, mestra das nossas crianças, ella quis tomar aos hombros essa outra missão mais difficil, que lhe aparecia, e ainda mais meritoria: a de ir as distantes margens do Tocantins ensinar crianças e adultos<sup>365</sup>.

Conforme podemos notar, o jornal enalteceu a coragem de Leolinda ao tomar para si a missão de ensinar aos cherentes. Contudo, Rocha afirma que esta postura não se deu em todos os setores da sociedade. Para ela, “a opinião pública se dividiu: muitos acharam loucura, outros louvaram a iniciativa num debate contínuo que acompanharia a professora por décadas”<sup>366</sup>. Continuando com a matéria, *O Paiz* trata das condições expostas por Leolinda para prosseguir com seu projeto:

E firme, resoluta, D. Leolinda Daltro que não attendeu ás judiciosas considerações que pessoas antigas lhe fizeram, a exposição conscienciosa dos perigos e dos tropeços incalculaveis de semelhante empreza: a corajosa senhora offereceu ao governo os seus serviços para a civilização dos cherentes da Providencia, mediante a conservação de seu logar de professora nesta capital por dois annos e augmento em dobro dos pequenos vencimentos a que sua cadeira da direito<sup>367</sup>.

É importante ressaltar que existe outra versão desta mesma matéria reproduzida pela própria Leolinda em seu livro *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História*, do qual trataremos mais adiante. Nele observamos a existência de mais um requisito para a professora iniciar sua missão:

A corajosa senhora offereceu ao Governo os seus serviços para a civilização dos cherentes da Providencia, mediante a collocação de seus dois filhos menores, no Collegio Militar, a conservação de seu logar de professora nesta capital e pagamento dos vencimentos a que sua cadeira dá direito<sup>368</sup>.

Diante deste fato, observamos que além de preocupar-se com seu cargo e com seus vencimentos, a professora mostrava-se empenhada em seu papel de mãe e com a

<sup>364</sup> ROCHA, Elaine Pereira, op. cit., p. 42.

<sup>365</sup> “Missionária”. *O Paiz*, 26 de julho de 1896.

<sup>366</sup> ROCHA, Elaine Pereira, op. cit., p. 42.

<sup>367</sup> “Missionária”. *O Paiz*, 26 de julho de 1896.

<sup>368</sup> DALTRO, Leolinda Figueiredo. *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Typografia da Escola Orsina da Fonseca, 1920, p. 10.

educação dos filhos. Mesmo estando longe, dedicando-se à causa indigenista, ela buscava amparar suas crianças, garantindo que recebessem os cuidados necessários.

De acordo com Karawejczyk<sup>369</sup>, Daltro não conseguiu o apoio do governo, que alegava falta de recursos para o pagamento dos vencimentos. Entretanto, devido a sua rede de contatos no próprio governo, que envolvia nomes como Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, Daltro conseguiu arrecadar fundos para seu projeto, passando quase quatro anos em Goiás e retornando para o Rio de Janeiro em 1900. Rocha afirma que, em sua viagem, a professora foi acompanhada pelo filho mais velho, Alfredo Napoleão de Figueiredo, então com 19 anos, e pelo amigo Ezequiel Joaquim Pereira. “A presença desses últimos deveria conferir uma certa respeitabilidade à viagem da professora, que aparentemente não queria dar motivo a dúvidas quanto a sua reputação, por viajar sozinha entre um grupo de indígenas”<sup>370</sup>.

Karawejczyk<sup>371</sup> afirma ainda que com o objetivo de lutar pela causa indigenista, Daltro tentou um cargo no governo, mas não conseguiu devido a sua condição de mulher. Pelo mesmo motivo, foi impedida de criar uma associação civil de amparo aos indígenas e de apresentar um trabalho “com suas propostas para a política indigenista oficial no Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia”<sup>372</sup>. Para a autora, “essa teria sido a mola propulsora que teria levado Daltro a refletir sobre a situação de inferioridade da mulher e a buscar moldá-la através de alguma ação”<sup>373</sup>. Com isto, Daltro começou a se envolver na vida política do Rio de Janeiro. Inicialmente formou uma congregação de mulheres em prol da candidatura à presidência de Hermes da Fonseca e, no ano de 1909, inaugurou a Junta Feminil Pró-Hermes. Já em 1910, fundou o Partido Republicano Feminino que atuava em prol da emancipação feminina, destacando-se por ser composto por mulheres que buscavam o sufrágio feminino e direitos trabalhistas.

Voltando-nos, agora, para a advogada Myrthes Gomes de Campos, Lúcia Maria Guimarães e Tania Maria Bessone<sup>374</sup> afirmam que ela nasceu em 1875, no município de Macaé. Ao concluir o Ensino Médio no Liceu de Humanidades de Campos, ingressou na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e obteve seu diploma

---

<sup>369</sup> KARAJEJCZYK, Mônica, op. cit., p. 68.

<sup>370</sup> ROCHA, Elaine Pereira, op. cit., 2016, p. 43.

<sup>371</sup> KARAJEJCZYK, Mônica, op. cit., p. 68.

<sup>372</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>373</sup> Ibidem.

<sup>374</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tania Maria Tavares. “Myrthes Gomes de Campos: pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina”. In: *Revista do Instituto de Estudos de Gênero*, v. 9, n. 2. Niterói, RJ, 2009, p. 136.

de bacharel em 1898. Para as autoras<sup>375</sup>, o fato de Myrthes conseguir realizar um curso superior demonstra que possivelmente ela pertencia a uma família que possuía recursos, visto que as despesas para isso eram elevadas.

Por ter sido pioneira no exercício do ofício<sup>376</sup>, a recém advogada encontrou inúmeros obstáculos. Vale lembrar que, conforme destacamos, durante a Primeira República, sobretudo quando se tratava das classes mais abastadas, a inserção das mulheres em espaços públicos era limitada e, na maioria dos casos, servia para a exibição dos recursos de seus maridos. Guimarães e Bessone ressaltam que “quando muito, poderiam dedicar-se às obras sociais, praticando a filantropia”<sup>377</sup>. Além disso, havia a possibilidade do exercício de algumas profissões, desde que fossem consideradas compatíveis com a natureza feminina, o que não era o caso da advocacia.

Diante disto, Myrthes precisou se empenhar primeiramente para que seu diploma fosse reconhecido. Guimarães e Bessone<sup>378</sup> destacam que o presidente da Corte, o desembargador José Joaquim Rodrigues, considerava que a jovem não poderia exercer a advocacia, pois acreditava que o foro não era um ambiente propício para o sexo feminino. Nas palavras das autoras:

A demanda se arrastaria por meses. Precisou vencer a resistência tenaz do presidente da Corte (...), a quem se afigurava uma loucura a intenção de a jovem exercer a advocacia. Romancista empedernido, o velho magistrado aconselhou-a a desistir daquele propósito, tentando convencê-la do erro que incorria ao pretender militar no foro, ambiente que reputava impróprio para o chamado sexo frágil<sup>379</sup>.

Após alguns meses, o registro foi concedido pela Corte de Apelação. Contudo, restava ainda um obstáculo: a legitimação profissional. Isto só poderia acontecer após a filiação de Myrthes ao Instituto da Ordem de Advogados, o que seria um fato inédito no Brasil.

Em julho de 1899, devido ao pedido de filiação de Myrthes Campos, o Instituto da Ordem de Advogados Brasileiros divulgou um parecer discutindo a seguinte questão: “Uma mulher que possui diploma de bacharel em Direito, dadas as condições de capacidade moral, pode exercer a advocacia?”<sup>380</sup>. Ressaltou-se, em primeiro lugar, que as

---

<sup>375</sup> Ibidem.

<sup>376</sup> Em 1888, Maria Coelho da Silva Sobrinha, Delmira Secundina e Maria Fragoso se formaram em Direito. No ano seguinte, também no Recife, Maria Augusta C. Meira Vasconcelos adquiriu o diploma.

<sup>377</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tania Maria Tavares, op. cit., p. 137.

<sup>378</sup> Ibidem.

<sup>379</sup> Ibidem.

<sup>380</sup> Instituto da Ordem de Advogados Brasileiros. “Parecer da Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência do IOAB”. *Revista do IOAB*, Rio de Janeiro, v. 81, jul. 1899, p. 305-313.

atribuições do lar, inerentes ao sexo feminino, não precisavam ser a única aspiração da mulher e que aquelas que se sentissem à vontade em se dedicar somente à família poderiam escolher não exercer funções públicas. Além disso, tratando de questões biológicas, foi rejeitada a premissa na qual o homem teria “a força do corpo e a intrepidez da alma para afrontar os perigos e as fadigas e a mulher uma compleição fraca e delicada que a torna mais própria da vida sedentária”<sup>381</sup>. Foi defendida a ideia de que a mulher seria tão inteligente quanto o homem e que não ocupava grandes posições públicas por não ter acesso à educação de qualidade. Ao tratar do Direito Romano, que negava à mulher o exercício da advocacia por acreditar que este seria um “ofício viril”, foi defendida a ideia de que a mulher já exercia cargos públicos, como o magistério, e que em países europeus, como no caso da França, a mulher já podia ser advogada. Por fim, foi declarado que a proibição ao exercício da advocacia deveria estar expressa na lei e que todo aquele que adquiriu um diploma poderia, sem restrições, exercer o ofício.

Guimarães e Bessone<sup>382</sup> afirmam que com os argumentos apresentados acima, foi emitido um parecer favorável à inscrição de Myrthes Campos no Instituto dos Advogados Brasileiros. Entretanto, o requerimento de admissão ficou sem resposta durante meses. Mesmo diante de tais dificuldades, Myrthes não desanimou e estabeleceu escritório na rua da Alfândega, nº 83, no centro do Rio de Janeiro. Logo depois, foi admitida no Tribunal do Júri e conseguiu licença para exercer a advocacia. Em agosto de 1899, a advogada estreou na Tribuna. Sua primeira causa se referia a uma agressão e, embora por si só não despertasse muito interesse, o Rio de Janeiro não falava de outra coisa. *O Paiz* noticiou que Myrthes Campos chegou na Tribuna às 11:00 da manhã, acompanhada de sua mãe, vestindo “custoso vestido de seda preta, guarnecido de gaze branco nos punhos e na gola”<sup>383</sup>. Por essa descrição, percebemos que a advogada buscava adaptar a vestimenta tradicional dos advogados para o sexo feminino. O local estava cheio e ao receber a palavra, Myrthes aproveitou para falar do papel da mulher na sociedade:

Envidarei, portanto, todos os esforços, afim de não rebaixar o nível da justiça, não comprometer os interesses do meu constituinte, nem deixar uma prova de incapacidade aos adversários da mulher como advogada.

Cada vez que penetramos no templo da justiça, exercendo a profissão de advogada, que é hoje acessível a mulher em quase todas as partes do mundo civilizado (...) devemos ter, pelo menos, a consciência da nossa responsabilidade, devemos aplicar todos os meios, para salvar a causa que nos tiver sido confiada.

---

<sup>381</sup> Ibidem, p. 307.

<sup>382</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tania Maria Tavares, op. cit., p. 138.

<sup>383</sup> “2ª Sessão Extraordinária”. *O Paiz*, 30 de setembro de 1899.

Tudo nos faltará: talento, eloquência, e até erudição, mas nunca o sentimento de justiça; por isso é de se esperar que a intervenção da mulher no foro seja benéfica e moralizadora, em vez de prejudicial, como pensam os portadores de antigos preconceitos<sup>384</sup>.

Desta forma, podemos notar que em seu primeiro caso na Tribuna, sob o olhar de muitos curiosos, Myrthes de Campos ressalta que, apesar de estar consciente do difícil caminho que teria pela frente, se esforçaria em prol da emancipação feminina. A advogada apresenta argumentos que demonstram a necessidade da mulher ter consciência do seu papel na busca pela igualdade entre os sexos. Além disso, mostra-se empenhada em exercer com responsabilidade a função que lhe foi confiada e em provar ser uma profissional competente. Ao encerrar a defesa dos direitos das mulheres, Myrthes afirma ainda que “se não nos emanciparmos perante a lei, não podemos deixar de ter a emancipação de consciência, que é peculiar de toda pessoa instruída”<sup>385</sup>.

Seguindo para a apresentação dos argumentos em defesa do réu, Myrthes de Campos demonstrou um grande domínio sobre o Código Penal. Em primeiro lugar, realizou uma análise da embriaguez em suas diversas fases para que, caso houvesse uma sentença, a responsabilidade do acusado fosse minimizada. Além disso, para tentar desclassificar o delito, a advogada realizou um estudo médico legal para a análise da lesão. Por fim, procurou testemunhas para acabar com os argumentos apresentados pela promotoria e terminou pedindo a absolvição do acusado. Após a reunião do conselho para a discussão do caso, o réu foi absolvido por 11 votos. “Ouviram-se nova e prolongada salva de palmas, sendo a oradora cumprimentada por grande número de pessoas presentes”<sup>386</sup>.

Apesar de Myrthes de Campos ter ganhado as páginas dos jornais, o Instituto dos Advogados Brasileiros não havia emitido pronunciamento sobre o parecer favorável à admissão da advogada na instituição. Foi somente em 1 de dezembro de 1899, em um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, que o Dr. Carvalho Mourão apresentou as “Razões e Fundamentos da opinião contrária ao parecer da comissão do Instituto de Advogados” em um artigo intitulado “A mulher advogada ante a legislação vigente”. Mourão<sup>387</sup> repele a igualdade entre os sexos, argumentando que a maioria das nações civilizadas não aceita que a mulher ocupe espaços públicos, sendo admitida em concursos; que advocacia é um ofício viril e, portanto, incompatível com as aptidões

---

<sup>384</sup> Ibidem.

<sup>385</sup> Ibidem.

<sup>386</sup> Ibidem.

<sup>387</sup> MOURÃO, Carvalho. “A mulher advogada ante a legislação vigente”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1899.

femininas; que intelectualmente a mulher é inferior ao homem; que a lei limita a capacidade civil da mulher casada; que a mulher que cursa Direito deveria buscar, apenas, saciar sua curiosidade científica; que o diploma “não é o único requisito para ser advogado”<sup>388</sup>. Por fim, ressaltamos que Mourão rejeita o argumento de que a palavra “homem”, na Constituição, seria uma referência a gênero humano. Sobre isto, Mourão afirma o seguinte:

Imagine-se que na época em que foram redigidas as Ordenações a interdição da advocacia às mulheres fosse um preceito imperativo que modelava ao sabor de sua intenção as crenças, os sentimentos íntimos do povo português, pelo influxo constante de uma tradição ininterrupta de pelo menos 17 séculos de império dessa lei em todo ocidente da Europa, de modo a não concorrer nem mesmo com a ideia de reclamar a faculdade absurda para a opinião; tão forte era a autoridade do costume.

Seria, nessa hipótese, racional optar entre as duas acepções possíveis do vocábulo, pelo sentido genérico que abrangesse as mulheres<sup>389</sup>.

Sendo assim, podemos notar que Mourão embasa sua argumentação na necessidade da permanência da tradição e dos costumes e reforça os estereótipos femininos já mencionados acima. Esta seria, portanto, mais uma contradição de uma sociedade que adotava um discurso de modernização. A modernidade se apresenta conservadora e limitada, não permitindo que as mulheres ocupassem determinados espaços e restringindo sua atuação profissional. A filiação de Myrthes Gomes de Campos ao Instituto dos Advogados Brasileiros demoraria ainda 7 anos. Em 29 de junho de 1906, o *Correio da Manhã* noticiou a formação de uma Comissão Especial para discutir o exercício da advocacia por mulheres. “Posta a votos ficou resolvido, por 15 contra 9, que não há lei que proíba a mulher formada em direito de exercer a advocacia”<sup>390</sup>. Resolvida essa questão, Myrthes Campos finalmente se filiou ao Instituto em 12 de julho de 1906.

Através da análise das trajetórias da professora Leolinda de Figueiredo Daltro e da advogada Myrthes Gomes de Campos, percebemos que elas estavam socialmente inseridas em contextos distintos. A primeira, de ascendência indígena, casou-se duas vezes e teve cinco filhos, mostrando-se inclinada em cumprir os papéis compatíveis com sua natureza. Sua formação no magistério e o contato com os ideais republicanos fizeram com que ela se interessasse pela causa indigenista e, posteriormente, se dedicasse ao feminismo, visto que seus objetivos esbarraram em limitações derivadas de sua condição de mulher. A segunda, que possivelmente pertencia a uma classe social mais elevada,

---

<sup>388</sup> Ibidem.

<sup>389</sup> Ibidem.

<sup>390</sup> “A mulher advogada”. *Correio da Manhã*, 29 de junho de 1906.

conseguiu ingressar e terminar a Faculdade de Direito. Como a advocacia não era vista como uma profissão que poderia ser exercida por mulheres, Myrthes teve sua capacidade enquanto profissional questionada inúmeras vezes, fazendo com que ela se inclinasse para a defesa dos direitos femininos. Veremos, a seguir, que tais fatores fizeram com que estas mulheres adotassem estratégias e discursos que, apesar de almejarem a emancipação feminina, seguiam caminhos distintos, podendo ser mais ou menos aceitos no contexto republicano.

### **III.2 A busca de Leolinda Figueiredo Daltro pela educação indígena e pela emancipação feminina.**

Durante o período republicano, o projeto de modernização trouxe consigo uma relativa abertura para a atuação feminina em espaços públicos. Neste contexto, muitas mulheres passaram a exercer funções consideradas compatíveis com sua natureza, dentre elas, o magistério. Conforme mencionamos, Leolinda Figueiredo Daltro atuou na profissão, destacando-se, em primeiro lugar, por sua atuação na catequese indígena e, em seguida, pelo seu engajamento na busca pela emancipação feminina. Sua trajetória foi registrada por ela mesma em dois livros: *Início do feminismo no Brasil – Subsídios para a História* (1918), no qual a professora apresenta a ata da fundação da Junta Feminil Pró-Hermes e esclarece os motivos para sua criação; e *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História* (1920), onde reuniu uma série de artigos publicados em periódicos, além de depoimentos, abaixo-assinados de pessoas que acompanharam sua atuação indigenista, cartas que recebeu durante o período em que esteve com os indígenas e atas de reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em que apresenta os debates em torno da educação indígena que aconteceram na instituição. Utilizaremos tais fontes para analisar a atuação de Leolinda Daltro enquanto feminista, ressaltando suas principais pautas e sua forma de atuação. Ressaltamos que não pretendemos analisar a fundo a experiência da professora como catequista dos povos indígenas no interior do Brasil. Nosso objetivo é demonstrar a maneira pela qual sua dedicação a esta missão fez com que Leolinda Daltro iniciasse sua trajetória enquanto feminista. Paulete Maria Cunha dos Santos ressalta que sua atuação como indigenista deve ser tomada “como decisiva para alavancar o longo percurso do movimento pela emancipação feminina,

especialmente, na luta pela igualdade política, entre homens e mulheres e pelo pleno exercício da cidadania”<sup>391</sup>.

De acordo com Rocha, durante o período em que esteve nos sertões de Goiás, Leolinda Daltro “teria visitado diferentes aldeamentos, detendo-se temporariamente em cada um deles, tentando desenvolver sua proposta de uma escola para índios”<sup>392</sup>. Além disso, Abreu afirma que a ação pedagógica da professora também “reforçava a importância civilizadora da mulher e mostrava preocupação com a sobrevivência das mesmas”<sup>393</sup>. Conforme podemos ver nas imagens a seguir, Leolinda se dedicava a ensinar uma profissão para as mulheres, o que acreditamos ser um resquício da educação que havia recebido no Colégio das Órfãs do SS. Sagrado Coração de Jesus, onde as meninas aprendiam a exercer funções compatíveis com a sua natureza, garantindo-lhes uma fonte de renda.

LAVAGEM DE ROUPAS



D. Leolinda Daltro ensinando a Sepeá, índia guarany

Figura 13: DALTRO, Leolinda Figueiredo. *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História*. Rio de Janeiro. Typografia da Escola Orsina da Fonseca, 1920, p. 449.

D. Leolinda Daltro ensinando a Sepeá, índia Guarany.

<sup>391</sup> SANTOS, Paulete Maria da Cunha dos, op. cit., p. 27.

<sup>392</sup> ROCHA, Elaine Pereira, op. cit., p. 44.

<sup>393</sup> ABREU, Maria Emília Vieira de. *Professora Leolinda Daltro: uma proposta de catequese laica para os indígenas do Brasil (1895-1911)*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 18.

## UMA LIÇÃO DE COSTURAS



D. Leolinda Daltro e a índia Sepeá (da tribo Guarany)

Figura 14: DALTRO, Leolinda Figueiredo. *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História*. Rio de Janeiro. Typografia da Escola Orsina da Fonseca, 1920, p. 451.

D. Leolinda Daltro e a índia Sepeá (da tribo Guarany).

Contudo, tendo em vista a falta de recursos e a grande demanda por educação indígena, a professora precisou retornar à capital para solicitar sua nomeação como Diretora de Índios. Rocha afirma que sua pretensão era “administrar uma das diretorias de índios que estavam sendo criadas pelo governo federal, dentro do Serviço Nacional de Proteção ao Índio, sob o comando do Marechal Rondon, e angariar simpatias entre seus leitores”<sup>394</sup>. Entretanto, na sua volta para o Rio de Janeiro, Daltro encontrou inúmeros empecilhos para a conclusão de seus projetos e, muitos deles, conforme veremos a seguir, estavam fortemente atrelados a sua condição de gênero.

No livro *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História*, Leolinda Daltro apresenta um texto introdutório intitulado “Explicação Necessária” onde aponta para as dificuldades que encontrou ao chegar no Rio de Janeiro. Dentre elas, a primeira seria a publicação de seu livro, onde ela pretendia apresentar “Memórias detalhadas dessa incompatível viagem; da grandeza e beleza do mais rico pedaço de mundo – Goyas”<sup>395</sup>, salientando a fauna e a flora do lugar, a “simplicidade e encantos”<sup>396</sup> da vida indígena e mencionando, inclusive, a ignorância e o fanatismo “causadores dos maiores horrores e crimes (...) praticados ao serviço de hypocritas representantes de um

<sup>394</sup> ROCHA, Elaine Pereira. “Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher: Notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Daltro aos sertões (1896-1897)”. *Outros Tempos*, vol. 10, n.15, 2013, p. 148.

<sup>395</sup> DALTRO, Leolinda Figueiredo, op.cit, p. 25.

<sup>396</sup> *Ibidem*.

Deus de amor e perdão”<sup>397</sup>. Para Rocha<sup>398</sup>, as críticas que Leolinda recebeu por parte dos religiosos se davam justamente pelo fato dela tentar implementar uma educação laica nos aldeamentos.

Seguindo com seus apontamentos, a professora ressalta que suas pretensões foram frustradas diante do clima de “indiferentismo e friesa”<sup>399</sup> que encontrou na capital durante seu regresso. Em suas palavras: “Compreendendo isso, em tempo, resolvi prudentemente calar-me e soffer resignadamente toda a campanha de ridículo que até hoje sofro, e aguardar o momento oportuno em que a verdade se fizesse luz e pudesse a minha palavra ser ouvida e acatada”<sup>400</sup>. Além disso, a professora menciona ainda mais um motivo para o adiamento do projeto: seu temor diante da necessidade de narrar a violência e a crueldade que atingiam as aldeias indígenas:

Uma outra razão mais poderosa me empedia a publicação do meu livro; era que, nesse livro, eu teria também de narrar os crimes, as ciladas e as torpezas de que foram capazes os meus perseguidores, e com isso assularia ainda mais os menos ferozes inimigos, do que resultaria, pelo menos, ser eu alvejada, em caminho, por algum tiro casual, talvez logo ao sahir de Araguay<sup>401</sup>.

Diante de tais fatores, Leolinda Daltro publicou seu livro somente vinte anos depois de sua chegada ao Rio de Janeiro (1920). Conforme podemos ver a seguir, sua decisão veio diante da preocupação que possuía em relação a sua saúde precária e com a construção de uma falsa imagem da sua atuação como catequista indígena:

Grande parte das minhas < Memórias > já se acham escriptas, porém, repito, minha saúde se faz precária e doe-me a idéa de que os meus patrícios e a posteridade guardem de mim uma lembrança falsa, uma memória de ridículo, com que, ainda depois de morta, possa magoar meus filhos<sup>402</sup>.

E continua mais adiante: “Se vier a falecer antes de alcançar o meu *desideratum*, levarei pelo menos o consolo de haver, por documentos fidedignos, revelado o suficiente para o Juízo da História”<sup>403</sup>.

Além de tais dificuldades, durante seu retorno para a capital, Leolinda também precisou lidar com a acentuação de críticas dos mais variados meios, inclusive de pessoas próximas a ela. Na primeira parte do seu livro, intitulada “Notícias e Documentos para a história”, a professora expõe notícias de jornais, depoimentos e cartas recebidas durante sua viagem. De acordo com Maria Emília Vieira de Abreu, este material era utilizado

---

<sup>397</sup> Ibidem.

<sup>398</sup> ROCHA, Elaine Pereira, “Vida de professora...”, op. cit., p. 44.

<sup>399</sup> DALTRO, Leolinda Figueiredo, op. cit., p. 25.

<sup>400</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>402</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>403</sup> Ibidem.

“como prova de sua abnegação, sacrifício, sofrimento, ideal civilizador, dificuldades financeiras pela falta de apoio, desinteresse, inteligência, valor moral, virtudes, comportamento exemplar e dos lugares pelos quais passou”<sup>404</sup>. Por um lado, Daltro apresenta inúmeros telegramas e matérias publicadas em periódicos que a felicitavam por sua empreitada e que elogiavam sua alma altruísta. Contudo, também demonstra que houve diversas opiniões contrárias as suas decisões e que incidiam justamente sobre sua condição de mulher e sobre a necessidade de zelar por sua família. De acordo com Rocha, seu segundo marido “opondo-se ao projeto da esposa e sentindo-se desrespeitado pela mesma, separou-se dela, deixando-a com a responsabilidade de prover para sua família”<sup>405</sup>. Quintino Bocaiúva, que era padrinho de Aurea e que havia ficado responsável pelos cuidados com a menina durante a viagem de sua mãe, também “não acreditava no êxito da excursão”<sup>406</sup> e “admitia a amigos seu desgosto com a teimosia da professora”<sup>407</sup>.

Dentre os telegramas que demonstravam grande insatisfação com a viagem de Leolinda Daltro para o interior dos sertões, selecionamos um escrito por Veridiana Prado e outro assinado por Magdalena de Noronha. Vale ressaltar que, conforme veremos, ambos pediam que a professora retornasse à Capital e a lembravam do compromisso que possuía com seus filhos. No primeiro, Prado escreve o seguinte:

Exma. Sra. D. Leolinda

Pessoas que assistiram, na gare da Estação, a tocante scena de despedida da senhora e seus filhos, disseram-me também que, no auge da dôr a senhora se confessára arrependida de haver empreendido essa temeraria viagem. Si é certo isso, está ainda em tempo de retroceder; para isso ofereço-lhe, terceira vez, a quantia de 10:000\$ para a senhora voltar para a sua escola e sua casa no Rio de Janeiro e concluir a criação de seus filhinhos.

(...)

O Dr. João Mendes está penalisadissimo; disse-me elle que vae mandar uma pessôa de confiança aconselhal-a e trazel-a, pois julga um verdadeiro crime o encorajamento da imprensa (...), a qual podia, não applaudindo esse suicidio, (como elle considera o seu acto) fazel-a desistir de tal proposito<sup>408</sup>.

Com isto, ressaltamos que, tamanho era considerado o devaneio de partir e deixar para trás a criação e dedicação com os filhos, que Prado chega a oferecer uma quantia em dinheiro para o retorno de Leolinda. Além disso, vemos que há uma forte crítica direcionada aos artigos publicados nos periódicos que engrateciam a coragem de Leolinda. Acredita-se que esse incentivo não deveria acontecer já que a missão poderia ser comparada, até mesmo, a um suicídio.

<sup>404</sup> ABREU, Maria Emília Vieira de, op. cit., p. 58.

<sup>405</sup> ROCHA, Elaine Pereira, “Os caminhos dos sertões...”, op. cit., p. 151.

<sup>406</sup> Ibidem.

<sup>407</sup> Ibidem.

<sup>408</sup> DALTRO, Leolinda Figueiredo, op. cit., p. 75.

Na carta escrita por Magdalena de Noronha também percebemos grande desaprovação em relação à decisão de partir para Goiás:

D. Leolinda

Que saudades tenho tido de minha boa amiga!

Que pena me causa o seu destino e martyrio!

Fui hontem ao senador Quintino procurar notícias suas e, quando eu fallei em seu nome, o senador ficou com o semblante tão triste que eu julguei que elle ia chorar; disse me que tudo quanto lhe estava acontecendo elle não tinha de que se recriminar, porque empregou todos os recursos ao seu alcance para que você voltasse de Uberaba e, vendo que tudo era baldado, ameaçou de entregar-lhe sua filhinha e que você com a maior calma respondeu-lhe que a levaria comsigo para os sertões, para a vida ou para a morte, e que desse dia em diante lhe abandonou a seu destino, tendo a certeza de que não mais tornará a vel-a.

(...)

Volte minha amiga, pelo amor de seus filhos, pelo amor de Deus, pelo amor de sua mocidade e sua vida que é tão necessária e preciosa<sup>409</sup>.

Percebemos, portanto, dois pontos fundamentais: o primeiro refere-se à insatisfação do senador em relação à viagem de Leolinda e o consequente rompimento de relações com a professora diante de sua recusa em voltar para a capital; o segundo seria o fato de Magdalena recorrer ao amor e aos cuidados que deveriam ser dedicados à família e aos filhos. Pensando nesta questão, Rocha acredita que os papéis direcionados à mulher se sobressaíam quando comparados ao papel de cidadã e à missão civilizadora a qual Leolinda estaria se dedicando. Para ela:

O debate sobre o papel civilizador da mulher, que na visão dos românticos e dos positivistas teria de ser exercido através da maternidade, portanto suas responsabilidades como mãe não apenas superavam suas responsabilidades como cidadã, como fundamentavam o papel da mulher dentro da nação<sup>410</sup>.

Além disso, Magdalena também apresenta grande insatisfação com a atitude do filho mais velho da professora, já que acreditava que ao acompanhá-la ele não estava cumprindo seu papel na família. Para ela, diante da separação de Leolinda e Apollonio, Alfredo havia ficado responsável pelos cuidados e bem-estar da mãe e dos irmãos. Nas suas palavras: “O Alfredo foi bem culpado nisso, a meu vêr elle é um filho máu, porque se elle não se animasse a acompanhá-la, você não se animaria a ir sosinha no meio desses horrendos animais”<sup>411</sup>.

Chamamos atenção ainda para o fato de Magdalena utilizar a expressão “horrendos animais” para se referir aos indígenas. Embora a questão não seja o foco desse trabalho, é notável a discriminação sofrida pelos índios, considerados abaixo do *status* de

<sup>409</sup> Ibidem, p. 93-94.

<sup>410</sup> ROCHA, Elaine Pereira, “Os caminhos dos sertões...”, op. cit., p. 152.

<sup>411</sup> DALTRO, Leolinda Figueiredo, op. cit., p. 94.

humanidade. Para Rocha, isso era reflexo de uma “corrente intelectual que defendia o extermínio dos índios como parte do processo civilizador, para dar passagem a grupos mais avançados como os colonos europeus que o Brasil deveria continuar importando”<sup>412</sup>.

Dito isto, voltaremos a tratar dos obstáculos encontrados por Leolinda Daltro durante seu retorno para o Rio de Janeiro. Enfatizaremos a partir de agora os empecilhos que a professora encontrou para sua nomeação como Diretora de Índios. Em seu livro, ela apresenta cartas e depoimentos com o objetivo de comprovar seu comprometimento com a causa indigenista e seu preparo para assumir o cargo. No “Termo de Declaração dos Índios Cherentes”, elaborado em 1898 – antes mesmo da volta da professora à Capital – resalta-se dois pontos fundamentais: o abandono educacional e a falta de dedicação do até então diretor de índios Frei Antonio de Ganges; e o apoio dos próprios indígenas à nomeação da professora, pois a viam como a pessoa ideal para o cargo. Neste documento, os índios, ao tratarem do estado em que se encontravam e daquilo que consideram melhor para eles mesmos, solicitam que sua situação chegue ao governo visto que vivem “em um estado miserando, sem animação alguma, ainda em parte ou totalidade deles em completa nudez”<sup>413</sup>. Por isso, “desejam para sua diretora a mesma D. Leolinda Daltro, visto que durante o tempo em que as suas aldeias percorreu, dispensou-lhe caridade, cuidados e desvellos, tratando-os em suas moléstias e ensinando-os a conhecer a civilização”<sup>414</sup>. Além disso, Leolinda apresenta abaixo assinados e tratados que relatam a perseguição e os ataques que sofria por parte do frei:

D. Leolinda, dentro do arraial de Piabanha foi victima de muitos ataques de selvagens, insuflados pelo seu diretor, que jesuiticamente e em público, aclamava-a por mulher de bem, sabia e santa, e que sorrateiramente mandava os índios atacarem-na e ultrajarem-na, incutindo-lhes nos espíritos incultos que, Dona Leolinda era o anti-christo, por isso que trazia o signal de que fallavam as escripturas (dente de ouro), que era democrata, portanto, do partido do diabo, e que vinha reduzir-os ao captiveiro<sup>415</sup>.

Os empasses entre a professora e o religioso continuaram e, em vários momentos, são apresentados no livro em questão. Contudo, ressaltamos que apesar da perseguição que relatava sofrer e dos seus esforços durante sua missão, Leolinda Daltro não foi admitida para o cargo, justamente por causa de sua condição de gênero. O fato de ser mulher também a impediu de participar de movimentos de proteção aos aldeamentos. Na segunda parte do seu livro, intitulada “A minha ação pelos autóchtones na Capital

---

<sup>412</sup> ROCHA, Elaine Pereira, “Os caminhos dos sertões...”, op. cit., p. 152.

<sup>413</sup> Ibidem, p. 143-144.

<sup>414</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>415</sup> Ibidem, p. 251-252.

Federal”, a professora demonstra que, ao retornar à Capital, procurou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o objetivo de criar uma associação de proteção aos indígenas. Apesar do assunto ter sido discutido pelos sócios da instituição, Daltro não pode participar da reunião devido a sua condição de mulher. Para Teresa Cristina de Novaes Marques, essa foi “uma marcante demonstração de que os limites para a participação feminina em assuntos de domínio público estavam colocados rigidamente”<sup>416</sup>. Outro fato aconteceu em 1909, quando a professora não pode apresentar suas propostas indigenistas no Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia. Rocha afirma que Leolinda enviou, apenas, um documento “para ser lido por um homem, já que a comissão organizadora se recusou a receber uma mulher, no qual trazia mapas e um relatório completo sobre as aldeias e seu trabalho como professora entre os índios de Goiás”<sup>417</sup>.

No livro *Início do Feminismo no Brasil: subsídios para a história*, a própria Leolinda Daltro deixa claro que foi sua condição de gênero que a impediu de continuar com a sua missão, mesmo demonstrando a eficiência do seu trabalho e a sua dedicação à educação laica para os indígenas. A professora afirma o seguinte:

Publiquei diversos artigos sobre a minha viagem, e, após ligeiro repouso, dirigi-me novamente ao Governo, afim de obter um auxilio official e partir para terminar o servilo de catequese que eu havia encetado com tão bom êxito. Vã tentativa! Gastei improficuamente os meus passos, exibindo então todas as provas do meu trabalho. Reconheciam-n’o todos os Presidentes da Republica que se iam sucedendo no Governo, todas as autoridades com que me entendia a respeito. Mas o reconhecimento dos meus serviços era uma simples manifestação de delicadeza. Logo que eu falava em obter um titulo official para prosseguir no meu serviço de catechese leiga, a resposta era a mesma, tanto de Presidentes como de Ministros e Directores: - *não havia verbu...* e não podia eu, *como mulher*, ser, para esse fim, nomeada. Havia, é claro, o reconhecimento de mérito, em contraposição ao sexo [Grifos no original]<sup>418</sup>.

Após Daltro passar a refletir sobre o porquê de sua nomeação como Diretora de Índios ter sido impedida, já que, mesmo sendo mulher, exerceu serviços que nenhum homem jamais havia feito, ela diz: “Como compreender a impossibilidade de ser eu nomeada se, mesmo sem nomeação, vinha de prestar serviços que nenhum homem havia prestado?!..”<sup>419</sup>. Sobre esta questão, Daltro afirma o seguinte:

A conclusão lógica a que o Governo deveria chegar era a seguinte: Se uma mulher, excepcionalmente, prestou um serviço que até então nenhum homem prestára, a essa mulher não deveria ser negada a investidura de um cargo para o qual havia dado provas de competência. Ainda mesmo que estivesse

<sup>416</sup> MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. “Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1859 e 1932”. *Gênero*, Niterói, v. 4, n. 2, p. 161.

<sup>417</sup> ROCHA, Elaine Pereira, “Vida de professora...”, op. cit., p. 45.

<sup>418</sup> DALTRO, Leolinda Figueiredo. *Início do feminismo no Brasil – Subsídios para a História*. Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1918, p. 43.

<sup>419</sup> *Ibidem*.

demonstrada a incapacidade do sexo feminino, diante dessa exceção, o Governo não deveria hesitar em fazer justiça ao mérito (...) <sup>420</sup>.

O cargo que pretendia seria, portanto, uma conquista sua, que resultava de suas ações, não tendo sido alcançado por sua condição de gênero. Diante de tais fatos, a professora conclui que a sociedade brasileira inferioriza a mulher, sendo necessária a luta pela emancipação feminina:

Verifiquei, diante desse facto, que na nossa sociedade nenhum valor tem a mulher, ao contrario do que se dá na Europa e na outra America, onde consegue evoluir e libertar-se, caminhando, ao lado do homem, quer como simples companheira nos domínios do lar, quer como elemento util no funcionalismo publico, nas profissões liberaes, etc <sup>421</sup>.

A professora trata ainda do impedimento para a apresentação dos seus trabalhos no Congresso de Geografia, deixando clara sua frustração com a situação. Ao narrar o ocorrido, ela afirma o seguinte:

Em consequência de tantas e tamanhas desillusões, eu me havia entregue ao desanimo, quando algum tempo depois, li nos jornaes a noticia de que no Ministerio da Agricultura ia ser creado o SERVIÇO DE PROTECCÃO AOS INDIGENAS. Exultei de contentamento e, pressurosa, dirigi-me ao Ministro Rodolpho Miranda, que me ouviu atentamente, admirando-se do resultado por mim obtido na excursão feita ao interior do Brazil.

Crete de que o Ministro da Agricultura havia, de facto, se interessado pelo descripção que lhe fiz (...) accedi ao seu pedido de apresentar um RELATORIO da minha excursão, acompanhado da PLANTA por mim levantada, em esboço, do meu ROTEIRO, pelos rios ARAGUAYA E TOCANTINS, bem como da discriminação do meu programa de catechese. (...)

Voltando, depois, ao Ministerio, levei, não só o relatório, o meu programma de colonização e ensino como também a PLANTA que, em confiança, retirei da Sociedade de Geographia (...), e entreguei-a ao Secretário, Doutor Aquilla Miranda, para que a fizesse chegar nas mãos do Ministro (...) <sup>422</sup>.

Contudo, mesmo diante da apresentação de um material que considerava tão rico, Daltro não recebeu o convite para apresentar um trabalho e, tampouco, para participar do Congresso. Mostrando-se bastante descontente, a professora faz o seguinte relato:

Para esse acto foram distribuídos convites a todas as autoridades (...)  
Não fui lembrada nessa ocasião. Não mereci um convite, ainda que verbal, para essa solemnidade. Eu, que fôra, de facto, a INICIADORA DE SERVIÇOS LEIGO DE CATHEQUESE no Brasil, conforme declarava o próprio Ministro da Agricultura na presença de representantes da imprensa, que tinha sido o <<seu cicerone, a sua carta Geographica >> nessa questão de índios (...) tinha sido homenageada com o esquecimento, com a ingratitude daquelles que, de posse dos documentos de que me desfizera, na melhor boa fé. Já então se blasonavam como conhecedores de um assumpto, para elles, até então desconhecido <sup>423</sup>.

---

<sup>420</sup> Ibidem.

<sup>421</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>422</sup> Ibidem.

<sup>423</sup> Ibidem, p. 14-15.

Mesmo sentindo-se esquecida e lamentando pela ingratidão sofrida diante de sua dedicação, Leolinda voltou a procurar o Ministro com intuito de lembrá-lo que havia prometido a ela a direção de uma colônia de selvícolas. Contudo, o cargo havia sido entregue ao Coronel Candido Mariano Rondon que se dizia positivista e contrário a nomeação de mulheres. Diante disto, a professora resolve levar sua luta para um viés político. Em suas palavras:

Estavam, pois, burlados os meus ideaes!. (...)

A mulher tinha provado competência para o cargo; mas, o regimen official e burocrático creava como entrave a nomeação, a condição do sexo da candidata!!. Recebi as palavras do Ministro Rodolpho Miranda, como si fossem a declaração positiva da nulidade feminina, como se ouvisse uma legenda ignóbil da desmoralização do meu sexo!!. Senti, então, em mim despertar o espirito da revolta; compreendi ser necessária uma campanha persistente e tenaz no sentido de destruir o terrível preconceito!<sup>424</sup>

Com isto, Leolinda Daltro, inspirada em “notícias do trabalho intenso de propaganda feminista das mulheres inglezas e norueguesas”<sup>425</sup>, funda a Junta Feminil Pró-Hermes em 1909, com a convicção de que as mulheres conseguiriam sua emancipação, “provando por actos e factos”<sup>426</sup>, a sua “capacidade moral, intelectual e política!”<sup>427</sup> A professora destaca que a decisão em apoiar Hermes da Fonseca veio, em primeiro lugar, devido à proximidade que tinha com sua esposa, Orsina da Fonseca e, em segundo lugar, por estar convicta de que de que ela apoiaria seu programa de emancipação feminina. Segundo ela:

Com a esposa do candidato indicado á presidência por essa convenção eu mantive durante algum tempo, as melhores relações pessoaes; conheço a pureza do seu caráter e do seu coração magnânimo, e posso, de antemão, contar que ella apoiará com todas as forças da sua alma generosa o meu programma de emancipação social feminina<sup>428</sup>.

Além disso, Daltro afirma ver em Hermes da Fonseca uma pessoa íntegra, que se dedica à República e que havia se esforçado na introdução de medidas educacionais para os soldados. A professora também destaca as palavras de Ruy Barbosa que exalta as virtudes do Marechal no exército: “Era o jovem official, em que não conhecia uma pretenção, nem soube jamais envolvido numa intriga. Dir-se-ia que, de sua consaguinidade com o Chefe de Estado, se não lembrara elle senão para ser o typo de virtudes não communs”<sup>429</sup>. Diante de tais fatores, Leolinda conclui que o governo de

---

<sup>424</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>425</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>426</sup> Ibidem.

<sup>427</sup> Ibidem.

<sup>428</sup> Ibidem.

<sup>429</sup> Ibidem, p.48.

Hermes “não deve deixar de ser um Governo criterioso e orientador, no sentido do bem publico”<sup>430</sup>.

Dito isto, Leolinda Daltro esclarece que não se pretendia fazer com que a atuação feminina nas campanhas políticas acontecesse através de manifestações de ódio ou por rixas pessoais, mas através de campanhas junto aos homens da família com o objetivo de arrecadar votos para os candidatos que consideravam mais adequados. Para ela:

A nossa campanha política (...) não terá, não é demais repetir, - o intuito de accender ódios, aplaudir vindictas pessoas. Aconselharei, antes de tudo, que todas vós outras angarieis votos para os nossos candidatos. Tende paes, maridos, irmãos, parentes e amigos, que mais felizes do que nós, gosam do direito do voto. Pois bem! Façaes junto deles o trabalho de propaganda para que vingue nossa chapa (...)<sup>431</sup>.

Tais pretensões também são divulgadas em uma carta escrita pela professora para ser publicada em *O Paiz*. Nela ressalta a importância da atuação feminina nas eleições e destaca o patriotismo da mulher ao contribuir para a escolha acertada de um candidato. Conforme veremos a seguir, Daltro não negava que a mulher deveria ser responsável pelo cuidado com o marido e com os filhos, mas acreditava que sua atuação em prol da prosperidade da família também envolvia a busca pelo engrandecimento da pátria. Em suas palavras:

A mulher brasileira, verdadeiramente digna desse nome, não póde ser indifferente aos destinos do nosso querido Brazil, os quaes, digam o que disserem, principalmente, dependem do seu influxo no lar ou fóra d'elle. É a mulher, como mãe, quem fórma o character dos filhos e, como esposa, que dissuade ou encoraja o marido na luta pról da prosperidade da família e do engrandecimento da Patria. O patriotismo da mulher brasileira, portanto, não deve ficar encoberto na presente quadra em que se debatem as candidaturas presidenciaes, e a sua intervenção indireta no pleito (...), justificasse-há com o esforço que ella empregar para evitar um máo governo; cujos horrores sempre recaem mais diretamente sobre a mulher (...)<sup>432</sup>.

Em 1910, a Junta Feminil Pró-Hermes se transforma no Partido Republicano Feminino. Seu programa foi publicado no *Diário Oficial* em 17 de dezembro de 1910 e estabelecia o seguinte:

Art. 1º De acordo com o art. 72, §8º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa:  
 §1º Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazêla cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.  
 §2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exalçando-a pela

<sup>430</sup> Ibidem, p.49.

<sup>431</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>432</sup> “Junta Feminil Pro Hermes”. *O Paiz*, 15 de janeiro de 1910.

coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século.

§3º Estudar, resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor.

§4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira.

§5º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano.

§6º Estabelecer entre as congregadas o interesse pelas questões, progressivamente, desde o lar até a agricultura, o comércio, a indústria, a administração pública e as questões sociais.

§7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

§8º Fundar, organizar e regulamentar, dirigir e manter instituições de utilidade geral e outras de proveito exclusivo, cujos cargos sejam preenchidos, tanto quanto possível, pelas sócias do partido, podendo-se desde já mencionar as de instrução, de educação, de beneficência, de assistência geral, de crédito mútuo, de cultura física, de diversões etc

Art. 2º O Partido Republicano Feminino é uma instituição social de progresso individual, comum e geral; durará por espaço ilimitado no tempo; será constituído de número ilimitado de pessoas do sexo feminino domiciliadas no Brasil, sem distinção de nacionalidade nem de religião, e terá sua sede na capital do Brasil. (...)

Art. 11 Os destinos do partido ficarão entregues a um grande conselho deliberativo composto da comissão administrativa, das diretorias das diversas seções e instituições fundadas pelo partido e das comissões especiais. (...)

Art. 17. A comissão administrativa, que é a única competente para executar as deliberações do conselho deliberativo, nos limites das suas atribuições, será composta de presidente, três vice-presidentes, três secretárias, duas tesoureiras, uma bibliotecária, uma arquivista, três procuradoras e uma zeladora. (...)

Art. 19 A orientação suprema político-social e a ação geral do partido ficarão entregues a uma chefe suprema, que é a própria presidente do conselho e da comissão administrativa auxiliada por uma secretaria geral e uma procuradoria geral.

§1º À presidente cumpre representar o partido em juízo ou fora dele e, em geral, em suas relações para com terceiros. (...)

Art. 24 O patrimônio do partido será ilimitado e representado por apólices ou títulos representativos de valor, móveis, biblioteca, distintivos, jóias, mensalidades e propriedades diversas que venha a possuir. (...)

Art. 28 As sócias do Partido Republicano Feminino não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações que a administração contrair, expressa ou intencionalmente, em nome dele.<sup>433</sup>

Percebemos, portanto, que o partido fundado pela professora propunha a emancipação feminina a partir de reformas legislativas e de incentivos educacionais que garantissem a ampliação da atuação da mulher no espaço público e extinguissem a divisão sexista de papéis. É interessante notar que, conforme apontado no artigo 2º, o PRF deveria ser composto somente por mulheres. Contudo, Karawejczyk destaca que, apesar de restringir a presença masculina no quadro de sócios do PRF, “Daltro procurava o apoio dos políticos da época para a sua causa, se aproveitando da aproximação de figuras

<sup>433</sup> *Diário Oficial*, 17 de dezembro de 1910, p. 37.

políticas masculinas de destaque para dar visibilidade aos atos do partido em suas manifestações públicas”<sup>434</sup>. Na imagem a seguir, podemos ver a professora ao lado de importantes políticos do período:



Figura 15: “Política Feminina”, *O Malho*, 24 de julho de 1911.

Na séde do Partido Republicano Feminino: a mesa presidida pelo Sr. presidente da Republica e sua Exma. Esposa na sessão solemne com que foi inaugurada a Escola de Sciencias e Artes <<Orsina da Fonseca >>, fundada por esse partido cujo presidente, a Sra. Leolinda Daltro, se vê ao lado da esposa do marechal Hermes.

Photographia tirada no momento em que a oradora fazia o discurso official.

É importante ressaltar que a Escola de Sciencias e Artes Orsina da Fonseca foi fundada por Leolinda Daltro e se tornou sede do Partido Republicano Feminino. De acordo com Rocha:

Esse projeto recebeu apoio do governo federal e oferecia ensino gratuito a meninas e jovens, com um currículo que incluía o que na época se chamava matérias elementares e científicas, além de cursos profissionalizantes em fabricação de chapéus, flores artificiais, bordados, corte e costura e educação física, disciplina ainda considerada como tabu quando ministrada por mulheres<sup>435</sup>.

Vemos, portanto, que Leolinda Daltro, através da sua atuação no PRF, continuava a promover o ensino profissionalizante de mulheres para que, caso fosse necessário, elas pudessem garantir seu próprio sustento. Além disso, vale ressaltar que, além de incentivar a educação feminina, o partido buscava, sobretudo, o sufrágio feminino. Conforme demonstramos acima, o parágrafo 4º do seu programa se refere à garantia dos direitos republicanos para as mulheres. De acordo com Karawejczyk, “entre as referidas

<sup>434</sup> KARAWEJCZYK, Mônica, op. cit., p. 160.

<sup>435</sup> ROCHA, Elaine Pereira. “Vida de professora...”, op. cit., p. 45.

‘disposições constitucionais’ elencadas, a mais perseguida pelas militantes foi o reconhecimento das mulheres como cidadãs plenas e passíveis de participarem das pugnas eleitorais”<sup>436</sup>.

Por fim, tratamos de uma entrevista concedida por Leolinda Daltro em 3 de janeiro de 1934 para o jornal *A Noite*, em que ela comenta o surgimento do PRF, sua forma de atuação e o feminismo que defendia. Em um primeiro momento, a professora trata das circunstâncias que a levaram a fundar a Junta Feminil Pro-Hermes:

Fui uma grande amiga de Pinheiro Machado. Aquelle homem enérgico, ríspido e franco, recebia-me sempre em seu palacete com encantadora fidalguia. Estava elle no auge do seu prestígio político, mas eu nunca lhe solicitei favor nenhum. Era eu, também, amiga do marechal Hermes da Fonseca e, principalmente de sua boníssima esposa, D. Orsina da Fonseca. Quando creio que em 1910, foi agitada a candidatura do marechal Hermes á presidência da Republica, fiquei entusiasmada. A campanha que então se fez contra elle levou-me a pensar em lhe ser útil. Mas, como? As mulheres não tinham direito de voto e eram zero á esquerda na equação política. Foi então que tive a idéa de organizar a Junta Feminil pró-Hermes, para fazer a propaganda da candidatura do marechal, alliciando votos e defendendo dos ataques que lhe eram feitos (...) <sup>437</sup>.

Vemos, com isso, que apesar de sua condição de gênero ter sido um fator decisivo para a atuação de Leolinda Daltro, a decisão de fundar a Junta Feminil Pro-Hermes veio através de sua rede de contatos, da vontade de contribuir para a escolha de um candidato que considerava adequado e da necessidade de gerar consciência política nas mulheres. Continuando com a entrevista, a professora aponta os recursos que ela utilizava para atuar em prol da emancipação feminina no momento em que o Partido Republicano Feminino já estava fundado:

Promoviamos festas cívicas, comemorávamos as datas nacionais e fazíamos conferencias, no sentido de educar politicamente a mulher, dando-lhe uma noção nova de seu valor e fazendo-a ver que dia viria em que ella seria chamada a participar dos negócios públicos.  
Creamos logo depois a Escola de Sciencias, Artes e Profissões (...)  
O programma da Escola é diffundir o ensino pratico de profissões adequadas às mulheres. Ali ellas aprendem a fazer chapéos, flores, bordados, cortar seus próprios vestidos e até cortar as roupas para seus maridos e filhos. Para isso pegamos um alfaiate que ensina a fazer roupas de homem <sup>438</sup>.

Mais uma vez, vemos que a professora não tinha a intenção de criticar os papéis que deveriam ser exercidos pelas mulheres. Ela pretendia qualificar o público feminino para exercer funções que eram consideradas compatíveis com sua natureza, salientando a necessidade da mulher se preparar para cuidar do marido e dos filhos de forma apropriada.

<sup>436</sup> KARAWEJCZYK, Mônica, op. cit., p. 164.

<sup>437</sup> “Evocando os primeiros surtos do feminismo: Como surgiu o Partido Republicano Feminino”. *A Noite*, 3 de agosto de 1934.

<sup>438</sup> *Ibidem*.

Já no final da entrevista, Daltro afirma que sua luta feminista se perpetuaria até que a mulher tivesse seus direitos garantidos e saísse de uma situação de inferioridade:

O feminismo que eu preguei e defendi com enormes sacrifícios, não visava diretamente a conquista de postos de representação.

Não tínhamos ambições pessoais. Queríamos, antes de tudo, dar à mulher um lugar melhor na sociedade, como elemento de progresso, libertando-a tanto quanto possível da escravidão e da situação de inferioridade em que vivia<sup>439</sup>.

Diante do exposto, concluímos que Leolinda Figueiredo Daltro fez parte de um quadro de mulheres que atuaram de forma ativa pela emancipação feminina durante a Primeira República. Como professora, empenhou-se pela educação indígena laica. Contudo, após entender que sua condição de gênero a impedia de realizar seus projetos pedagógicos, levou sua luta para um viés muito mais político, destacando-se como sufragista, defensora da educação feminina e, principalmente, como fundadora do primeiro partido feminista do Brasil. Sua atuação mostrou-se fundamental na ampliação da esfera de atuação das mulheres, incluindo-se uma maior conscientização política.

### **III.3 A atuação jurídica de Myrthes Gomes de Campos pelo sufrágio feminino e pelo aborto em caso de estupro.**

Conforme buscamos demonstrar, a Primeira República foi marcada pela busca das mulheres por igualdade em relação aos homens, sobretudo quando se tratava de seus direitos e do seu posicionamento enquanto sujeitos capazes de direcionar as decisões relativas à sua vida profissional e pessoal. Myrthes de Campos fez parte de um quadro de mulheres que demonstraram forte resistência aos papéis designados para cada gênero. No campo da jurisprudência, a advogada publicou artigos em diversos periódicos de grande circulação no período, tratando da necessidade de se estabelecer o sufrágio feminino e, inclusive, do aborto. É importante ressaltar que o primeiro assunto era pauta de grande parte dos movimentos feministas da época. Contudo, o segundo era uma questão bastante controversa e pouco discutida, o que faz com que a advogada ganhe destaque no que se refere a ele.

Ao tratar de tais questões, o tom utilizado por Myrthes de Campos era moderado. Notamos que a advogada não pretendia romper totalmente com os valores da época e, tampouco, alterar os padrões de dominação social. Almejava, sobretudo, a conquista de direitos políticos e, por isso, o movimento feminista que Myrthes integrava recebeu

---

<sup>439</sup> Ibidem.

inúmeras críticas voltadas, sobretudo, para a suposta aceitação das relações de poder que incidem sobre a família.

Contudo, Soihet aponta para a necessidade de compreendermos que as feministas da Primeira República se valeram dos meios que estavam disponíveis para garantir direitos às mulheres, o que não significa que elas se colocaram em uma posição de submissão. A autora ressalta que ir contra a família seria uma afronta direta para a sociedade e dificultaria a aprovação das medidas aspiradas. Para ela, as referidas feministas “(...) embora aceitando certas diretivas estabelecidas para as mulheres pela ordem vigente, buscam sua instrumentalização com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam inviável de outra forma”<sup>440</sup>. Além disso, a autora lembra a necessidade de pensarmos o movimento em consonância com o contexto no qual ele estava inserido.

Em 20 de julho de 1913, Myrthes de Campos publica um artigo em *A Época* tratando justamente das atitudes exageradas adotadas pelas chamadas sufragistas. A princípio, a advogada menciona a tentativa de promover danos materiais à catedral de São Paulo, que havia sido alvejada com uma bomba de dinamite. Para ela, esse tipo de atitude só serviria para causar má impressão, não colaborando em nada com as aspirações do movimento feminista. “Desastradamente, mais um argumento fornecem assim aos adversários, e cada vez mais vão prejudicando a justa causa que mal defendem!”<sup>441</sup>. Em seguida, Myrthes apresenta uma série de mulheres que ficaram longe de agitações revolucionárias radicais, mas que mesmo assim provaram a capacidade intelectual feminina. Ao final do artigo, a advogada afirma crer “que a insânia das sufragistas não perturbará a harmonia universal e que a mulher moderna (...), sem abandonar o papel de esposa e mãe tende cada vez mais a ser colaboradora do homem, na sua múltipla ação na vida”<sup>442</sup>. Com isto, podemos perceber que Myrthes defendia que a emancipação feminina aconteceria sem que houvesse alterações no papel que a mulher poderia exercer. Ser boa mãe e esposa seria algo natural e não comprometeria a capacidade intelectual feminina. Estando de acordo com Raquel Soihet, acreditamos que isto não a torne menos engajada no movimento feminista, apenas a situe entre as tendências e limitações do seu tempo, de

---

<sup>440</sup> SOIHET, Rachel. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. *Revista Brasileira de Educação*, 2000, n.15, p. 106.

<sup>441</sup> CAMPOS, Myrthes Gomes de. “A propósito das sufragistas”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de jul. 1913.

<sup>442</sup> *Ibidem*.

modo a reivindicar um maior espaço de atuação sem, no entanto, afrontar diretamente a ordem e a moralidade instauradas.

Ao tratar do sufrágio feminino, Myrthes de Campos apresenta o mesmo tom moderado. Em “Comentário Jurídico sobre o voto feminino”, a advogada esclarece que a busca pelo voto em nada afetaria as relações familiares, pois não se tratava de uma revolução moral e não haveria nenhuma pretensão em fazer com que a mulher estivesse em uma posição superior à dos homens. Seriam, portanto, desnecessários os “preconceitos sobre a supposta desorganização da família e a imaginária rivalidade entre os sexos”<sup>443</sup>. O voto apenas seguiria uma determinada lógica “que colocou a mulher no mesmo pé de igualdade com o homem, desde que as condições de trabalho se tornaram as mesmas para ambos os sexos”<sup>444</sup>. Desta maneira, as aspirações políticas seriam consequências do que já se vivia. Se as mulheres já ocupavam cargos na indústria, no comércio e nas profissões liberais, não haveria motivos para que o voto fosse negado a elas. Além disso, Myrthes argumenta não existir obstáculo constitucional para o sufrágio feminino, pois se a Constituição não estabeleceu de forma direta os direitos das mulheres, ela também não os vedou.

Em “Voto feminino e Serviço Militar”, além de reafirmar as questões apresentadas acima, a advogada expõe outros argumentos. Myrthes salienta que no campo da jurisprudência a mulher ocupa cada vez mais espaço, já que o alistamento feminino teria se tornado frequente. Constitucionalmente e doutrinalmente, a questão do voto feminino já teria sido discutida e aprovada. Para ela:

Liquidada está a dúvida sobre a constitucionalidade do voto feminino, desde a aprovação em 1ª discussão dos projetos de lei que expressamente o autorizavam, tendo sido apresentadas em épocas diversas na Câmara e no Senado.

Doutrinalmente é também vencedora a pretensão feminina, apoiada pelo Congresso Jurídico convocado pelo Instituto de Advogados em 1922, assim como pelas opiniões de juristas como Rui Barbosa, Clovis Bevilacqua, Affonso Celso, Manoel Villaboin, Agenor de Roure, Araújo Castro, Arthur Lemos, Evaristo de Moraes, Levi Carneiro, actual presidente do Instituto de Advogados e outros<sup>445</sup>.

Seguindo na construção do artigo, Myrthes de Campos apresenta argumentos que rebatem a ideia de que a mulher não poderia votar, pois não era obrigada ao serviço

---

<sup>443</sup> CAMPOS, Myrthes Gomes de. “Commentario jurídico sobre o voto feminino”. *Arquivo Judiciário*, Rio de Janeiro, v. 9, jan. 1929, p. 67.

<sup>444</sup> *Ibidem*.

<sup>445</sup> CAMPOS, Myrthes Gomes de. “Voto feminino e serviço militar”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1929.

militar. Para a advogada, deve-se, em primeiro lugar, evitar combates e procurar soluções diplomáticas que levem à paz:

Em vez de multiplicarmos os combatentes, procuremos suavizar a dureza dos combates e preparemos uma mentalidade nova, fundamentalmente contrária a solução pelos conflitos, se não for para converter em realidade o sonho magnânimo da paz universal, ao menos para reduzir ao mínimo possível a guerra já algumas vezes evitada pela arbitragem<sup>446</sup>.

Além disso, a advogada afirma que, mesmo havendo a possibilidade de guerras e a necessidade do aumento do número de soldados, o alistamento feminino não deve ser uma condição para o sufrágio, pois a Constituição não prevê essa necessidade. Myrthes aponta ainda que muitos homens não são obrigados a se alistar, como seria o caso dos membros do legislativo, do judiciário e de deficientes, e nem por isso seriam impedidos de votar. Ademais, conforme a advogada mostra, historicamente não faltam exemplos de grandes mulheres que se destacaram no campo de batalha, dentre elas Joana D’Arc, Annita Garibaldi e as próprias Amazonas. Myrthes ainda menciona a importância das enfermeiras durante os conflitos: “Esquecem os que reclamam da mulher eleitora o concurso das armas, que não menos valiosos que os serviços dos combatentes, são o de higiene e assistência como factores de vitória”<sup>447</sup>.

Por fim, na *Revista de Crítica Judiciária*, Myrthes de Campos tece comentários acerca do parecer negativo dado por Esau Corrêa de Almeida Moraes frente ao pedido de alistamento eleitoral de outra mulher advogada. O magistrado afirma, em primeiro lugar, que o termo cidadão não se estende para as mulheres. Para ele, “não houve da parte do nosso legislador constituinte a intenção de estender à mulher esse direito, o que ainda vem sendo confirmado pelo discurso do tempo, pois que, até há pouco, os juristas em sua quase totalidade não tinham dúvidas a respeito”<sup>448</sup>. Ademais, Moraes ressalta a incapacidade civil das mulheres casadas, a necessidade de prevalecerem as leis e costumes de ordem moral, que restringe a atuação feminina ao espaço privado e, utilizando-se da frase “*feminae ab omnibus officiis civilibus, vel publicis remota sunt*”<sup>449</sup>, pontua que as mulheres não devem exercer serviços públicos pois, além de sua

---

<sup>446</sup> Ibidem.

<sup>447</sup> Ibidem.

<sup>448</sup> MORAES, Esau Corrêa de Almeida Moraes. “As mulheres e o direito ao voto – acepção da palavra cidadão no art. 70 da Constituição Federal: somente designa o cidadão do sexo masculino – o elemento histórico desse dispositivo; as tradições do nosso direito; o verdadeiro papel e função da mulher na vida social”. *Revista de Crítica Judiciária*, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1929, p. 179.

<sup>449</sup> “As mulheres são afastadas de todos os serviços civis e públicos”.

natureza ser incompatível com as funções políticas, elas devem dedicar-se à família e à formação dos futuros cidadãos que servirão à pátria:

Precisamos oppôr tenaz resistencia, levantar um grande dique de encontro à onda devastadora que ahi vem e que nos quer tragar, ameaçando derruir o gigantesco trabalho constructor dos nossos antepassados, na constituição da nossa nacionalidade para o que precisamos da mulher, no seu posto de honra, onde os nossos maiores a collocaram, como sentinella e guarda do santuário da família, fundamento do organismo social, e como preceptora abençoada quer no lar, quer na escola, mormente na educação, moral e cívica dos futuros servidores da pátria<sup>450</sup>.

A advogada inicia sua resposta afirmando que tais argumentos faziam parte de um passado remoto, não sendo mais condizentes com o período que estavam vivendo. Myrthes contradiz o termo “feminae ab omnibus officius civilibus, vel publicita remoto sunt” ao enfatizar que a solicitante do alistamento praticava a advocacia e, portanto, já exercia função pública. Direcionando-se para a questão do voto das mulheres casadas, Campos cita o artigo 240 do Código Civil<sup>451</sup>, argumentando que o homem e a mulher devem viver em uma situação de companheirismo e não de submissão, pois “ocupam ambos situação equivalente na família”<sup>452</sup>. Além disso, lembra que as restrições conjugais também devem ser impostas ao marido e, para embasar seus argumentos, cita a fala de Clovis Bevilacqua na Conferência realizada no Arquivo Judiciário:

Se na constância do casamento necessita a mulher da outorga marital para a realização de certos actos jurídicos, também o marido depende da outorga uxoria para realizar uns tantos outros. Se o marido é o chefe da sociedade conjugal, essa situação determinada pela própria natureza das coisas, não absorve a personalidade da mulher, que, em face da lei é companheira e sócia de seu marido, dispondo da extensa autoridade no lar, além de que, se o marido estiver em logar remoto, ou não sabido, se estiver em cárcere por mais de dois annos; se for judicialmente declarado interdito, a mulher assume a direção e administração do casal, com poderes ainda mais amplos que os do seu companheiro, por que a acção deste, no governo da família está temporariamente suspensa<sup>453</sup>.

Voltando-se para a questão do termo “cidadão” não se estender às mulheres, a advogada argumenta que Moraes estaria infringido o princípio da hermenêutica<sup>454</sup> adotado no Direito. Além disso, assim como fez no artigo “Comentário Jurídico sobre o voto feminino”, ela ressalta novamente que o art. 70 da Constituição restringe o voto

---

<sup>450</sup> Ibidem.

<sup>451</sup> O artigo 240 do Código Civil de 1916 afirma que: “A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta”.

<sup>452</sup> CAMPOS, Myrthes Gomes de. “Commentario”. *Revista de Crítica Judiciária*, Rio de Janeiro, s/d, p. 182.

<sup>453</sup> Ibidem.

<sup>454</sup> O princípio da hermenêutica adotado no Direito afirma que “ubi lex non distinguit nec interpret distinguere potest”. Neste caso, a lei não poderia fazer distinções.

apenas para os mendigos, analfabetos, praças de pré – exceto os alunos das escolas militares de ensino superior – e membros de irmandades religiosas, não havendo, portanto, nenhuma proibição para o sufrágio feminino. Deste modo, Myrthes conclui que:

Não se pode por consequência afirmar que o elemento histórico repellio o voto feminino. Não existindo proibição a respeito e dispondo o art 72 §1º e 2º da Constituição que ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa senão em virtude da lei e que todos são eguaes perante e lei, é logico que podem as mulheres ser eleitoras e são elegíveis<sup>455</sup>.

Seguindo para o argumento de que a emancipação feminina infringiria questões de ordem moral, Myrthes afirma que o cristianismo jamais condenou a ação das mulheres, pelo contrário, para ela, ele “muito se utilizou da colaboração feminina, coerente com o princípio da igualdade humana perante a Deus”<sup>456</sup>. Além disso, a advogada lembra que “foram exactamente as mulheres entre os propagandistas do Evangelho que (...), não trahiam, não renegaram, não capitularam”<sup>457</sup>. Continuando a utilizar a história para fortalecer seus argumentos, Myrthes afirma que durante o período feudal, as mulheres, com o apoio da Igreja Católica, obtiveram direito à titularidade dos feudos podendo, inclusive, administrar a justiça e comandar guerras. Sendo assim, conclui que:

Como consequência do direito de propriedade, como privilegio de suserania tiveram as mulheres plena capacidade politica que se lhe pretende hoje negar no regime democrático, quando pelo menos theoreticamente, thiumpha o suffragio universal. Como novidade perigosa se repelle agora o que já existiu no passado<sup>458</sup>.

O último ponto que trataremos é o aborto. O fato de Myrthes de Campos ter tratado deste assunto muito nos chamou atenção, pois, conforme já mencionado, ele não costumava aparecer nas pautas do movimento feminista da época. Além disso, o posicionamento da advogada mostrou-se bastante interessante, pois, como veremos, ela não via o aborto como uma questão moral e sim como um direito da mulher que deveria ser respeitado em caso de estupro. Ao publicar “O direito ao aborto” em *O Paiz*, Myrthes mostra-se bastante cautelosa, já que sabia que a discussão do assunto poderia provocar grande alvoroço. No início do artigo, a advogada comenta que historicamente o aborto já foi permitido, sendo uma escolha da mulher. Para ela, a doutrina jurídica que rege o assunto só teria sofrido mudanças para que a existência humana fosse garantida desde a concepção. Além disso, a teologia, aparada na ciência, já teria considerado a interrupção da gravidez um pecado, devido à necessidade de proteção da vida. “Parece que se

---

<sup>455</sup> CAMPOS, Myrthes Gomes de. “Commentario...”, op. cit., p. 185.

<sup>456</sup> Ibidem, p. 186.

<sup>457</sup> Ibidem.

<sup>458</sup> Ibidem, p. 187.

dissiparam as dúvidas a respeito, ficando reconhecido o dever de protecção ao ser humano, desde o seu início, o que está de acordo com princípios biológicos que demonstram ser ‘o óvulo fecundado uma vida em evolução’<sup>459</sup>.

Entretanto, Myrthes ressalta que os argumentos apresentados acima foram amplamente contestados. Na França, por exemplo, já eram realizadas propagandas sobre o direito ao aborto. Alguns médicos, como Klotz-Forest e Magdalena Pelletier, chegaram a considerar que a interrupção da gravidez seria um meio para a completa emancipação feminina:

A ousadia da médica francesa chega ao ponto de, depois de commentar scenas tragicas de suicídio e de aborto criminoso, motivadas pela vergonha da maternidade illegitima e pelas difficuldades econômicas afirmar que graças ao aborto estes desfechos diminuem de frequência; deixarão de existir, quando a lei, cessando de fazer o aborto um crime reconhecer o direito da mulher só ser mãe, quando quiser<sup>460</sup>.

Contudo, Myrthes considera que o exemplo francês deve ser totalmente rejeitado. Para ela, esta seria uma “assombrosa defesa dos direitos da mulher”<sup>461</sup>. Não se deveria colocar o triunfo de uma causa social em detrimento da recusa pela maternidade:

Entendo que a mulher, como o ser consciente, deve assumir a responsabilidade dos seus actos, praticado livremente, aceitando as consequências naturaes do amor, a despeito das difficuldades economicas que lhe possam acarretar a existência do filho, mesmo no casamento, e affrontando os obstáculos sociaes á maternidade illegitima. E’ contra o preconceito que rebaixa a mãe e o filho natural que se deve dirigir a companhia emancipadora<sup>462</sup>.

Como podemos notar acima, Myrthes não vê o aborto como um meio para atingir a emancipação feminina. Para ela, o que deve ser alterado é a rejeição vivida pela mãe que teve uma gestação fora do casamento e que cria seu filho sem a presença do pai. A sociedade, neste caso, deveria apoiá-la e não discriminá-la; esta sim seria uma forma de emancipação.

Para a advogada, a única exceção para a realização do aborto seria a de gravidez em caso de estupro, já que a mulher não teve escolha e sua dignidade teria sido ferida. Myrthes argumenta que, nestes casos, um filho seria o mesmo que impor “encargos a que não póde ser obrigada, visto decorrerem de acto dependente exclusivamente de uma violência sofrida”<sup>463</sup>. Além disso, diversos Códigos Penais já reduzem as penas do aborto em tais circunstancias, não sendo absurdo que, futuramente, a interrupção da gravidez

<sup>459</sup> CAMPOS, Myrthes Gomes de. “O direito ao aborto (resposta à questão formulada pelo dr. Leonídio Filho: É lícito provocar o aborto nas mulheres válidas na guerra?)”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1915.

<sup>460</sup> Ibidem.

<sup>461</sup> Ibidem.

<sup>462</sup> Ibidem.

<sup>463</sup> Ibidem.

seja aceita em caso de violação sexual. Myrthes argumenta ainda que não se pode colocar os direitos de um feto em detrimento dos direitos de uma mulher, impondo a ela viver as consequências de uma maternidade desonrosa e exposta a grande depreciação social. Por fim, a advogada afirma que o direito ao aborto deveria ser estendido às mulheres que foram abusadas durante a guerra. Nestes casos, a sociedade não teria vantagens em manter vidas geradas por uma ação de tão extrema violência e perversidade. A advogada afirma que:

Encarando a questão de modo geral, (...) creio que em caso incontestável de estupro, não tem vantagem a sociedade em conservar vidas geradas nas piores condições, portadoras de maos factores hereditários, revelados pela manifesta perversidade de quem se faz autor de actos brutaes de erotismo, que é com o alcoolismo, no dizer de Lauessan “o hábito passional que representa maior papel como fonte particular da criminalidade”<sup>464</sup>.

Myrthes de Campos ressalta que o direito ao aborto não impede que as mulheres decidam ter seus filhos. Entretanto, aquelas que escolhem dar à luz, muitas vezes não conseguem “suportar as penosíssimas consequências de uma maternidade humilhante”<sup>465</sup> e acabam abandonando seus filhos. Se assim acontecer, estas crianças serão de responsabilidade do Estado que “recebendo anonymamente esses infelizes, que sem direito á paternidade, perdem também as vantagens que pela maternidade, talvez futurosamente pudesse conferir a lei civil, regulando a sucessão”<sup>466</sup>.

No ano seguinte, a advogada volta a se manifestar em relação ao assunto no artigo intitulado “Aborto Criminoso e Assistência à Infância” publicado em *O Paiz*. Logo de início, Myrthes comenta sobre a dificuldade de prevenção e combate ao delito. Para ela, “a própria observância do segredo profissional”<sup>467</sup> pode impedir “a divulgação dos culpados”<sup>468</sup>. Além disso, ela salienta que questões de ordem moral e social, tais como “o opróbrio lançado á maternidade ilegítima, a decadência progressiva dos bons costumes, o egoísmo, o luxo e, em muitos casos, a miséria”<sup>469</sup> podem ser considerados fatores que impedem a prevenção do aborto. Lembramos que, conforme vimos no artigo anterior, Myrthes considera que a rejeição da mulher nos casos em que ela engravida sem ter um marido, pode fazer com que ela acabe recorrendo à prática em questão. Nestes casos, a repressão sofrida seria ainda maior do que aquela que incide sobre os “industriais do

---

<sup>464</sup> Ibidem.

<sup>465</sup> Ibidem.

<sup>466</sup> Ibidem.

<sup>467</sup> CAMPOS, Myrthes Gomes de. “Aborto Criminoso e Assistência à Infância”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1916.

<sup>468</sup> Ibidem.

<sup>469</sup> Ibidem.

aborto, vis e gananciosos exploradores da desgraça ou da perversidade alheia, instalada nos seus mortíferos *ateliers d'avortemens*, cujas *reclames* positivas ou meio veladas, dão sempre idéa do ignóbil officio a que rendosamente se entregam”<sup>470</sup>. Vemos, portanto, que de acordo com a perspectiva da advogada, as mulheres que abortam seriam mais penalizadas socialmente do que aqueles que obtêm lucro com a prática.

Seguindo com o artigo, Myrthes demonstra que uma das maneiras de se impedir à prática do aborto seria justamente criando uma rede de proteção para as crianças. O investimento público e privado em creches seria essencial, visto que as mães que precisam trabalhar em fábricas teriam um lugar adequado e protegido para deixar seus filhos. Sendo assim, considerando que ainda seriam poucos os instrumentos de amparo à infância, ela se anima com a criação do “Abrigo da Infancia”, dirigido pelo Dr. Martin Pinto, localizado no Andarahy. Ao destacar as vantagens do local, a advogada afirma o seguinte:

Situado o novo “Abrigo da Infancia” no Andarahy, onde existem diversos estabelecimentos industriaes, frequentados por numerosas operarias, terá grande utilidade, permitindo o trabalho das mulheres e garantindo a existência dos filhos de tenra idade. Por outro lado, sob os olhos cuidadosos de um profissional competente, corrigem-se desvantagens inherentes aos pontos de aglomeração de crianças, como sejam escolas, hospital, etc., observados na crèche os preceitos exigidos por Gauchas para evitar o contágio de enfermidades (...): numero limitado de leitos; exame de cada criança ao entrar pela manhã; mudança completa e desinfecção dos vestuários de todas as crianças diariamente, ao entrar no estabelecimento; separação das crianças nos casos necessários; desinfecção do local; recreio ao ar livre<sup>471</sup>.

Conforme podemos notar, a advogada, inserida em um contexto de modernização e higienização dos costumes, defendia que as creches seriam uma alternativa adequada por garantir, inclusive, o cumprimento dos padrões médicos e científicos do período. Sendo assim, além de proporcionar a diminuição da prática do aborto, o lugar poderia ser visto como um ambiente propício para o desenvolvimento de crianças saudáveis. Por fim, Myrthes afirma, que além dessas vantagens, o investimento privado nas creches poderia inibir a vagabundagem, a mendicância e a criminalidade, visto que estas seriam consequências de uma infância desamparada:

De indubitável proveito será a multiplicação de estabelecimentos desta natureza, desenvolvendo a assistência privada e esclarecendo a caridade com preceitos científicos que a tornam mais prestimosa no árduo mister de “proteger a infancia” equivalente a “diminuir a mortalidade infantil, a vagabundagem, a mendicidade, assim como a criminalidade, que é a consequência inevitável dos dois males precedentes da sociedade actual”. Não menos proveitosa será a continuação da lueta contra a pratica revoltante e

---

<sup>470</sup> Ibidem.

<sup>471</sup> Ibidem.

imoral da provocação do aborto, a qual, protegendo a vida desde as suas fontes, defende o Brasil do perigo da despovoação (...)<sup>472</sup>.

A partir do que foi apresentado, podemos concluir que Myrthes Gomes de Campos exerceu um importante papel enquanto sufragista e defensora dos direitos das mulheres. A advogada fez parte de um contexto no qual se iniciavam as discussões relativas à emancipação feminina no Brasil e obteve destaque em debates relacionados ao voto feminino e ao aborto, estando inserida em um quadro de colaboradoras que fizeram com que as mulheres pudessem ter acesso a determinados direitos que lhes eram negados. Portanto, defendemos que a atuação profissional direta da advogada no campo da jurisprudência contribui amplamente para a compreensão do engajamento feminino na luta por seus direitos civis e políticos.

Por fim, percebemos que durante as primeiras décadas republicanas, a cidade do Rio de Janeiro passou por modificações urbanas e de comportamento que condiziam com os ideais de modernização e de progresso propostos pela sociedade burguesa que estava se consolidando. Neste cenário, o modelo de família adquiriu novos contornos envolvendo, sobretudo, o papel de mãe/esposa. Apesar disso, a mulher continuou sendo vinculada, sobretudo, à maternidade e ao casamento, já que supostamente correspondiam a sua natureza dócil e gentil. Assim, observamos a construção de uma modernidade conservadora alicerçada em valores patriarcais que, apesar de admitir que a mulher ocupasse novos espaços públicos, continuava restringindo sua atuação ao espaço privado. Diante disto, houve a formação de um movimento feminista constituído por diferentes pautas e perfis. Este era constantemente acompanhado pela imprensa que, alicerçada em um discurso médico que ganhava cada vez mais credibilidade, desqualificava suas demandas e associava as feministas à dissolução da família. Leolinda Figueiredo Daltro e Myrthes Gomes de Campos foram mulheres que fizeram parte deste movimento e que, através de diferentes estratégias, agiram contra o patriarcado em defesa da emancipação feminina. Por meio delas, percebemos a atuação ativa e consciente das mulheres em prol dos seus direitos e a importância da atuação feminista para a ressignificação das relações de gênero.

---

<sup>472</sup> *Ibidem*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2009, partidos políticos brasileiros são obrigados a lançar ao menos 30% de candidaturas femininas para os cargos eletivos. No entanto, os repasses proporcionais de recursos ao percentual de candidaturas começou a ser obrigatório apenas em 2018. Foi essa mudança que fez com que o Congresso Nacional conseguisse eleger 84 mulheres – 77 na Câmara e 7 no Senado – naquele ano, o que representou um aumento de 52,6% da presença feminina nas Casas Legislativas Federais, comparado a 2014.

A maioria delas foi eleita para o primeiro mandato. Contudo, no total, o número é de pouco mais de 15% do total das Casas. A quantidade revela que o parlamento ainda possui uma baixa representatividade de gênero. Ações pontuais tentam reverter essa situação, mas ainda são insuficientes por falta de um pensamento social coletivo que as unifique. Partidos, geralmente puxados por mulheres, realizam essas atividades<sup>473</sup>.

A notícia acima foi publicada no site do *Correio Braziliense* em 8 de março de 2022. Nela, vemos que há um aumento de mulheres em cargos políticos diante da obrigação dos partidos brasileiros de lançarem suas candidaturas. A regra está prevista no artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um).

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo<sup>474</sup>.

Contudo, apesar desta conquista poder ser considerada um avanço para a democracia brasileira, notamos que ainda temos um longo caminho a percorrer. Conforme podemos ver na matéria citada, temos uma baixa representatividade de gênero no Parlamento (cerca de 15%) e as ações para reverterem a situação mostram-se insuficientes. Maria Lúcia Duriguetto e Mirla Cisne ressaltam que, de acordo com um levantamento realizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea), em 2014, “as mulheres representam 51,9% dos eleitores, mas somente 13,4% de vereadores, 11% dos prefeitos, 14,8% dos senadores, 7,4% dos governadores, 8,7% dos deputados federais e 12,8% dos estaduais”<sup>475</sup>. Isto porque, conforme vimos ao longo desta

<sup>473</sup> NOBERTO, Cristiane; AGELI, Maria Eduarda. “Dia Internacional da Mulher: na política, elas continuam em nichos”. Site do *Correio Braziliense*, 08 de março de 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/03/4991254-dia-internacional-da-mulher-na-politica-elas-continuam-em-nichos.html>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

<sup>474</sup> BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm#:~:text=Art.,de%20outubro%20do%20ano%20respectivo](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm#:~:text=Art.,de%20outubro%20do%20ano%20respectivo). Acesso em: 15 de maio de 2022.

<sup>475</sup> DURIGUETTO, Maria Lúcia; CISNE, Mirla. “Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil”. *SER Social*, v. 17, n. 36, 2015, p. 22. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13413](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13413). Acesso em: 15 de maio de 2022.

dissertação, historicamente as mulheres vêm enfrentando obstáculos diversos para fazerem parte de espaços públicos considerados não condizentes com a sua suposta natureza dócil e direcionada, sobretudo, à maternidade e ao casamento.

É possível notar, ainda, que ao contrário dos homens, que possuem suas falas, opiniões e interesses respeitados e bem vistos, as mulheres são desmotivadas, tratadas como histéricas nos momentos em que se posicionam e, constantemente, sofrem algum tipo de violência, seja ela simbólica, física ou emocional. Nesta pesquisa, foi possível perceber que tanto Leolinda Figueiredo Daltro quanto Myrthes Gomes de Campos sofreram com a violência por não se adequarem ao padrão de mulher moderna construído pela República. Suas demandas foram constantemente atacadas, desqualificadas e, mesmo que elas esclarecessem que não se posicionavam contra a constituição de um núcleo familiar, sua busca pela emancipação feminina era vista como uma afronta à família e à permanência de valores patriarcais.

Ainda hoje notamos a incidência destes discursos patriarcais sobre os corpos femininos. Na política, o conservadorismo se faz presente e representa retrocessos históricos que dificultam a garantia de direitos já conquistados pelas mulheres. Como exemplo, podemos citar o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007). Sobre o assunto, Duriguetto e Cisne afirmam o seguinte:

O Estatuto do Nascituro (...), apelidado no feminismo como “bolsa estupro”, traz como objetivo central a criminalização do aborto de forma indiscriminada, ou seja, o direito ao aborto legal nos casos de estupro e risco de morte para a mãe, previsto na legislação, estaria revogado. Como “compensação” propõe, no caso de estupro, uma bolsa para a mãe. Esse Projeto de Lei elimina a já insuficiente conquista do exercício da autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua vida e não considera a gravidade do aborto ilegal no país, que é uma das principais causas da mortalidade materna, destacadamente para as negras e pobres, tornando-se, portanto, também um problema de saúde pública<sup>476</sup>.

Conforme podemos notar, a vida da mulher e a autonomia sobre as escolhas relacionadas ao seu corpo não são respeitadas, o que gera, inclusive, problemas para a saúde pública. Em 20 de agosto de 2020, o *GI* publicou que o SUS precisou realizar 80,9 mil procedimentos após abortos malsucedidos. Só no primeiro semestre do ano, “foram 80.948 curetagens e aspirações, processos necessários para limpeza do útero após um aborto incompleto”<sup>477</sup>. Além disso, mesmo nos casos em que o aborto é garantido pela legislação,

<sup>476</sup> DURIGUETTO, Maria Lúcia; CISNE, Mirla, op. cit., p. 24.

<sup>477</sup> ACAYABA, Cíntia; FIGUEIREDO, Patrícia. “SUS fez 80,9 mil procedimentos após abortos malsucedidos e 1.024 interrupções de gravidez previstas em lei no 1º semestre de 2020”. Site do *GI*, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/20/sus-fez-809-mil-procedimentos-apos-abortos-malsucedidos-e-1024-interrupcoes-de-gravidez-previstas-em-lei-no-1o-semester-de-2020.ghtml>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

observamos impedimentos, sobretudo por parte de entidades religiosas, para a sua realização. Este foi o caso da menina de 10 anos que no ano de 2020 foi estuprada pelo tio, no Espírito Santo, e engravidou. Em 16 de agosto de 2020, o *El País* noticiou que:

Ao lado da avó, e de seus bonecos de pano, a criança capixaba estava serena enquanto aguardava o início da primeira etapa do procedimento, relatam testemunhas. Estuprada desde os 6 anos por um tio, a vítima e sua família perderam a privacidade inerente a casos tão violentos como este. Do lado de fora da clínica, um grupo de pessoas de mãos dadas gritavam “Assassino” para o médico Moraes Filho. (...)

O médico Olympio Filho encarou a pressão sem temer represálias. Não é a primeira vez que o obstetra se vê diante de um caso que gerou estardalhaço público. Há 12 anos, ele chegou a ser excomungado pela Igreja de Pernambuco por interromper a gravidez de uma menina de 9 anos, que também fora estuprada pelo padrasto. Agora, sofre pressão de evangélicos do Estado. É ele quem vai examinar o caso da criança grávida que chega do Espírito Santo para obedecer ao procedimento e ao desejo dela<sup>478</sup>.

Tal posicionamento retrata uma sociedade pautada no conservadorismo, que busca impedir a emancipação feminina e que, de acordo com Duriguetto e Cisne, reflete “uma estrutura patriarcal que não apenas explora (...), mas, também, oprime, violenta e assassina as mulheres”<sup>479</sup>. Vale lembrar que ainda no século anterior, Myrthes de Campos já se posicionava a favor do aborto em caso de violência sexual devido ao sofrimento e ao constrangimento social pelos quais passaria a mulher. Para ela, manter uma gravidez não seria mais importante do que a vida desta mulher.

Por fim, ressaltamos a necessidade de pensarmos também sobre o aumento nos índices de violência doméstica e feminicídio, sobretudo após a pandemia causada pelo COVID-19, que acabou fazendo com que muitas mulheres precisassem estar em casa, à mercê de seus agressores. Em 10 de março de 2022, o *G1* publicou que “um caso de violência contra mulheres é registrado no Rio de Janeiro a cada 24 horas”<sup>480</sup>. De acordo com o boletim “Elas Vivem: dados da violência contra as mulheres”, da Rede de Observatórios da Segurança:

São 375 eventos de feminicídio e violência contra a mulher, e 456 tipos de violência – há casos em que pode haver mais de um tipo de violência por ocorrência.

<sup>478</sup> JIMENÉZ, Carla. “Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital”. Site do *El País*, 16 de agosto de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

<sup>479</sup> DURIGUETTO, Maria Lúcia; CISNE, Mirla, op. cit., p. 25.

<sup>480</sup> Estudo aponta que RJ registra um caso de violência contra mulheres a cada 24 horas; em 1 ano, número de registros cresceu 18%. Publicado no site do G1, 10 de março de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/03/10/estudo-aponta-que-rj-registra-um-caso-de-violencia-contra-mulheres-a-cada-24-horas-em-1-ano-numero-de-registros-cresceu-18percent.ghtml>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

O estudo também indicou que, no RJ, houve um crescimento de 18% das agressões em 1 ano – passou de 318 casos em 2020, para 375 no ano passado. E no estado também houve uma tentativa de feminicídio a cada dois dias<sup>481</sup>.

Diante destes fatos, acreditamos que mesmo diante do crescimento e fortalecimento do movimento feminista, hoje com pautas cada vez mais plurais, estamos inseridos em uma sociedade construída sobre bases patriarcais e pautada em um fundamentalismo religioso que busca o controle dos corpos femininos e que minimiza violências sofridas diariamente pelas mulheres. Sendo assim, estudos de gênero, como este, mostram-se necessários por representarem parte de uma luta conjunta por liberdade, autonomia e direitos para as mulheres.

Deste modo, pensando estas questões a partir de uma perspectiva histórica, buscamos tratar da busca das mulheres por espaço durante as primeiras décadas do período republicano. Vimos que aquela conjuntura de construção da chamada modernidade, atrelada a valores tradicionais, assegurava a vigência do patriarcado, restringindo a atuação feminina ao espaço privado e determinando supostos aspectos de sua natureza. Refletimos ainda sobre a maneira como os periódicos e os discursos médicos auxiliaram neste processo. Além de difundir e respaldar o modelo ideal de mulher pretendido pela jovem República, desqualificavam-se as feministas e suas demandas que, muitas vezes, eram vistas como um impedimento para a civilização e para o progresso. Leolinda Figueiredo Daltro e Myrthes Gomes de Campos, mesmo tendo trajetórias e demandas diferentes, são exemplos de mulheres que sofreram ataques da imprensa e que, em muitos casos, tiveram seus discursos minimizados e suas lutas descredibilizadas. Neste sentido, o que percebemos é que elas incomodavam por estarem ocupando espaços que tornariam possível o controle de seus próprios corpos e o alcance de uma vida mais autônoma, em que teriam seus direitos consolidados e garantidos.

As notícias atuais aqui tratadas já estavam presentes, com bastante semelhança, no início do século passado, nas falas e nas lutas de Leolinda Daltro e de Myrthes de Campos. Por isto, conforme enfatizam Maria Lúcia Duriguetto e Mirla Cisne, o movimento feminista, apesar de já ter avançado alguns degraus, deve continuar “promovendo confrontos aos conservadorismos patriarcais e racistas que estão presentes nas famílias, igrejas, escolas e na estrutura burocrática do Estado”<sup>482</sup>.

---

<sup>481</sup> Ibidem.

<sup>482</sup> DURIGUETTO, Maria Lúcia; CISNE, Mirla, op. cit., p. 29.

## REFERÊNCIAS:

### 1. Fontes:

#### 1.1 Artigos publicados em periódicos:

- “Prospecto inaugural”. *Gazeta de Notícias*, 2 de agosto de 1875.
- “O bezerro de palha”. *O Paiz*, 02 de outubro de 1884.
- “Velhas histórias”. *O Paiz*, 11 de outubro de 1884.
- “O Paiz”. *O Paiz*, 15 de novembro de 1884.
- “Intendência Municipal”, *O Paiz*, 4 de fevereiro de 1890.
- “Gazetilha do Estrangeiro”. *Gazeta de Notícias*, 11 de março de 1893.
- Instituto da Ordem de Advogados Brasileiros. “Parecer da Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência do IOAB”. *Revista do IOAB*, Rio de Janeiro, v.81, jul 1899, p.305-313.
- MOURÃO, Carvalho. “A mulher advogada ante a legislação vigente”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1899.
- “A semana”. *O Paiz*, 22 de julho de 1900.
- “Diário do Congresso na Câmara”. *Gazeta de Notícias*, 21 de agosto de 1900
- “Conferencias da Assumpção”. *Gazeta de Notícias*, 1 de setembro de 1900.
- “A architectura no Rio de Janeiro”. *Gazeta de Notícias*, 1 de abril de 1901.
- “Proteção a Infancia”. *Gazeta de Notícias*, 2 de junho de 1902.
- “O feminismo”. *Gazeta de Notícias*, 3 de fevereiro de 1904.
- “Rabiscos”. *Gazeta de Notícias*, 1 de março de 1904.
- “O feminismo”. *Gazeta de Notícias*, 19 de fevereiro de 1904.
- “A Eleitora”. *Gazeta de Notícias*, 3 de julho de 1904.
- “A Avenida Central”, *Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1904.
- “Casamento e Celibato”. *O Paiz*, 6 de julho de 1907.
- “D. Juan... De Esquina”, *Fon-Fon*, 6 de julho de 1907.
- “Liga contra o Feio”. *Fon-Fon*, 22 de fevereiro de 1908.
- “Pensamentos”. *Fon-Fon*, 27 de junho de 1908.
- “Festa de caridade”. *Fon-Fon*, 7 de novembro de 1908.
- “Enrico Ferri: A Conferência sobre a mulher”, *Gazeta de Notícias*, 23 de novembro de 1908.
- “Bilhetes a Cora”. *Fon-Fon*, 22 de maio de 1909.
- “Binóculo”. *Gazeta de Notícias*, 25 de julho de 1909.
- “Missão delicada”. *Fon-Fon*, 20 de novembro de 1909.
- Reflexão de Simplício. *Fon-Fon*, 28 de maio de 1910.
- “A Nota da Semana”, *Fon-Fon*, 23 de julho de 1910.
- “Maternidade”. *O Paiz*, 1 de agosto de 1910.
- “Três tiras”. *O Paiz*, 9 de novembro de 1910.
- “Senhora ou Senhorita? ”. *Fon-Fon*, 11 de fevereiro de 1911.
- “Cartas Abertas”. *Fon-Fon*, 3 de agosto de 1912.
- “Reminiscência”, *Fon-Fon*, 3 de agosto de 1912.
- Publicação sem título. *Fon-Fon*, 31 de agosto de 1912.
- “Um mal-entendido: versão da mulher”. *Fon-Fon*, 10 de janeiro de 1914
- “Sobre o feminismo”, *Gazeta de Notícias*, 1 de março de 1914.
- “Voto feminino”. *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1917.
- “O voto feminino”. *Fon-Fon*, 14 de julho de 1917.

- “Vida Social”. *O Paiz*, 1 de janeiro de 1920.
- “Festival em Benefício do Asylo Isabel”. *Gazeta de Notícias*, 16 de outubro de 1920.
- “Fiat voluntas”. *O Paiz*, 29 de outubro de 1921.
- “Saibam Todos”. *Fon-Fon*, 2 de fevereiro de 1924.
- “Publicações”. *O Paiz*, 30 de julho de 1925.
- Publicação sem título. *Fon-Fon*, 16 de janeiro de 1926.
- “Perfis Internacionaes – Ellen Key”. *Fon-Fon*, 15 de maio de 1926.
- “Saibam Todos”. *Fon-Fon*, 12 de fevereiro de 1927.
- “As bandeirantes no Brasil”. *O Paiz*, 20 de abril de 1928.
- MORAES, Esaú Corrêa de Almeida Moraes. “As mulheres e o direito ao voto – acepção da palavra cidadão no art. 70 da Constituição Federal: somente designa o cidadão do sexo masculino – o elemento histórico desse dispositivo; as tradições do nosso direito; o verdadeiro papel e função da mulher na vida social”. *Revista de Crítica Judiciária*, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1929, pp. 179-180.
- “Bazar de Bonecas: Feira de Vaidade e de Elegancia”. *Fon-Fon*, 21 de setembro de 1929.
- “Bom feminismo”. *Fon-Fon*, 17 de maio de 1930.
- “A mulher e o voto”. *Fon-Fon*, 2 de janeiro de 1932.
- “A arte de ser bella: inverno ou verão?”. *Fon-Fon*, 11 de dezembro de 1937.

## 1.2 Artigos de Myrthes Gomes de Campos:

- CAMPOS, Myrthes Gomes de. “A propósito das sufragistas”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de jul. 1913.
- \_\_\_\_\_. “O direito ao aborto (resposta à questão formulada pelo dr. Leonídio Filho: É lícito provocar o aborto nas mulheres válidas na guerra?)”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1915.
- \_\_\_\_\_. “Aborto Criminoso e Assistência à Infância”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1916.
- \_\_\_\_\_. “Commentario”. *Revista de Crítica Judiciária*, Rio de Janeiro, s/d, pp. 181-187.
- \_\_\_\_\_. “Commentario jurídico sobre o voto feminino”. *Arquivo Judiciário*, Rio de Janeiro, v. 9, jan. 1929.
- \_\_\_\_\_. “Voto feminino e serviço militar”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1929.

## 1.3 Livros de Leolinda Figueiredo Daltro:

- DALTRO, Leolinda Figueiredo. *Início do feminismo no Brasil – Subsídios para a História*. Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1918.
- \_\_\_\_\_. *Da catechese dos índios. Notícias e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Typografia da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

## 2. Bibliografia:

- ABREU, Maria Emília Vieira de. *Professora Leolinda Daltro: uma proposta de catequese laica para os indígenas do Brasil (1895-1911)*. Dissertação (Mestrado em

Educação: História, Política e Sociedade). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

AREND, Silvia Fávero. “Trabalho, escola e lazer”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 65-83.

ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica”. *Contemporânea*. Edição 07 – Vol. 4 - n. 2. Rio de Janeiro, 2006, pp. 45-55.

AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigo Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

\_\_\_\_\_. “A reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração urbana”. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago, 2003, pp. 39-79.

BARBOSA, Marialva. “História da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos”. *Palavra Chave*, v. 22, pp. 1-24, 2019.

\_\_\_\_\_. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. “História da Imprensa: texto e contexto na perspectiva histórica e metodológica”. In: XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación, 2018, Porto. *Actas del XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación*. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2017. v. 1. pp. 93-111.

\_\_\_\_\_. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)”. *Revista Brasileira de Comunicação*, Vol. XX, nº2. São Paulo: 1997, pp. 87-102.

BARCELOS, Ana Paula. *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

\_\_\_\_\_. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2006, pp. 183-191.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. “Medo branco de almas negras”. In: *Revista Brasileira de História*, V. 8, n. 16. São Paulo, pp. 83-105.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, 11 (5), 1991, pp. 173-191.

\_\_\_\_\_. “Textos, impressos, leituras”. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difel, 2002, pp. 121-139.

- COHEN, Ilka Stern. “Diversificação e Segmentação dos Impressos”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2020, pp. 103-130.
- CORTÊS, Iáris Ramalho. “A trilha legislativa da mulher”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 260-285.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa”. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 223-240.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2020, pp. 83-102.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Psiquiatria e Feminilidade”. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 322-361.
- FERREIRA, Vívian Marcello. *Moda e condição feminina nas páginas da Revista Fon-Fon (1910-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Relações de poder, gênero e condição feminina na imprensa carioca: O Malho, Careta e Fon-Fon (1910-1950)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Nascimento da Prisão*. 23ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 510-553.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”. *História, Ciência e Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, jun.2008, pp. 153-171.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tania Maria Tavares. “Myrthes Gomes de Campos: pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina”. In: *Revista do Instituto de Estudos de Gênero*, v.9, n.2. Niterói, RJ, 2009, pp. 135-151.
- GIULANI, Paola Cappellin. “O movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira” In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 640-668.
- KARAWEJCZYK, Mônica. “Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo ‘pátrio’ de Leolinda Figueiredo Daltro”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.40, n.1, jan.-jun.2014. Páginas inicial e final?
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 167-168.
- LINS, Vera. “Em revistas, o simbolismo e a virada de século”. In: *Fon - Fon! Buzinando a modernidade*. Caderno de Comunicação. Série Memória; 22, Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação, 2008, p. 59-74.

- LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2006, v. 1, pp. 111-153
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. “Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1859 e 1932”. *Gênero*, Niterói, v. 4, n. 2, pp. 149-170.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico”. In: MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, pp. 107-128.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. “Espaço feminino no mercado produtivo”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 126-147.
- \_\_\_\_\_. “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”. *Cadernos Pagu*, 1998, v. 11, pp. 67-75.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Schwarcz LTDA, 1987.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEDER, Gizlene. “Cidade, Identidade e Exclusão Social”. In: *Revista Tempo*, RJ, v.2, n.3, 1997, pp. 106-134.
- NEDER, Gizlene; FILHO, Gisálio Cerqueira. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro, Revan, 2007.
- OLIVEIRA, Leandra Sobral; JACÓ-VILELA, Ana Maria. “A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX”. *Quaderns de Psicologia*, 2007, vol. 19, n.3, pp. 241-251.
- PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, pp. 77- 98.
- PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro 1884 – 1888*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- PINTO, Céli Regina Jardim. “Feminismo, história e poder”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, pp. 15-23.
- \_\_\_\_\_. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. “Participação feminina no debate público brasileiro”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 194-217.
- RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes dos (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995, pp. 81-91.
- \_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo. Editora: Paz e Terra, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino Feminino e Plural*. Florianópolis: Ed: Mulheres, 1998, pp. 1-17.
- ROCHA, Elaine Pereira. “Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher: Notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Daltro aos sertões (1896-1897) ”. *Outros Tempos*, vol. 10, n.15, 2013, pp. 146-172.

\_\_\_\_\_. “Vida de professora: ideais e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 8, n.15, janeiro – junho de 2016, pp. 29-47.

ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A Era das Demolições: Demolições Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1995.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos Santos. *Leolinda Daltro: a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896 – 1920)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, 1995, v. 15, n.2, pp. 71-99.

SILVA, Roberta Alcântara Gomes da. *Clóvis Bevilacqua e o projeto de Código Civil: o casamento civil e a condição da mulher na passagem à modernidade no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOIHET, Rachel. “A conquista do espaço público”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 218-237.

\_\_\_\_\_. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. *Revista Brasileira de Educação*, 2000, n.15, pp. 97-117.

\_\_\_\_\_. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 362-400.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. *Revista Brasileira de História*, 2007, vol.27, n.54, pp. 281-300.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “Fon - Fon! Em Paris: passaporte para o mundo”. In: *Fon - Fon! Buzinando a modernidade*. Caderno de Comunicação. Série Memória; 22, Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação, 2008, pp. 11-28.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.